

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

José Roberto Castro e Silva

A cobertura da diplomacia brasileira em
Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo:
a representação do Itamaraty e as narrativas sobre
o papel do Brasil no mundo

Juiz de Fora

2014

José Roberto Castro e Silva

A cobertura da diplomacia brasileira em
Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo:
a representação do Itamaraty e as narrativas sobre
o papel do Brasil no mundo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal

Castro e Silva, Jose Roberto.

A cobertura da diplomacia brasileira em Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo : a representação do Itamaraty e as narrativas sobre o papel do Brasil no mundo / Jose Roberto Castro e Silva. -- 2014.

161 p.

Orientador: Paulo Roberto Figueira Leal

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2014.

1. Comunicação. 2. imprensa. 3. jornalismo. 4. identidade nacional. 5. política externa. I. Leal, Paulo Roberto Figueira, orient. II. Título.

José Roberto Castro e Silva

A cobertura da diplomacia brasileira em
Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo:
a representação do Itamaraty e as narrativas sobre
o papel do Brasil no mundo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal

Aprovada em 24/02/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal (orientador)

Prof. Dra. Iluska Maria da Silva Coutinho

Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira (UFSJ)

*Aos meus pais, José Roberto e Eliane,
motivação e inspiração para tudo que faço*

À Hellen, sempre comigo

Agradecimento

Agradeço, em primeiro lugar e mais uma vez, aos meus pais, José Roberto e Eliane. Responsáveis por tudo que sou, pessoas de caráter e generosidade ímpares cuja coragem nas lutas me inspira diariamente.

À Hellen, que acredita em mim mesmo quando eu duvido, pelo amor, a paciência e a dedicação.

Aos meus irmãos, primos, tios e avó. Ao pequeno Miguel, alegria de nossas vidas.

Ao professor Paulo Roberto: orientador, exemplo e amigo. Sua dedicação foi motivação nos momentos mais complicados deste trabalho.

Ao Rafael Grohmann, amigo e conselheiro acadêmico dos mais competentes, que provou o quanto levou de Juiz de Fora e não se cansou de repetir: “isso o Paulo vai gostar”.

Aos professores Iluska e Luiz Ademir, por aceitarem participar desta banca. Ao Weden, que participou da qualificação, pelas dicas e boas conversas.

Aos colegas de mestrado e a todos os funcionários e professores da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, de onde me despeço agora depois de sete ótimos anos. Aprendi e cresci muito desde a primeira aula do José Luiz Ribeiro em 5 de março de 2007.

Aos colegas da TVE, Editora Sirius e Grupo Estado, empresas por onde passei desde a elaboração do projeto para a seleção, pela compreensão e incentivo.

Aos companheiros das várias repúblicas destes sete anos.

Aos amigos de Ervália, Juiz de Fora e São Paulo.

A Deus, que me dá força e a vontade de aprender.

*“Como se fosse o brilho dos sinos da liberdade
Brilhando pelos guerreiros cuja força está em não lutar
Brilhando pelos refugiados em seu indefeso caminho de fuga
E por cada soldado oprimido naquela noite
E nós, maravilhados, olhamos o badalar dos sinos da
liberdade” (Bob Dylan em Chimes of Freedom, 1964)*

“O jornalismo é, antes de tudo e sobretudo, o exercício diário da inteligência e prática cotidiana do caráter” (Cláudio Abramo em A Regra do Jogo, 1988)

RESUMO

O trabalho se ocupa das interfaces entre a mídia e a política e busca identificar a formação de uma identidade internacional brasileira através da cobertura do Itamaraty feita pelos grandes jornais do país. Usando técnicas de Bakhtin e da escola francesa de Análise do Discurso, a pesquisa se debruça sobre a cobertura jornalística feita pela *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* para descobrir qual a identidade nacional foi forjada naqueles textos e matérias durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. O trabalho tenta responder se o discurso circulante de que o Brasil ganhou poder desde 1995 é reproduzido na grande imprensa. O discurso jornalístico é também comparado com o de pesquisadores da área de Relações Internacionais e de diplomatas e formuladores das políticas externas dos dois governos. Foram analisados jornais publicados durante o período da Assembleia Geral das Nações Unidas nos anos de 1995, 1999, 2002, 2003, 2007 e 2010.

Palavras-chave: Comunicação; imprensa; jornalismo; identidade nacional; política externa

ABSTRACT

The project focus on analysing the interfaces between the media and the politics and seeks to identify the Brazilian international identity construction based on the Itamaraty coverage by the main press of the country. Using Bakhtin and French School Discourse Analysis techniques, the research addresses Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo media coverage to find out which national identity was produced by the texts and articles published during Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inácio Lula da Silva governments. The project also tries to answer if the spread speech that Brazil gained power since 1995 is reproduced among the mainstream media. The journalistic speech is also compared with the ones from International Relations researchers and diplomats and external policy formulators from both governments. Newspapers published during the United Nations General Assembly in 1995, 1999, 2002, 2003, 2007 e 2010.

Keywords: Communication; Press; Journalism; National Identity; Foreign Policy

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. IDENTIDADES, MÍDIA E PRODUÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO	20
1.1- O CONCEITO DE IDENTIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	20
1.2 – A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES POLÍTICAS NO JORNALISMO.....	25
1.3 - JORNALISMO E SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO, UMA DISCUSSÃO TEÓRICA	29
1.3.1 - O mundo do trabalho e o jornalismo	30
1.3.2 - O jornalismo e sua condição de produção	32
1.3.3 - A objetividade como ferramenta de busca da verdade	36
1.3.4 – Conceitos de verdade e a “verdade possível” no jornalismo	38
2. DEMOCRACIA, LIBERALISMO E IMPRENSA	43
2.1 TEORIA POLÍTICA: LIBERDADE OU IGUALDADE	44
2.2 A IMPRENSA E A AGENDA LIBERAL	49
2.3 CONTEXTO DA ANÁLISE - AS EMPRESAS JORNALÍSTICAS	55
2.3.1 Folha de S. Paulo: as mudanças editoriais como marca	55
2.3.2- O Estado de S. Paulo: o conservadorismo assumido	60
3. ANÁLISE DO DISCURSO: LINGUAGEM E PODER	67
3.1- ANÁLISE DO DISCURSO	70
3.2 – CÍRCULO DE BAKHTIN	77
3.3 – ESCOLA FRANCESA	85

4. O ITAMARATY NOS GOVERNOS FHC E LULA E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE BRASIL NAS PÁGINAS DOS JORNAIS	91
4.1 - A POLÍTICA EXTERNA DE FHC SEGUNDO SEUS FORMULADORES	93
4.2 - O ITAMARATY DE LULA E A “DOUTRINA GARCIA”	95
4.3 - A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE BRASIL NAS PÁGINAS DOS JORNAIS	98
4.3.1 - 1995: Os Estados Unidos como parceiro preferencial	98
4.3.2 - 1999: O Brasil no Timor Leste e a reivindicação tímida	106
4.3.3 - 2002: Um balanço da era FHC	113
4.3.4 - 2003: Lula, o fato novo	118
4.3.5 - 2007: O protagonismo do Brasil do mascate	137
4.3.6 - 2010: O Brasil como adversário dos EUA	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156

Introdução

A ignorância de algumas pessoas que achavam que só tinha valor o que vinha de fora. É americano? É maravilhoso, É europeu? É extraordinário, É chinês? É fantástico, É japonês? É num sei o que lá. E se comportavam como se fossem cidadãos de segunda classe, como verdadeiros vira-latas que não se respeitavam e que não tinham autoestima por si mesmos (sic). Uma vez eu estava almoçando na Folha de S. Paulo e um diretor da Folha de S. Paulo perguntou para mim: 'Escuta aqui ô candidato, o senhor fala inglês?' Eu falei: não. 'E como é que você quer governar o país se você não fala inglês?' Eu falei: mas eu vou arrumar um tradutor. 'Mas assim não é possível, o Brasil precisa ter um presidente que fala inglês'. Eu perguntei pra ele: alguém já perguntou se o Bill Clinton fala português? Não. Mas eles achavam que o Bill Clinton não tinha obrigação de falar português. Era eu, o subalterno, o país colonizado, que tinha que falar inglês. (Discurso do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 24/08/2010, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=or-LDiB5Ww4>)

Em 1º de janeiro de 1995, quando Fernando Henrique Cardoso tomou posse como presidente do Brasil, o país estava em meio a um processo de retomada de normalidade democrática e apenas começando a vencer a guerra de décadas contra a inflação, maior dos problemas brasileiros na década anterior.

Em setembro de 2010, quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva abriu a Assembleia Geral das Nações Unidas, ele chefiava uma nação que conquistara consideráveis avanços. O país resolvera, ou amenizara, alguns de seus mais importantes problemas internos e se mostrava ao mundo como uma democracia amadurecida, com diminuição do número de pessoas em pobreza extrema, com uma economia mais estável, taxa de desemprego menor e inflação sob controle.

Os avanços internos somados à grave crise que afeta, desde 2008, principalmente Estados Unidos e Europa, levaram o Brasil a um papel mais ativo no cenário mundial. A crise gerou um processo de descentralização de poderes, pelo menos no discurso dos países mais ricos, e nações como China, Rússia e Índia, também ascenderam no cenário político e econômico mundial.

“No âmbito da sua política externa, o Brasil experimentou notáveis mudanças nos últimos anos, tendo assumido um intenso protagonismo nas grandes questões mundiais.” (Freixo et alli 2011, p. 7)

No mundo pós-crise, o grupo G7, grupo dos sete países mais ricos do mundo, perdeu espaço para o G20, que tem Brasil, México, África do Sul etc. Nações que antes solicitavam empréstimos ao Fundo Monetário Internacional, no início da década de 2010, reivindicam assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU e ainda mais voz ativa nas decisões internacionais.

A atuação do Brasil junto à OMC, a formação do G-3, o apoio material e político a países em dificuldade, a oposição à guerra tiveram considerável impacto sobre a comunidade internacional. Assim, o Brasil ganhou importante espaço político, aparecendo como "o novo" nas relações internacionais, e está no centro de um movimento político para a conquista de um assento permanente no CS da ONU. (VIZENTINI, 2009. P. 18)

Se for tomado o conceito de Charaudeau (2006), poder-se-á formar que há um "discurso circulante" na sociedade de que o Brasil mudou e ascendeu, ganhou importância e protagonismo no cenário mundial. Como foi possível constatar na fala que abre este trabalho, o Partido dos Trabalhadores e o ex-presidente Lula defendem esta ideia e ligam, sempre que possível, a ascensão do Brasil às políticas sociais do governo. Há a ligação entre o "Brasil emergente e a "classe emergente", ou nova classe média.

Este processo, como outros processos políticos, é retratado pela grande imprensa do país. A cobertura da política externa brasileira está nos telejornais nacionais, revistas semanais de grande tiragem e nos jornais diários. Os três maiores jornais do país, *O Globo*, do Rio de Janeiro, e *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, da capital paulista, têm editorias específicas para tratar do noticiário internacional, quando este envolve ou não o Brasil.

E é por esta centralidade dos meios de comunicação, principalmente da grande imprensa, que o presente trabalho se ocupará de analisar a cobertura feita. E na abordagem

adotada, busca identificar a representação majoritariamente presente nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* sobre a identidade brasileira contemporânea e sobre o papel do país no mundo. A *Folha* é, em 2013, o grande jornal brasileiro com maior tiragem diária – 297.650 exemplares. Já o *Estadão* aparece em quarto, com 235.217, segundo dados da Associação Nacional de Jornais.

Na democracia, o papel dos meios de comunicação é central na construção das percepções e opiniões dos indivíduos/cidadãos. As representações de nações, governos e instituições feitas nos meios de comunicação são importantes para a construção, desconstrução ou mudança de sentido dos mesmos. São também cruciais para que o público se identifique ou não com um determinado personagem e não com outro. Por mais que o receptor seja capaz de reinterpretar criticamente a informação recebida, ele estará sempre sujeito à influência por um enquadramento dado a um fato por um jornal, revista, telejornal etc.

Na sociedade de massas, o jornalismo é, segundo Marques de Melo (1992 apud Gentilli 2005), o pavimento daquela orientação básica indispensável para as decisões cotidianas, desde as mais elementares até as mais complexas.

O jornalismo, como um processo de reconstrução da realidade concreta, é fundamental e indispensável para a vida do homem moderno: para que ele se localize no mundo, em seu país, em sua cidade, situe-se diante do conjunto de circunstâncias que o cerca, organize sua vida a partir do conhecimento do volume de oportunidades que lhe são oferecidas, tome suas decisões e faça suas escolhas a respeito dos assuntos que lhe interesse. (Gentilli 2005 p. 163)

Para Kellner (2001, p. 9), a cultura da mídia traz “os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente”, produzindo determinadas “posições de sujeito” em detrimento de outras e fornecendo o material com que as pessoas constroem seus pertencimentos de grupos, suas identidades sociais.

Wilson Gomes (2004) alerta para o perigo do “hipermidiatismo”, ou a supervalorização do papel da mídia no cenário político. Ele afirma que a mídia não explica tudo, mas que não podemos ser “hipomidiáticos” e ver a mídia apenas como coadjuvante no processo. Na mídia acontecem discussões sobre vários temas, inclusive os políticos.

Em um mundo em que as relações são cada vez mais mediadas, cresce a importância dos meios de comunicação a ponto de o discurso de um veículo de comunicação ser preponderante na noção que um cidadão tem de seu próprio país. O próprio Gomes (2004) já demonstrou a importância do jornalismo na construção simbólica da realidade política.

E é sobre este terreno que se pretende erguer as bases da análise da cobertura jornalística feita pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, os dois maiores jornais de São Paulo. O Itamaraty é o órgão responsável por representar o Brasil no exterior e a cobertura será feita durante o maior fórum de debate da diplomacia mundial.

Partindo do pressuposto que os jornais impressos ainda são bastante consumidos no país e constituem variável importante no processo de informação da opinião pública, com poder de pautar os assuntos que serão mais tarde debatidos na sociedade, o que é publicado sobre a diplomacia brasileira durante o período de Assembleia Geral tem potencial para criar ou alterar processos de identificação e noções de pertencimento. Pelo menos a noção que os brasileiros que leem jornal têm do protagonismo de seu país no mundo.

Qual é, e qual deveria ser, o lugar do Brasil no cenário internacional, segundo a grande imprensa brasileira. Quais as formações discursivas acerca do papel do Brasil no mundo. Não cabe aqui medir os efeitos que a identidade criada tem nos leitores, apenas constatar que o conteúdo jornalístico pode influenciar ideia que os cidadãos têm de seu próprio país.

Serão analisadas as matérias publicadas durante o período da reunião anual da Assembleia Geral das Nações Unidas, que conta com a participação de todos os países reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e é o palco maior da diplomacia mundial. Na Assembleia quase 200 nações de todos os continentes se reúnem para debater e deliberar acerca de medidas a serem tomadas pela comunidade internacional.

O período escolhido é justificado pelo fato de que durante a reunião anual há uma maior efervescência e a atuação da diplomacia brasileira pode ser retratada e avaliada de forma mais clara pelos grandes periódicos. A hipótese é que, durante a reunião do órgão deliberativo da ONU, a imagem do país poderia ser observada com maior facilidade devido ao espaço dado à política externa nas páginas dos jornais brasileiros.

A partir do momento em que as representações do mundo político na imprensa têm, em alguma medida, impactos no processo de identificação do público, justificam-se trabalhos de pesquisa como este. Ainda mais se, como afirma Bauman (2001), vivemos a era da “modernidade líquida”, em que os valores são mais frágeis. Por isso, estes discursos têm ainda mais importância na construção, desconstrução ou consolidação de significações, que geram as identidades e noções de pertencimento.

Este processo de mudança do cenário internacional, incluindo a ascensão do Brasil, hipóteses do presente trabalho, serão cotejados por meio de consultas à academia. O parâmetro de comparação para o material colhido em *O Estado de S. Paulo* e na *Folha de S. Paulo* será o discurso produzido por estudiosos da área de relações internacionais, muitas vezes diplomatas, além de personagens que participaram ativamente da formulação das políticas do Itamaraty durante o período.

Através de pesquisa bibliográfica, a intenção é tentar sintetizar uma visão da academia sobre este processo: sua intensidade, importância e abrangência. A partir destas conclusões é que serão analisadas as matérias publicadas.

Não será ignorado, porém, o fato de que o discurso produzido pela academia, ou por membros do corpo diplomático, não reflete uma verdade absoluta. É importante ter aqui a noção de que, por mais que um seja tomado por parâmetro, a comparação será entre o discurso jornalístico e a produção de pesquisadores, diplomatas e formuladores de políticas governamentais. São lugares de fala diferentes.

Este pensamento é justamente o que Pierre Bourdieu explica ao falar de campo científico. Segundo o autor,

A sociologia da ciência repousa no postulado de que a verdade do produto – mesmo em se tratando desse produto particular que é a verdade científica – reside numa espécie particular de condições sociais de produção; isto é, mais precisamente, num estado determinado da estrutura e do funcionamento do campo científico. O universo "puro" da mais "pura" ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas *invariantes* revestem formas específicas. (Bourdieu 1983, p.1)

Outro conceito do sociólogo francês que pode ajudar na comparação é o de *Habitus*, que trata da internalização de práticas por meio de dispositivos das estruturas sociais. O conceito serve, neste trabalho, tanto para o jornalista, quanto para o diplomata de carreira e para o integrante de governo.

Em uma adaptação do conceito de Bourdieu, Luís Barros Sá Martino e Clóvis Barros Filho (2003) apontam o que há de comum das práticas de todos os agentes que vivem e viveram nas mesmas condições sociais de existência profissional. Estas disposições comuns, decorrentes de uma percepção comum de mundo socialmente forjada e interiorizadas ao longo de trajetórias no mesmo universo, seriam responsáveis por atitudes parecidas em condições análogas.

Ou seja, parte-se do princípio neste trabalho que, tanto o discurso jornalístico quanto o discurso acadêmico são sujeitos a pressões e interferências que influenciam o produto final.

Dizer que o campo é um lugar de luta (...) Não é simplesmente romper com a ideia de uma espécie de “reino dos fins” que não conheceria senão as leis da concorrência pura e perfeita das ideias, infalivelmente recortada pela força intrínseca da ideia verdadeira. É também recordar que o próprio funcionamento do campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse (as práticas científicas não aparecendo como “desinteressadas senão quando referidas a interesses diferentes, produzidos e exigidos por outros campos. (Bourdieu 1983, p. 1 e 2)

Será analisado como a natureza corporativa da mídia brasileira e dos veículos analisados, influirá na cobertura dando preferência a decisões que estejam de acordo com o ideário liberal. Seja na economia, na política ou nos direitos humanos.

Os meios de comunicação de massa tendem a personificar os processos. Por isso, a escolha por analisar dois governos: a política externa de FHC e a política externa de Lula.

Dentro da tendência à personificação, a própria identidade de país nas páginas do jornal sofre esta pressão. Como em histórias ou romances, há o mocinho, o vilão e outros arquétipos. Resta saber qual o papel do Brasil neste relacionamento internacional segundo o *Estadão* e a *Folha*.

Uma discussão acerca do conceito de identidade, a identidade nacional e como ela é forjada na diferença é fundamental. A imprensa é, com seu poder de mediação, fator importante na delimitação das identidades, das noções que um cidadão tem de seu próprio país. É uma discussão sobre a identidade e a mídia o próximo passo deste trabalho.

1 - Identidade, mídia e produção do discurso jornalístico

Neste capítulo, discutir-se-á a formação de identidades e noções de pertencimento nas páginas de jornais. Sabendo da influência que os meios de comunicação de massa têm sobre os consumidores de informação, a ideia é descrever aqui o processo de produção de notícias e demonstrar quão imperfeito ele é – se tomarmos como perfeição a objetividade pura e simples, a descrição da verdade.

A discussão irá desde a dificuldade que um repórter, por mais bem intencionado que seja, tem em descrever objetivamente um fato, passando pelo *modus operandi* das empresas jornalísticas e seus interesses corporativos, até chegar à maneira como o conteúdo produzido deste modo peculiar vai influenciar um cidadão, eleitor ou consumidor.

Para este trabalho, esta explanação é fundamental para a comprovação da relevância do estudo. Apesar de este não ser um trabalho de recepção, a extensa bibliografia sobre o tema, exposta na sequência, há de ser suficiente para comprovar o poder de influência dos meios de comunicação de massa nas ações e opiniões das pessoas.

1.1- O conceito de identidade na sociedade contemporânea

Na sociedade atual, o papel do discurso dos meios de comunicação enquanto produtor de sentido, criando/alterando/destruindo processos de identificação e noções de pertencimento, é cada vez mais relevante. Como citado acima, utiliza-se a concepção de Kellner (2001), para quem a cultura da mídia é fundamental na definição das noções de pertencimento do indivíduo.

Goffmann (1999) tem identidade como o conjunto de interações e representações celebradas pelos indivíduos ao longo da vida, sendo mutável, negociável e conjuntural. E, se tudo que está no espaço social é uma representação, pode-se considerar que as identidades são como máscaras que podem ser trocadas de acordo com as circunstâncias.

Da área dos estudos culturais, Stuart Hall (2006) também define um conceito de identidade. Hall acredita que a identidade é formada no discurso e que cada sujeito tem uma personalidade verdadeira que vai sendo moldada ao longo da vida, de acordo com as experiências vividas. Não são como as máscaras de Goffmann e, sim, alterações de um princípio verdadeiro por meio de interações. “O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem”. (Hall, 2006, p. 11)

Goffmann (1988) afirma que a construção da identidade se dá também pela diferença. Em estigma, o termo designa a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena, seja por um defeito físico ou por outra característica que inviabilize sua interação com determinado grupo. É importante ressaltar, porém, que essa inviabilidade não é natural, mas socialmente construída pelas pessoas ditas normais.

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. (Goffmann, 1988 p.05)

Para Berger e Luckmann (1985), a maior parte do que se sabe não vem de nossas experiências próprias, mas de conhecimentos a nós transmitidos. A sociologia do conhecimento tem por objetivo se colocar entre o mundo científico e o das pessoas comuns

para, bebendo na fonte da ciência, tentar entender como o conhecimento é transmitido pelas pessoas comuns.

Em função da capacidade de intervenção que lhes é inerente, os indivíduos, quando interagem socialmente, não se restringem a assimilar identidades. A potencialidade criativa do “Eu” abre precedentes para as exteriorizações inéditas que, se acolhidas pela coletividade, passam por um processo de objetivação. Isso implica dizer que as interações sociais estabelecidas pelos sujeitos ao longo da vida podem reforçar, mas também modificar ou remodelar sua perspectiva de realidade, bem como as posições de sujeito que a constituem. (Mendes, 2009. P 23)

Existem várias interpretações que são legitimadas pelo senso comum e, a partir disso, tomadas como verdades. Elas chegam através das relações sociais que são estabelecidas com aqueles que ao redor. A realidade social da vida cotidiana é um conjunto de tipificações que vão se tornando verdades anônimas à medida que se distanciam do particular e passam ao geral.

A linguagem constrói, então, imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de um outro mundo. (...) Desta maneira, o simbolismo e a linguagem simbólica tornam-se componentes essenciais da realidade da vida cotidiana e da apreensão pelo senso comum desta realidade. Vivo em um mundo de sinais e símbolos todos os dias. (Berger e Luckmann, 1985 p.61)

Na sociedade de representação, segundo Goffmann (1999), os membros se espelham no que vêem e ouvem para criar um personagem para si próprios. Assim como na teoria interacionista de Berger e Luckmann, o personagem de Goffmann absorve informações, as processa e transforma isso em hábitos, gestos e atitudes.

O que somos, ou o que dizemos que somos, é moldado por nós de acordo com o mundo que nos rodeia. Goffmann (1999) tem identidade como o conjunto de interações e representações celebradas pelos indivíduos ao longo da vida, sendo mutável, negociável e conjuntural. E, se tudo que está no espaço social é uma representação, pode-se considerar que as identidades são como máscaras que podem ser trocadas de acordo com as circunstâncias.

Para argumentar a favor da importância do conceito de identidade, Woodward (p. 16) usa exemplos como o da religião, o nacionalismo e a noção de pertencimento a certo tipo de cultura. O que é exposto é a contradição entre a visão essencialista e o não essencialismo. Segundo o autor, estes seriam argumentos contra os que defendem que o que somos e pensamos são meramente funções biológicas. “É possível afirmar a identidade étnica ou nacional sem reivindicar uma história que possa ser recuperada para servir de base para uma identidade fixa?”, questiona.

Segundo Woodward, os conflitos nacionais são caracterizados por tentativas de recuperar e reescrever a história. Pode-se utilizar este raciocínio na arena diplomática, onde os conflitos se dão hoje sem violência, mas onde há, certamente, uma disputa de poder e a tentativa de reescrever a história das nações.

Hall utiliza o exemplo dos ingleses que, segundo ele, tentam sempre resgatar um passado glorioso, de conquistas e domínio. Um passado que os cidadãos de hoje nunca viveram, mas que aprenderam a idealizar. Para ele, as identidades surgem da “narrativização do eu” (p. 109), processo que não diminui sua eficácia discursiva, material ou política.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (Hall, 2006, p. 109)

O diplomata Celso Lafer (2009) se debruça ainda sobre o conceito de identidade nacional que, segundo ele, “que paradoxalmente se formaram e se formam em função da vida internacional, no contato e na interação com o outro” (p.16). Para Lafer, a noção que os cidadãos têm de seu próprio país depende muito da atuação da nação perante seus pares, no cenário global.

Platão (2002) já alertava para a importância que têm os povos vizinhos para o funcionamento da Polis. Ele dizia que a guerra externa minimizava os problemas internos e unia um povo. Nesta passagem, podemos encontrar correspondências com o raciocínio de Lafer sobre a importância que a atuação internacional – em um mundo dividido em estados-nação – tem sobre um povo. Aqui, mais exatamente, sobre a noção e o sentimento que um povo tem acerca de sua própria pátria.

Lafer chama esta interação de identidade internacional, conceito particularmente útil a este trabalho. Segundo ele, os diplomatas são responsáveis “por defender os interesses de um país no plano internacional”. (p.16)

E se, conforme a citação de Robert Park, por Gentilli (2005), “a história é a política passada e a política a história presente” (p. 141), a noção que um cidadão tem de sua nação é forjada em seu passado, glorioso ou não. A política de hoje - no caso desta pesquisa, a política externa - influenciará os sentimentos de pertencimento dos cidadãos brasileiros. Se há uma mudança de patamar do Brasil no cenário internacional, a política que proporcionou isso, que será objeto da cobertura a ser analisada, logo será a história que influenciará os cidadãos.

A partir do momento em que as representações feitas na imprensa interferem no processo de identificação do público, a relevância do estudo está comprovada. Por isso, estes discursos têm ainda mais importância na construção, desconstrução ou consolidação de significações, que geram as identidades e noções de pertencimento.

Gentilli disserta acerca do papel do jornalista, um dos pilares da produção de notícia, mas não o único como será mostrado mais à frente. Para ele, o jornalismo pode ser uma forma de oferecer conhecimento ao mundo e o jornalista é o encarregado de tomar decisões, ordenar, hierarquizar e selecionar o que o leitor vai receber.

Segundo Gentilli, a informação que chega ao leitor não é uma informação em estado bruto, mas uma informação “manipulada pelo jornalista, que faz as suas pré-escolhas, as suas pré-opções, a sua pré-filtragem e o seu pré-julgamento.” “O jornalista é um mediador e, como tal, exerce um papel decisivo, na medida em que é o resultado de seu trabalho que irá oferecer ‘visibilidade’ ao poder e ao mundo” (Gentilli, 2005 p. 143).

O autor diferencia ainda a função de mediador do jornalista de sua função representativa. Gentilli defende que as duas funções do jornalismo, como mediação ou como representação, não são contraditórias. “O representante, como concebemos aqui, é aquele que busca a informação em nome de um outro que tem interesse nessa informação. Assim, a ação como representante é uma das formas de ação da mediação. O jornalista representa o leitor exatamente porque é um mediador” (Gentilli, 2005 p. 144).

As sociedades de massas complexas de hoje, apoiadas em sistemas políticos democrático-representativos, demandam a informação pública manipulada pelos meios de comunicação. E esta demanda, mesmo que sem esta clareza ou formulação explícita, exige como pressuposto que esta informação venha mediada por procedimentos imparciais. (Gentilli 2005, p. 145)

É dentro deste papel deste papel desempenhado pela mídia, de mediação em sociedades democráticas, que frequentemente aparecem a oportunidade para que sejam construídas identidades na política. Seja a identidade partidária, nacional, ou com um viés mais personalista.

1.2 – A construção de identidades políticas no jornalismo

Seja na esfera municipal, estadual ou federal, ou mesmo no cenário político global, a imprensa desempenha papel relevante ao relatar ao cidadão médio o que acontece no mundo da política. E, como já discutido acima, as impressões criadas acerca de políticos,

governos e medidas são influenciadas diretamente pelo que se publica nas páginas dos jornais, ou o que se noticia via rádio ou televisão.

A mídia possui a capacidade de formular as preocupações públicas. O impacto da definição de agenda pelos meios é perceptível não apenas no cidadão comum, que tende a entender como mais importantes as questões destacadas pelos meios de comunicação, mas também no comportamento de líderes políticos e de funcionários públicos, que se vêem na obrigação de dar uma resposta àquelas questões. (Miguel, 2002, p. 171)

O filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) não era muito simpático a um sistema democrático de governo. Em sua crítica, Hegel chamava a democracia de uma espécie de “governo da vontade” (1997).

No atual cenário da democracia – em quase todo o mundo e, em especial, na realidade brasileira -, observa-se que algumas tendências reforçam o voto ou o apoio político como um ato de vontade/apetite, tal como conceituado por Hegel: cidadãos cada vez mais definem seus candidatos por critérios contextuais, e de maneira não perene ou sistemática.

De acordo com Manin (1997), aquilo que ele denomina “democracia de público” consiste numa democracia em que forças políticas são autorizadas a ocupar postos de poder por indicação do eleitorado, que deve formar opinião sobre assuntos políticos de modo livre e plural.

Mas quais são as fontes para que eleitores formem suas opiniões? As estruturas partidárias? Os valores ideológicos que norteiam as formações discursivas dos cidadãos, que, por sua vez, decorrem de instituições mediadoras - como família, escola ou igreja? Certamente, haverá considerável contribuição dessas variáveis, mas, hoje, um dos mais influentes vetores situa-se noutra esfera: a comunicação de massa.

Identificação partidária e aspectos sociológicos, como classes sociais e ideologias, já não são, em muitas democracias ao redor do mundo, os critérios para a escolha do cidadão médio. Na democracia de massa contemporânea, há a crescente personalização da política.

Os processos de identificação de políticos com o cidadão médio se dão, segundo Lima Jr. (1997), basicamente, por dois processos distintos: a representação simbólica, em que o representante assume atitudes que são consideradas apropriadas pelos representados; e a representação descritiva, em que o representante se mostra com características comuns ao representado, o que define uma relação isomórfica – o representante se parece com o representado. Dessa maneira, há duas maneiras claras de um ator político se posicionar: mostrar-se como o mais preparado - logo, diferente da maioria, mas capaz de representá-la bem - ou como cidadão comum – tentando parecer semelhante e conhecedor das dificuldades e do pensamento de um cidadão.

Ao tratar da importância da comunicação na construção de sentido no mundo político, Alessandra Aldé defende que as escolhas políticas não são feitas sob critérios puramente racionais. As escolhas envolvem, além da razão, afetos e identificações não puramente científicos ou filosóficos.

Partimos do pressuposto de que a elaboração dos argumentos que usam para justificar suas opiniões é coerente e busca validar-se e atualizar-se de acordo com critérios de validade argumentativa, explícitos ou não. As construções discursivas dos sujeitos funcionam como 'chaves de leitura' (Goffman, 1974) que lhes permitem dar coerência a suas opiniões, escolhas e ações. (Aldé, 2004, p. 44)

A escolha de personagens alinhados a um modelo ou outro é uma estratégia que vem sendo evidenciada em processos políticos, principalmente eleições, ao redor do planeta. O personalismo na política é favorecido pelo crescimento da volatilidade, pelos efeitos da mídia e pela diminuição do controle partidário.

Assim, as campanhas passam a trabalhar com estereótipos, projetando nos candidatos aquilo que pensam que o povo deseja e procura, sempre baseando-se em tipos já existentes. “Focando personalidades, e não ideias ou ideologias, as comparações são mais óbvias e fáceis”, (Leal, 2003). Este pensamento vai ao encontro da noção de modernidade líquida, consagrada por Bauman (2001) e já citada acima.

Sobre discursos organizados pelos indivíduos sobre a política, Aldé (2004) defende que “podem se constituir em construções a partir da dimensão esquemática ou semântica, ou a partir da dimensão factual ou episódica dos eventos, quando o sujeito se baseia na exemplaridade de determinada história, que passa a fazer parte do seu repertório recorrente sendo usada para ilustrar casos variados” (p. 132). Portanto, a informação recebida pelos cidadãos dos meios de comunicação de massa passa a representar, para muitos, a fonte primordial para hierarquização de preferências políticas, bem como de referências positivas ou negativas sobre os atores políticos.

Este elemento vital das atuais “democracias de público” tem recebido atenção tanto no campo da comunicação, quanto da ciência política.

As pesquisas de recepção apontam para a importância, na aquisição de informação e na construção da atitude política, do grau de exposição e modo de consumo dos meios de comunicação de massa como variável explicativa, enquanto outros estudos de comunicação indicam a existência de enquadramentos identificáveis, homogêneos ou não, exclusivos ou não, com que os meios oferecem sua interpretação das “coisas como elas são”. (Aldé 2004, p. 131)

Miguel (2002) trata ainda de outro tema: o poder que a mídia tem de dar visibilidade ou invisibilidade a um assunto, com seu poder de agenda.

O controle sobre a agenda e sobre a visibilidade dos diversos enquadramentos alicerça a centralidade dos meios de comunicação no processo político contemporâneo. Tal fato não passa despercebido dos agentes políticos, que hoje, em grande medida, orientam suas ações para o impacto presumível na mídia. (Miguel 2002, p. 171)

Apesar de o ser tema do capítulo subsequente, cabe aqui ressaltar a posição dos meios de comunicação de massa. No caso brasileiro, quase sempre, são empresas com fins lucrativos inseridas em um contexto de disputas de poder. Como se não bastasse a dificuldade de se alcançar a neutralidade em um relato de uma pessoa com consciência e experiências próprias, há ainda o contexto corporativo, que torna mais difícil ainda a objetividade pura e simples.

Neste ambiente é que são forjadas as identidades no mundo contemporâneo. Seja a noção que um indivíduo tem de si próprio, ou a empatia por um político, artista ou país, a realidade é absorvida através de filtros. As pessoas se identificam com determinados discursos, que interferem diretamente nestas noções.

E em um mundo mediado, em grande parte pela atuação da imprensa, é inegável que a grande mídia influí nas noções de pertencimento. Mas como o jornalismo atua? Em que condições são produzidas as notícias e qual sua relação com a verdade? Há a necessidade de se discutir, inclusive, o conceito de verdade. E isto será feito adiante. Mas antes, vamos ao jornalismo.

1.3 - Jornalismo e suas condições de produção, uma discussão teórica

Para compreender com mais clareza as condições de produção do jornalismo, será necessário se debruçar rapidamente sobre o jornalismo como profissão, como parte do mundo do trabalho. O conceito de *habitus*, abordado anteriormente, dá uma ideia do quanto o ambiente de trabalho é importante na formação da identidade do profissional e, conseqüentemente, no resultado final, no produto do trabalho.

1.3.1 - O mundo do trabalho e o jornalismo

No prefácio de uma edição em português de *A Ideologia Alemã* (2007), Emir Sader lembra que o conceito de trabalho, redefinido por Karl Marx em termos históricos e materiais, permite rearticular a relação entre sujeito e objeto, “mediante a versão de que os homens produzem a realidade inconscientemente” (p.10). “O mundo que nos aparece sob a dicotomia entre sujeito e objeto, entre subjetividade e objetividade, tem de ser desvendado nas suas raízes, para compreendermos o porquê dessa cisão (...) (ibid, p. 11).”

O caminho da razão é, portanto, do reconhecimento da cisão e de suas raízes. Marx e Engels afirmam que o homem se diferencia dos outros animais por muitas características, “mas a primeira, determinante, é a capacidade de trabalho” (SADER *In* MARX, ENGELS, p. 14). Afirma-se, assim, que o mundo é produto do trabalho humano e que o homem é um ser histórico. “(...) o primeiro pressuposto de toda existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’” (HEGEL *In* MARX, ENGELS, 2007, p. 33).

Em *A Ideologia alemã*, os autores afirmam que o primeiro ato histórico é, pois, “a produção dos meios para a satisfação das necessidades” (p. 33), sendo que a natureza dessas necessidades não altera nada na coisa. Nesse sentido, acrescentam MARX, ENGELS (2010), “o trabalho produtivo se determina a partir do ponto de vista da produção capitalista” (p. 151).

Para Marx (1985), a riqueza das sociedades, em que domina o modo de produção capitalista, aparece como uma “imensa coleção de mercadorias”. “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie” (p. 45).

O corpo da mercadoria é, portanto, “um valor de uso ou bem” (p. 46). Já o valor de troca aparece como a relação quantitativa, “a proporção na qual os valores de uso de uma espécie se trocam” (p. 46). Assim, para Marx (1985), as relações materiais, que nada mais são que as formas necessárias nas quais se realiza a atividade material e individual, formam a base de todas as relações sociais.

Considera-se, portanto, que “ao adquirir novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, com ele, modificam as relações econômicas” (MARX, ENGELS, 2010, p. 101). O surgimento dessas novas relações é necessário a um modo de produção determinado.

Nos Manuscritos econômico-filosóficos, a alienação aponta para seu fundamento na categoria de trabalho. “O trabalho produz, ao mesmo tempo, mercadorias e o operário enquanto mercadoria” (SADER *In* MARX, ENGELS, p. 13). Introduce-se, assim, junto com o conceito de trabalho, o de alienação, sendo que a atividade de produção é a fonte da alienação. “Como produtor, o operário não se sente sujeito, mas objeto de seu objeto” (*ibid*, p.13).

O mundo do trabalho, portanto, pode ser definido (FÍGARO, 2010) como o conjunto que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, além da experiência (saber investido), dos produtos delas advindos, dos discursos que são intercambiados, das técnicas e das tecnologias “que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho e a sociedade se desenvolvam” (p. 104).

É um mundo que passa a existir a partir das relações que nascem motivadas pela atividade humana de comunicação e de trabalho, e simultaneamente conformam e regulam a atividade por meio de leis próprias a ele (FÍGARO, 2010, p.104).

Após a ruptura com a marca histórica do trabalho nos séculos XIX e XX, decorrente das teorias e práticas que inserem a ação humana de transformação da natureza

para suprir as necessidades em sistemas produtivos com padrões, cria-se um modelo de universo simbólico, no qual trabalho e consumo podem unir-se em um mesmo campo.

Casaqui e Riegel (2009) lembram, citando Bauman, que a passagem do capitalismo pesado para o capitalismo leve, a fim de atender às demandas da era do consumo, determina transformações na maneira como o mundo do trabalho se reorganiza, “ao se alinhar, simbolicamente, ao universo do consumo para atingir o objetivo final – a produção de consumidores” (p. 165).

Nesse espectro, acrescentam os autores, “o trabalhador se transforma em garoto-propaganda, em propagador do espírito corporativo e, por extensão, de todos os seus produtos” (CASAQUI E RIEGEL, 2009, p. 166). Mostra-se, portanto, desde o princípio, uma conexão materialista dos homens entre si, conexão que depende das necessidades e do modo de produção e que, como diria Marx, é tão antiga quanto os próprios homens.

Retoma-se, assim, o começo do texto e recorre-se a Marx, Engels (2010), para quem “todas as colisões na história têm sua origem na contradição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio” (p.61).

1.3.2 - O jornalismo e sua condição de produção

O produto do trabalho do jornalista é o discurso jornalístico. E este discurso, o material a ser analisado pelo presente trabalho, é influenciado pelas condições que cercam sua produção, desde o trabalho inicial do repórter até as peculiaridades corporativas que cada empresa jornalística tem. Depois de discutir teorias sobre o mundo do trabalho, aplicáveis à produção jornalística, e conceitos como o de *habitus*, vamos às teorias próprias do jornalismo, igualmente fundamentais para o entendimento do mesmo.

Durante muito tempo acreditou-se que o jornalismo servia para a reprodução perfeita de uma determinada realidade. Assim, quem não foi testemunha direta de determinado fato, poderia saber exatamente o que aconteceu através do relato jornalístico.

É necessário, no entanto, contextualizar o aparecimento desta teoria que acontece na época da passagem de um jornalismo panfletário para o modelo comercial. Como será visto mais à frente, empresas jornalísticas vendiam, e ainda vendem, credibilidade advinda de um discurso de imparcialidade. Se o produto jornalístico parece contaminado por intenções ou vontades, ele automaticamente deixa de ser interessante para o consumidor que busca a verdade em uma página de jornal.

Hoje, esta noção de jornalismo, difundida pela Teoria do Espelho, não goza mais de tanto prestígio entre os estudiosos. Atualmente, os pesquisadores do jornalismo entendem que existem outras variáveis que fatalmente interferem no trabalho jornalístico e influem no produto final, a matéria.

O jornalista é um profissional que trabalha inserido em uma lógica organizacional que, automaticamente, limita a amplitude de suas ações. Aqui é possível recuperar o raciocínio marxista apresentado em Hall (2006), que diz que o ser humano tem poder para construir sua própria trajetória, mas dentro dos limites que lhe são oferecidos num contexto social, histórico e cultural, por exemplo.

Assim opera o jornalista que, dentro desta rotina corporativa na qual funciona o sistema de hierarquização das notícias, tem seu poder limitado. Goffmann (1974) afirma que esta mídia utiliza modelos de interpretação e seleção que definem o que é mais relevante em determinado fato. Estes chamados enquadramentos valorizam determinados aspectos da notícia e subestimam outros, definindo, assim, o recorte de realidade que será publicado e

interferindo diretamente no espaço que a notícia terá ou, até mesmo, se ela terá algum espaço no jornal.

Parto do princípio de que as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles; *enquadramento* é a palavra que eu uso para referir-me a um destes elementos básicos, tais como sou capaz de identificar. Esta é minha definição de *enquadramento*. Minha expressão análise do *enquadramento* é um slogan para referir-me, nesses termos, ao exame da organização da experiência. (GOFFMANN, 1974, p. 11, com grifos do autor)

O enquadramento daquela determinada realidade pode variar também de acordo com o veículo, com o repórter, com o editor, com o fotógrafo. Dentro da rotina de um veículo de comunicação, é grande o número de pessoas e processos que podem alterar uma matéria – haja visto as teorias de *gatekeeping* (Traquina, 2005) –, o que multiplica o número de variáveis que influem no produto final.

É somente quando analisamos as razões apresentadas por ‘Mr. Gate’ para a rejeição de quase nove décimos das notícias (na sua procura do décimo para o qual tem espaço) que começamos a compreender como a comunicação de ‘notícias’ é extremamente subjetiva e depende de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do “*gatekeeper*”. (WHITE 1950, apud Traquina 2005 p. 150)

Alessandra Aldé utiliza o conceito de enquadramento de Goffmann para tratar da influência deste mecanismo nos processos de identificação do público:

O enquadramento é um recurso discursivo dos meios de comunicação, que pode ou não ‘colar’, sendo incorporado ao repertório mais constante de explicações de que os sujeitos precisam para justificar suas escolhas e ações. Essa assimilação pode ser potencializada pelas características formais dos próprios meios, relacionadas ao uso recorrente de determinados mecanismos psicológicos pelos indivíduos em seu conhecimento de mundo. (Aldé 2004, p. 132)

Ao deixar um pouco de lado a rotina do repórter, encontram-se outros fatores que podem interferir no produto jornalístico. É preciso levar em conta também que a imprensa, no caso brasileiro e na maior parte das democracias do mundo, é formada por veículos privados inseridos na lógica do mercado capitalista, a lógica do lucro. Empresas de função social inegável, mas onde o capital privado exerce uma pressão que não pode ser desconsiderada.

Outras evidências de que a compreensão do jornalismo envolve múltiplas variáveis são apresentadas pela academia. José Marques de Melo (2003) trata da pressão exercida pelas empresas privadas de produção de notícia, a assimilação por parte do jornalista e a resposta do público que compra jornal. Para Melo, todo o processo de produção está baseado em uma relação social existente entre emissor e consumidor do conteúdo jornalístico.

O ponto de tensão estaria entre o que o público está interessado em saber e o que as empresas estão interessadas em mostrar. As empresas, por sua vez, utilizando o argumento de sua linha editorial, seriam responsáveis também por uma relação muitas vezes conflituosa com profissionais que pensam de maneira diferente delas.

Pode-se perceber, sem muita dificuldade, que esta disputa é desigual e que a linha editorial, associada ao interesse da empresa, costuma prevalecer. Mas, mesmo diante dessa constatação, há reações sociais àquilo que as empresas fazem. Nesse sentido, até mesmo para garantir sobrevivência econômica, os veículos de comunicação não podem se afastar demais daquilo que Marques de Melo (2003) lembra ser a função básica do jornalismo: informar.

Corporações privadas visam o lucro e vendem confiabilidade. No Brasil, a maioria delas se diz imparcial e vê em um discurso de credibilidade seu bem mais valioso. Por isso, os donos das empresas não podem demarcar a linha editorial à revelia do leitor/consumidor. Os proprietários têm o poder, mas não podem confrontar abertamente seu público, sob pena de prejuízo financeiro.

Iluska Coutinho (2004) relata que “há muito Nelson Werneck Sodré já alertava: ‘o jornal é menos livre quanto maior for a empresa’. Segundo avaliação de Elias Lustosa, ‘por sua origem e pelos seus defensores, a imparcialidade não passava, e não passa, ainda hoje, de mera retórica, sendo usada para preservar o discurso e os interesses do próprio veículo’.

Assim, por meio das reflexões do estudiosos da imprensa, cairia um dos alicerces da chamada verdade jornalística.” (COUTINHO, 2004, p.14)

1.3.3 - A objetividade como ferramenta de busca da verdade

No jornalismo brasileiro, que tem como um de suas características mais fortes a propagação do discurso de imparcialidade, a objetividade é vista como bem precioso.

Em muitas leituras consideradas básicas no estudo do jornalismo, o conceito de objetividade vem sempre relacionado à ética. Exemplos disso são Schudson (1978, apud KNOLL 2010, p. 4) e Lippmann (1922, apud KNOLL 2010, p. 4), que colocam objetividade em contradição com subjetividade e encaram-na como um problema ideológico e moral, que afetaria também outras áreas.

O conceito de objetividade depende de seu antônimo para ser explicado. Sem a subjetividade fica difícil entendermos a objetividade. Para explicar a diferença básica entre os dois conceitos, a teórica do jornalismo Stephanie Martin (apud KNOLL, 2010, p. 6) se apoia nas teorias do filósofo Searle (apud KNOLL, 2010, p. 6) e dá o exemplo da dor e da montanha. Para ela, a dor é subjetiva porque sua existência está diretamente condicionada à sensibilidade humana, ela necessita que alguém a sinta para que exista.

Cada ser humano sempre vai enxergar a dor de uma forma, porque cada um lida com ela de uma forma. Já a montanha existe e ponto. Mesmo que não houvesse nenhum ser humano na terra, haveria a montanha. Ela está lá e é concreta. Todos que a olharem, verão a mesma coisa e, mesmo que ninguém a olhe, ela continuará existindo.

Se consegue-se afirmar que certa informação é verdadeira ou falsa, ela é objetiva. Caso não se consiga, pode-se concluir que a interpretação da sentença vai variar de acordo com o juízo de valor de cada sujeito, logo ela será subjetiva.

O debate sobre objetividade remete, fundamentalmente, à diversidade de valores sobre o que seja o próprio jornalismo. O que ele é e para o que ele serve? Estas são as duas principais perguntas às quais as teorias do jornalismo vêm tentando responder ao longo dos anos - não muitos anos por sinal, já que, até algumas décadas atrás, principalmente no Brasil, o jornalismo era explicado através de mero repositório de técnicas profissionais, com grande carência de teorias significativas para explicá-lo.

A discussão sobre a questão ética está diretamente ligada à discussão sobre a imparcialidade no jornalismo. Se decide-se levar em consideração a impossibilidade da verdade total no jornalismo ou da completa imparcialidade, pode-se dizer que um dos pilares da ética, na profissão de jornalista, é a busca incessante pela imparcialidade e objetividade como metas.

O jornalista deve ser, em primeiro lugar, objetivo, segundo empresas que propagam o discurso de imparcialidade. O profissional exemplar trabalha sempre na busca pela verdade dos fatos. É neste ponto que encontra-se outro conceito central desta discussão. O conceito de verdade varia de acordo com autores, escolas e épocas.

(...) os próprios jornalistas nunca tiveram uma noção clara do que querem dizer com veracidade. Por sua própria natureza, o jornalismo é reativo e prático, não filosófico ou introspectivo. Não existe muita reflexão escrita dos jornalistas sobre esses assuntos, e o pouco que existe não é lido pela maioria dos profissionais do ramo. As teorias do jornalismo ficam nas cabeças dos acadêmicos, e grande parte dos jornalistas sempre desvalorizou o ensino profissional (KOVACH & ROSENSTIEL, 2003, apud COUTINHO, 2004, p.18)

1.3.4 - Conceitos de verdade e a “verdade possível” no jornalismo

"O repórter é um curioso movido, permanentemente, pelo desejo de saber o que acontece e de entender porque aconteceu. Se não for assim, está na profissão errada. E não basta querer saber: é preciso saber tudo, e ter a obstinação de saber certo" (GARCIA, 1992, p.11, apud COUTINHO, 2004, p. 13), segundo define, com certa pretensão e vaidade, o Manual de Redação de *O Globo*. Mas o que é a verdade?

Os filósofos gregos começaram a buscar "a verdade" como um conceito oposto à falsidade, à ilusão e à aparência. Entre os gregos, Platão e Aristóteles tinham pensamentos diferentes acerca do conceito de verdade. Platão acreditava que “verdadeiro é o discurso que diz como as coisas são; falso é o que diz como elas não são” (Cratilo 385b apud COUTINHO 2004, p.6). Já para Aristóteles, a verdade tem relação mais com o enunciado que com o fato.

O conceito de verdade dos latinos é o que mais se aproxima do utilizado no jornalismo nos dias de hoje. Se o conceito hebreu remete ao futuro e o grego, ao presente, o conceito latino remete ao passado. O conceito era sempre aplicado e só era válido quando podia ser comprovado.

Há autores que defendem que a existência de apenas duas possibilidades de discurso, verdadeiro e falso, é controversa. Esses autores propõem que existam múltiplas possibilidades de recortes do mesmo fato. A noção de recorte de realidade vai de encontro aos conceitos de verdade produzidos pelos filósofos supracitados. Fica claro, aos nossos olhos, que a verdade do jornalismo, que pode-se chamar de “verdade possível” em situação ideal, em muito se difere da verdade absoluta e incontestável das teorias.

O repórter relata o que viu, o que descobriu e o que apurou, mas, de antemão, é impossível que um profissional, por mais qualificado que seja, consiga chegar à verdade

completa sobre um fato, seja ele qual for. E, mesmo que se alcance essa totalidade, a dificuldade de comunicá-la ao leitor também seria imensa. A limitação de espaço e a dificuldade de contextualização são fatores que distanciam o material jornalístico do conceito de verdade absoluta.

Em um primeiro momento, somos tentados a afirmar que o jornal *A* noticiou algo diferente do *B* simplesmente por causa de linhas editoriais discrepantes. Não se pode, de maneira alguma, ignorar o poder exercido pelas direções das grandes empresas jornalísticas, do qual será tratado adiante, mas deve-se pensar que outras variáveis podem impactar a realização de coberturas: o papel do repórter, as dificuldades encontradas no dia a dia da profissão para que ele consiga a informação mais precisa e, principalmente, os diferentes valores e perspectivas dos profissionais.

Quando uma batida de carro é presenciada por dois focos de grandes jornais, no mínimo, cada um viu o acidente de um ponto de vista diferente e, por isso, podem ter impressões também diferentes sobre o ocorrido. Na rotina dos repórteres, isso não acontece de maneira tão simples. Eles dificilmente presenciariam juntos uma batida.

Caso ela acontecesse, cada um chegaria em um horário diferente, um chegaria a tempo de ouvir um dos motoristas envolvidos, enquanto o outro ficaria apenas com o testemunho de pessoas que passavam pelo local. Isso se torna ainda mais complexo se levarmos em conta que, ao chegarem ao local do acidente, o repórter do jornal *A* achou que deveria entrevistar o senhor *X* antes da senhora *Y*.

Essa porção de acasos, fundidos aos preconceitos que cada ser humano tem em si, pode ser o começo da explicação para a diferença de enquadramento dos jornais no dia seguinte. “Jornalismo é o relato dos fatos como eles se apresentam no momento do registro,

não um estudo definitivo de uma situação”, dizem os estudiosos americanos Emery, Aulte e Agee (*apud* MELO, 2003,p.26).

Ao escrever uma matéria, o jornalista conta o que viu ou o que ouviu de pessoas que assistiram a determinada situação. O material jornalístico tende a ser afetado pelos pontos de vista, preconceitos e opiniões do jornalista e das fontes ouvidas.

Outro ponto a ser ressaltado é a impossibilidade da compreensão total de uma situação por um observador, por mais neutro que ele seja. Ninguém vê todos os ângulos e, mesmo que isso fosse possível, não seria plausível imaginar que isso pudesse ser transferido para uma matéria jornalística mesmo que ela não tivesse limitações de tamanho ou tempo. Além disto, é relevante lembrar que os relatos jornalísticos são feitos através de uma linguagem não neutra, invariavelmente carregada de significados que nem sempre são controláveis.

“A ideia principal é mostrar que determinadas sentenças jornalísticas podem receber o critério de objetividade, porém, quando as sentenças se deparam com juízos de valores ou desejos, a objetividade não pode ser mais testada, imputando, neste momento, o conceito de subjetividade” (KNOLL, 2010, p.10). Mas é possível, no universo da linguagem, que nunca é neutra, abster-se de juízos de valor, explícitos ou implícitos?

No mundo em que se vive, estamos a todo tempo cercados por ritos, padrões de comportamento e papéis que são socialmente construídos. O que se espera de um indivíduo em sociedade? Como ele deve se comportar?

Para Berger e Luckmann (1985), a maior parte do que se sabe não vem de nossas experiências próprias, mas de conhecimentos a nós transmitidos. A sociologia do conhecimento tem por objetivo se colocar entre o mundo científico e o das pessoas comuns

para, bebendo na fonte da ciência, tentar entender como o conhecimento é transmitido pelas pessoas comuns.

Existem várias interpretações que são legitimadas pelo senso comum e, a partir disso, tomadas como verdades. Elas chegam através das relações sociais que se estabelecem com aqueles que nos rodeiam. A realidade social da vida cotidiana é um conjunto de tipificações que vão se tornando verdades anônimas à medida que se distanciam do particular e passam ao geral.

A linguagem constrói, então, imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de um outro mundo. (...) Desta maneira, o simbolismo e a linguagem simbólica tornam-se componentes essenciais da realidade da vida cotidiana e da apreensão pelo senso comum desta realidade. Vivo em um mundo de sinais e símbolos todos os dias. (Berger e Luckmann 1985 p.61)

E aqui, o que Alfredo Vizeu (2006) escreveu para o jornalismo de televisão pode ser usado para falar da imprensa de massa de maneira geral. Vizeu chama os telejornais de objetos transicionais, uma espécie de referência e estabilidade diante da complexidade do cotidiano. Os problemas do mundo são organizados e cabem no espaço de um telejornal, assim como dentro das páginas destinadas a determinada editoria por um jornal diário.

Se democracia é um ambiente que suporta diferentes correntes em um constante jogo de disputa de poder, não há porque imaginar que as corporações jornalísticas, cujo objetivo é também alcançar lucro, estejam fora deste jogo, olhando de cima como um observador neutro para posteriormente descrevê-lo de maneira objetiva aos cidadãos. As corporações da mídia participam deste jogo e também querem aumentar seu poder de influência.

A imprensa de massa pública é um fator que molda a opinião de cidadãos de um país. No século XVIII, Tocqueville (1995) já falava sobre a relação entre a imprensa e a democracia. Relação essa que será estudada a seguir.

2 - Democracia, liberalismo e imprensa

A democracia é um jogo em que vários atores disputam espaço e buscam hegemonia. Diferentes visões de mundo ocupam o mesmo espaço e disputam a simpatia dos cidadãos, que escolhem quais devem ser os princípios seguidos pelos governantes do Estado. Atores formais, como partidos políticos, e informais, como, por exemplo, a imprensa, buscam influenciar a escolha dos cidadãos que, periodicamente, são eleitores.

Teoricamente, uma sociedade é tanto melhor informada: (1) quanto maior for o número de jornais e; (2) quanto mais plural for cada jornal. Se uma cidade conta com apenas um jornal e este não for um jornal pluralista, esta é uma situação na qual pior ela é apenas a ausência de jornais. Uma situação 'típico-ideal', em princípio, para construirmos um modelo weberiano, seria aquela com o máximo de jornais possíveis e todos eles plurais. (Gentili, 2005 p. 149)

Direita e esquerda, liberdade e igualdade, liberalismo e intervencionismo. São em torno destes conceitos que se constroem a maioria das decisões em uma sociedade democráticas. Autores como Norberto Bobbio, Friederich Hayek e John Maynard Keynes moldaram as discussões sobre os pressupostos da democracia, seja no campo político, econômico ou de costumes.

Sociedades democráticas são sociedades que toleram, ou melhor, que pressupõem a existência de diversos grupos de opinião e de interesse em concorrência entre si; ora se aproximam, ora se dão as costas, como num movimento de dança. (Bobbio 1995, p. 35)

E é uma sociedade democrática o pano de fundo para este estudo, onde direita e esquerda convivem, mesmo que não cordialmente. Mas antes de uma discussão sobre a natureza liberal da imprensa brasileira, com viés para o direitismo político, é preciso definir bem os conceitos da teoria política.

2.1 Teoria política: liberdade ou igualdade

Para Norberto Bobbio (1995), a distinção de direita e esquerda é o principal eixo divisor do debate democrático. À direita, situam-se os que pregam a liberdade como valor maior da democracia. Os esquerdistas são aqueles que têm a promoção da igualdade como objetivo. Liberais são contra intervenções estatais, que, segundo eles, tolhem a liberdade. Já o pensamento de esquerda vê as intervenções como necessárias para que se corrijam distorções. Só assim seria possível a promoção de igualdade maior entre os cidadãos.

Enquanto termos antitéticos, eles são, com respeito ao universo ao qual se referem, reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos. São excludentes no sentido de que nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita e de esquerda. E são exaustivos no sentido de que, ao menos na acepção mais forte da dupla, uma doutrina ou um movimento podem ser apenas ou de direita ou de esquerda. (Bobbio, 1995, p. 31)

O fato de existir pensamento entre os dois extremos não invalida a teoria de direita e esquerda já que, segundo Bobbio, a noção de centro, que abarca o pensamento moderado, é baseada na própria noção de direita e esquerda.

Entre a direita inicial e a esquerda inicial, se colocam posições intermediárias que ocupam o espaço central entre os dois extremos (...). Nada de estranho: entre o branco e o preto, pode existir o cinza; entre o dia e a noite, há o crepúsculo. Mas o cinza não elimina a diferença entre o branco e o preto, nem o crepúsculo elimina a diferença entre o dia e a noite. (Bobbio, 1995, p. 36)

Utilizando conceitos de Bobbio (1986), Victor Gentilli (2005) define a democracia de massas por algumas características básicas. A primeira é forma de escolha dos governantes, que em uma democracia será pelo voto. A segunda é nível de participação das pessoas nas escolhas, se o voto é universal ou há distinção de escolaridade, classe social ou gênero. A terceira trata das condições de escolha e decisão dos cidadãos, ou seja, se há liberdade de opinião, de expressão, de reunião, de associação etc.

Dentro destes critérios, Gentilli diz que existem estágios diferentes do regime, havendo formas de se democratizar a democracia. Para explicar o processo, o autor volta a Bobbio.

Uma sociedade na qual os que têm direito ao voto são os cidadãos masculinos maiores de idade é mais democrática do que aquela na qual votam apenas os proprietários e é menos democrática do que aquela em que tem direito ao voto também as mulheres. Quando se diz que no século passado ocorreu, em alguns países, um contínuo processo de democratização, quer-se dizer que o número dos indivíduos com direito ao voto sofreu um progressivo alargamento. (Bobbio 1986, p. 19, apud. Gentilli 2005, p. 112)

Com estas condições asseguradas, o regime tem o modelo de sociedade liberal democrática. Na democracia moderna, diferentemente da democracia ateniense, a liberdade diz respeito ao privado e não ao público. A liberdade moderna é o exercício pleno dos direitos civis. E é sobre esta visão que foram construídas as bases da Declaração Universal dos Direitos Humanos, por exemplo. Como o próprio nome diz, ao criar a declaração e a noção de direitos humanos, a ONU tenta universalizar o homem, dando a ele alguns direitos independentemente de nacionalidade, raça, credo ou classe social.

A batalha pelos direitos humanos foi encampada pelos Estados Unidos, nação mais poderosa do planeta desde o fim da Segunda Grande Guerra. O país, por diversas vezes, se achou no direito de intervir em outras nações para promover a democracia pluripartidária e a abertura de mercado, valores completamente ligados, na visão dos americanos. (Kissinger 2011, p. 442)

Em seu livro *Sobre a China* (2011), o diplomata Henry Kissinger relata parte da turbulenta relação entre os Estados Unidos, país com política liberal-democrática, e a China, que teve, ao longo do século XX, um regime definido como socialista, apesar de diferente do modelo soviético. Em certo ponto da história, a principal divergência entre os países se deu

por conta do que os EUA chamavam de graves violações dos direitos humanos ocorridas após a queda do Muro de Berlim.

Do lado americano, contudo, a desintegração soviética era vista como representando uma espécie de triunfo permanente e universal dos valores democráticos. (...) Um novo conceito evoluía no sentido de que Estado-nação perdia importância e o sistema internacional, daí por diante, estaria baseado em princípios transnacionais. Uma vez que se presumia que as democracias eram inerentemente pacíficas, enquanto as autocracias tendiam à violência e ao terrorismo internacional, promover mudança de regime era considerado um ato de política externa legítimo, não uma intervenção nos assuntos domésticos. (Kissinger, 2011, P. 442)

A associação entre imprensa não controlada por governos e a democracia com valores liberais é feita desde o Iluminismo. A imprensa é vista como aliada da democracia desde que Alex de Tocqueville viajou à América para conhecer a nação formada pelas treze colônias inglesas, no final do século XVII. Para o francês, a imprensa era mais importante por ser responsável por evitar males do que por promover benfeitorias (2005). Ele constatou isso ao ver como os jornais das aldeias faziam circular a opinião pública, combatendo o isolamento dos habitantes dos Estados Unidos.

O direito à informação é, assim como o sufrágio universal, uma maneira de medir o estágio de democracia em um determinado espaço. A liberdade de imprensa é outro. Sobre o direito à informação, Victor Gentili escreve que é um direito meio, pois ele assegura os outros direitos fundamentais, já citados acima. “É um direito que fomenta o exercício da cidadania e permite ao cidadão o acesso e a crítica aos instrumentos necessários ao exercício pleno do conjunto de direitos de cidadania” (p. 128). O direito à informação é que pavimenta o caminho para que o cidadão possa formar as próprias preferências particulares, fazer suas escolhas e seus julgamentos de modo autônomo.

Se é real o desafio da construção de uma democracia de massas, então é forçosa a admissão do ser humano como um ente emancipado, capaz de avaliar e julgar todas as questões públicas de forma autônoma, sem tutela, com independência absoluta. O princípio do julgamento individual torna-se, assim, uma premissa para uma efetiva democracia de massas. Este raciocínio tem o sentido de que, para a democracia, vale o reconhecimento do conjunto, ou melhor, da totalidade dos julgamentos individuais, mesmo que este julgamento se realize sem o rigor do juízo dos pensadores profissionais como filósofos e cientistas. (Gentili 2005, p. 129)

A relação entre a liberdade de escolha dos cidadãos, a liberdade de imprensa e a liberdade dos agentes econômicos não demorou a ser feita. O liberalismo, defendido por Friedrich Hayek, pregava a mínima intervenção do Estado na vida das pessoas e na economia, que deveria se movimentar livremente, respeitando as forças de mercado.

O contraponto é feito por Bobbio (1992), que garante que os direitos sociais do homem só podem ser assegurados por interferência do Estado.

Enquanto os direitos de liberdade nascem contra o superpoder do Estado – e, portanto, com o objetivo de limitar o poder –, os direitos sociais exigem, para sua realização prática, ou seja, para a passagem da declaração puramente verbal à sua proteção efetiva, precisamente o contrário, isto é, a ampliação dos poderes do Estado. (Bobbio 1992, p. 72)

Assim como Gentili afirmou que existem níveis de democracia de acordo com a abrangência das condições, como sufrágio universal, liberdade de expressão etc., pode-se dizer que as democracias podem ter diferentes graus de liberalismo. E para isso, é fundamental entender a participação do Estado. Quanto mais intervencionista ele for, mais identificado com o pensamento de esquerda ele será.

Os sociais democratas, tão criticados por Hayek em seu *O Caminho da Servidão* (1977), pregam que é o Estado quem deve fornecer as condições para que os indivíduos tenham condições de desenvolver seu potencial. Para Hayek, os indivíduos ascenderão através de seu próprio mérito e a intervenção do Estado vai, inevitavelmente, beneficiar alguns cidadãos em detrimento de outros.

Discussão parecida acontece no âmbito da economia. É possível ser capitalista e ter ideias mais à esquerda, sem que isso chegue perto do socialismo marxista. Em um ambiente internacional em que o socialismo praticamente inexistente, o principal debate dentro da economia capitalista se dá entre duas escolas: a monetarista e a keynesiana. O debate é atual, principalmente depois da falência do Lehman Brothers e da crise mundial que a sucedeu desde 2008.

Os monetaristas, cujos principais expoentes são economistas da Escola de Chicago, são mais liberais e repudiam a participação estatal na economia. Inspirados nas ideias de economistas, como Adam Smith, defendem a eficácia de mercados baseados apenas em capital privado. Economistas como Milton Friedman defendem que o papel do Estado é apenas de autoridade monetária, controlando o volume de moeda em circulação para evitar a inflação (Corazza e Kremer 2003).

As personalidades envolvidas com o monetarismo possuem firmes afinidades com as ideias dos filósofos liberais ingleses dos séculos XVIII e XIX (...) O monetarismo na América está relacionado com os ideais conservadores do país e a antipatia ao Estado, classificado como inimigo da liberdade. (Costa 2009, p.21)

Já os Keynesianos, que seguem o pensamento de John Maynard Keynes, são correntemente associados à social-democracia. Defendem que o Estado tem o poder de intervir na economia em momentos de crise, imprimindo moeda e financiando a retomada do crescimento econômico. Este pensamento ganhou força nas décadas de 1930 e 1940, em cenário pós-crise. Foi quando o governo dos Estados Unidos promoveu uma série de investimentos com a intenção de revitalizar a economia totalmente devastada pelo crash da bolsa em 29, e Keynes publicou sua mais famosa obra, *“Teoria geral do emprego, do juro e da moeda”* em 1936.

Atribui-se a Keynes o desenho teórico da estratégia político-econômica que, desde a década de 30, transformou a natureza do Estado e de suas relações com a economia e as sociedades capitalistas avançadas. Na verdade, sua ação efetiva é posterior aos anos 40, ainda quando são os fatores objetivos, a partir da crise de 29, contribuíram, de forma decisiva, para a constituição das economias mistas e dos sistemas de bem-estar e proteção social. Deposto o pensamento liberal/conservador, pelo ataque teórico-ideológico dos keynesianos e pelo avanço político dos social-democratas – ocorridos à sombra dos efeitos devastadores de duas guerras mundiais -, abriram-se os caminhos para a presença de um Estado mais ativo e intervencionista. (Fiori 1992, p. 1)

É preciso levar em conta que a grande imprensa, no caso brasileiro e na maior parte das democracias do mundo, é formada por veículos privados inseridos na lógica do mercado capitalista, a lógica do lucro. É inegável e repetido por vários estudiosos, como José Marques de Melo (2003), por exemplo, que as pressões empresariais têm poder de interferir no conteúdo jornalístico produzido por estes veículos. Companhias de capital privado que estão cada vez mais profissionais.

2.2 A imprensa e a agenda liberal

A estreita relação entre jornalismo e os interesses empresariais já foi motivo de investigações por parte da academia. Em um livro chamado *O Consenso Forjado: a grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil* (2005), Francisco Fonseca examina o comportamento da grande imprensa durante o início da nova democracia no Brasil, entre 1985 e 1992.

Ao fim do processo de renúncia do presidente Fernando Collor de Melo, expoente do neoliberalismo no Brasil, o autor indica que nem este golpe sofrido pelos defensores do ultraliberalismo foi capaz de alterar o discurso da imprensa.

Como se observa, a grande imprensa permaneceu, findado o período Collor, arraigadamente apegada à consecução da Agenda Ultraliberal. Apenas houve certos reposicionamentos políticos, permanecendo inalterada, contudo, a pressão, estabelecida nos termos de uma guerra de posições, para fixar a Agenda (Ultraliberal) para o vice-presidente que assumiria. (Fonseca, 2005, p. 386)

No trabalho, são analisados os quatro maiores jornais do país na época: *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* - que será objeto de análise deste estudo. Sobre este último, o autor ressalta o conservadorismo e sublinha que:

Sua preocupação com a ordem, em virtude da possibilidade de ocorrência de anomia, foi tão grande que a aproximação com o pensamento positivista – por paradoxal que possa parecer – fez seu liberalismo algo excessivamente vinculado à reação e ao conservadorismo, tornando seu perfilhamento à doutrina liberal uma postura essencialmente restritiva. (Fonseca 2005, p. 387)

A imprensa no Brasil é muitas vezes acusada de influir no processo político, sempre em favor de candidatos que estejam alinhados com os interesses dos mais ricos. Afinal, o que são os donos de jornais e das grandes concessões de rádio e TV senão empresários, logo, burgueses?

A crítica é antiga e quase sempre vem dos chamados partidos de esquerda. Assim como o PT acusou a imprensa e militantes e a chamou de Partido da Imprensa Golpista (PIG) em 2010, os partidários de Brizola acusaram a Rede Globo de tentar eleger outro candidato ao governo do Rio, em 1982.

A Rede Globo também já foi acusada pelo PT, em 1989, por ter editado um debate político entre Lula e Collor: a edição que teria sido tendenciosa e fora determinante para que o candidato de Alagoas se tornasse o primeiro presidente eleito pelo povo depois de 1964. Em suma, há episódios demonstrando que houve enquadramentos desfavoráveis às forças de esquerda na cobertura da grande mídia.

Ao selecionar acontecimentos, personagens, avaliar e criticar idéias e comportamentos ou simplesmente transmitir notícias, a mídia termina configurando temas e hierarquizando questões, ao mesmo tempo em que produz enquadramentos favoráveis ou desfavoráveis. Esta capacidade de selecionar e enquadrar os acontecimentos e oferecer uma interpretação sobre eles expressa um poder de agenda capaz de potencialmente transformar a mídia, em determinados momentos, num influente e, às vezes, até mesmo no principal ator político, como mostram os

episódios que resultaram no impeachment do Presidente Nixon nos USA e de Fernando Collor de Mello no Brasil. (AZEVEDO, 2001, p. 3)

Na Europa e nos Estados Unidos, é comum que os jornais tenham posicionamento político. Na França, o *Le Figaro* é assumidamente um jornal de centro-direita, enquanto o *Le Monde* se situa mais a esquerda. Nos Estados Unidos, o *The New York Times*, principal jornal do país e talvez do mundo, normalmente declara apoio a um candidato democrata à presidência do país.

Uma crítica recebida pela imprensa brasileira é que ela não é apartidária, mas finge ser. O argumento é simples: se o eleitor pudesse ler a *Veja* (frequentemente, com postura crítica em relação a Lula) sabendo que a revista se declarou uma publicação próxima das ideias tucanas, ele já saberia de que ponto de vista viria tal cobertura. Isso não costuma ocorrer com a *Veja* ou a *IstoÉ*, por exemplo.

Autores como Albuquerque (1999 apud AZEVEDO, 2001, p. 187) consideram que a imprensa brasileira conseguiu se desenvolver à margem dos partidos políticos porque eles nunca tiveram, aqui, a força que têm nos Estados Unidos e na Europa. Entre outros fatores, concluem para o processo as várias rupturas ocorridas no sistema partidário nos últimos 100 anos e o personalismo exagerado na política brasileira.

De um modo geral, os órgãos da grande imprensa brasileira são hoje muito mais independentes de partidos ou facções políticas do que no passado, comprometidos que estão com a lógica empresarial capitalista (...). Além do mais, a multiplicação de fóruns de debate profissional – como por exemplo a revista *Imprensa* e organizações voltadas para o ‘*media criticism*’, como o Observatório da Imprensa e o Instituto Gutemberg – sugere ter havido, nos últimos anos, um significativo avanço na constituição de uma identidade profissional jornalística baseada numa ética do serviço público. (ALBUQUERQUE, 1999, p. 2, apud AZEVEDO, 2001, p. 188)

Quase a totalidade dos órgãos de imprensa brasileiros afirma postular uma postura independente. A Associação Brasileira de Jornais, por exemplo, tem atacado iniciativas como a da criação de um Conselho Nacional de Jornalismo e defendido a não obrigatoriedade do

diploma para o exercício da profissão de jornalista. O argumento é que a ação é em defesa da liberdade de imprensa. Mas essas empresas conseguem realmente ser livres, agir independente das pressões vindas do mercado e do Estado? Conseguem ser porta-vozes da diversidade de posições políticas existentes na opinião pública?

Em sua exposição, Gentili (2005) comenta o caso brasileiro e seu modelo de comunicação que, para o autor, é um dos mais antidemocráticos do mundo, por permitir vida longa aos monopólios, nacionais e regionais das grandes empresas de comunicação.

Carolina Matos (2008) estudou a cobertura que a imprensa fez de alguns dos momentos políticos chave do país nos últimos 30 anos – Movimento das Diretas Já; eleições de 1989 e impeachment de Fernando Collor de Melo; eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994; e eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002 – e aponta os avanços e retrocessos durante o período.

Para Matos, o fim da censura modificou a essência da relação entre os órgãos de imprensa e o Estado. O fim da postura autoritária do governo central não excluiu a dependência que essas empresas têm dos aparatos governamentais. Ela conta que o governo foi um dos principais incentivadores do processo de modernização das empresas de comunicação, principalmente as de rádio e TV, e é, ainda hoje, fonte importante de renda para os veículos – principalmente os menores jornais.

Durante esse tempo, o Estado teve uma relação conflituosa com a mídia, abandonando a postura de total censura e controle para uma de pouca interferência, apesar da mídia ainda ser relativamente dependente do Estado. As organizações políticas começaram a exercer um papel político mais poderoso na sociedade brasileira e na política na fase da pós-ditadura. Por causa de suas práticas clientelistas e paternalistas, que favorecem os setores mais privilegiados da sociedade brasileira ao criar grupos corporativistas, o Estado tem sido o alvo constante dos ataques de elites influenciadas pelo pensamento neoliberal, com suas críticas às estruturas estatais em nome da total liberdade que deve ser dada ao mercado. (MATOS, 2008, p. 308 e 309)

A pesquisa realizada por Matos constatou, ainda, uma despolitização do debate, ou seja, as matérias foram se tornando mais independentes e menos atreladas a partidarismos existentes dentro das redações ou na direção do jornal (o que não significa ausência de valores políticos). A cobertura das eleições foi, paulatinamente, ganhando importância ao longo dos anos.

Os jornais dedicaram, ao menos, quatro páginas diárias à cobertura das campanhas presidenciais, com suplementos especiais sendo produzidos durante os meses de pico. As matérias de política buscaram ser mais independentes em relação ao Estado, mais críticas e sofisticadas e menos partidárias. (MATOS, 2008, p. 319)

A democracia liberal e a lógica capitalista que rege os veículos de *media* abriram espaço, também, para reportagens de confronto com o Estado – o que resultou também num jornalismo mais obcecado por informações de bastidores e de caráter “denuncista”.

Carolina Matos defende o papel do jornalista e do jornalismo no processo de democratização ainda em curso no Brasil. Para ela, “é difícil prever onde estaria a sociedade brasileira em termos de transparência, debate público e representação da democracia política se não tivesse havido matérias pioneiras e campanhas publicadas pela imprensa” (MATOS, 2008, p. 323).

Qual deve ser o papel da imprensa numa sociedade democrática? Qual seu papel no jogo político? Um jornal tem direito de declarar apoio a um candidato ou esse é seu dever para que o consumidor de notícia saiba quem está lhe enviando a notícia? É possível ser apartidário?

Gentili se debruça sobre o papel do jornalismo em sociedades democráticas e trata do pluralismo destas publicações, mesmo sabendo que elas são editadas por empresas privadas em um modelo que, no caso brasileiro, favorece o monopólio, ou o oligopólio. A

credibilidade como produto, para Gentili, obriga essas empresas a oferecerem o mínimo de pluralidade para não perder público.

A defesa de Gentili é que não se alcança uma situação de direito à informação com base em desejos, nem com políticas públicas de controle. O direito à informação plural é conquistado pelo público quando ele exige, exercendo seu papel de cidadão, a informação plural a que tem direito em uma democracia de massas.

O ponto central que devemos centrar a discussão é no equilíbrio entre os diversos elementos que configuram a estrutura de comunicações. (...) É factível uma realidade pluralista como um ideal, mas o pluralismo será o resultado do embate de interesses postos no mercado. É verdade que estes interesses tendem ao monopólio. No entanto, em alguma medida, se as sociedades tiverem consolidados direitos mínimos, mesmo monopolizados, os meios de comunicação terão que se apresentar como pluralistas.

Na Nova República brasileira não é comum que os veículos declarem abertamente seu apoio a candidatos, como fez o *Estadão*, em 2010. O que a imprensa faz com frequência, e que o pesquisador Francisco Fonseca (2005, p. 17) detectou, é a defesa clara de posições ideológicas e a tentativa de ditar rumos de governos. No trabalho de Fonseca, pode-se observar, por exemplo, como o *Jornal do Brasil* defendeu o liberalismo em seus editoriais e em textos jornalísticos. Um dos exemplos citados é a matéria sobre um economista liberal, vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 1988.

O Globo, que não é objeto deste estudo, também se apresentou historicamente como defensor das bases do capitalismo. Em época de eleições, como as de 1989, o jornal carioca demonstrava seu medo de que a recessão e a inflação afetassem o voto dos eleitores. O medo era de que, em meio à crise, o eleitorado votasse em candidatos que não estavam comprometidos com o capitalismo globalizado. O medo era de que os eleitores votassem na esquerda. A tentativa de ditar os rumos do novo governo que seria eleito ficava clara no título de um de seus editoriais: “*Pauta para candidatos*”, de 23/07/1989.

O argumento de Francisco Fonseca é o de que, como grandes empresas capitalistas que visam ao lucro, as organizações jornalísticas não poderiam defender outra posição que não fosse aquela mais interessante economicamente para eles. Na época, o novo liberalismo era a moda. “Por trás da informação que afirmaram expressar, esconderam-se jornais ideológicos, com objetivos muito bem definidos enquanto atores político-ideológicos, aparelhos privados de hegemonia, partidos políticos do Capital Global e empresas capitalistas” (FONSECA, 2005, p. 27).

2.3 Contexto da análise - As empresas jornalísticas

Os dois jornais escolhidos para a análise são da cidade de São Paulo. Nascidos em tempos diferentes, com propósitos diferentes e com trajetórias completamente distintas ao longo das últimas décadas. Hoje, provavelmente, assistimos ao ponto em que eles estão mais parecidos nos enquadramentos escolhidos, principalmente na cobertura de política – onde se insere, de maneira indireta, o presente trabalho.

2.3.1 – *Folha de São Paulo*: as mudanças editoriais como marca

A *Folha de São Paulo* nasceu em 1921, sob o título de *Folha da Noite* - fundada por dois jornalistas que saíram de *O Estado de S. Paulo*. A ideia de lançar um jornal vespertino ocorrera aos fundadores para que o novo veículo não enfrentasse a concorrência do *Estadão*. Além do horário diferente, a *Folha* pretendia alcançar um público diferente: classe média e classe operária. Pouco depois, com o sucesso do jornal, foi lançada, em 1925, a *Folha da Manhã*: os dois jornais tinham como princípio editorial publicar os problemas locais, as notícias de São Paulo.

A fama de um jornal desprendido do passado e aberto às transformações decorre do fato de que a *Folha* já teve diferentes donos nestes 90 anos de história. As mudanças na linha editorial também aconteceram com frequência. O que, segundo o escritor Nicolau Sevcenko, não é necessariamente um demérito:

Alguns jornais são fiéis a si mesmos, o que é, sem dúvida, uma forma de virtude. Outros são ao tempo no interior do qual se acham enquadrados, como tem sido o caso da Folha de S. Paulo. Fato que me encanta de uma forma muito especial, porque coloca esse diário sob o signo da ruptura, que, ao que me parece, preside não só à essência do exercício jornalístico, quanto aos próprios movimentos dessa estranha nebulosa denominada história. (SEVCENKO, 1985, p. 13 apud LINS DA SILVA, 2005, p. 68)

Nos vinte cinco anos iniciais, o jornal trocou de mãos e de orientação política algumas vezes. Fez oposição ao Governo Federal em seus primeiros oito anos de vida, depois apoiou Washington Luís, defendeu os cafeicultores paulistas etc. Um dos comandantes do jornal merece atenção especial: Nabantino Ramos assumiu a *Folha* na década de 40 e tentou modernizar o jornal. Lins da Silva (2005) conta que o nível de improviso existente nas redações incomodava aquele homem formado em Direito.

Ele tentou, sem sucesso, organizar, planejar e sistematizar a atuação jornalística dentro da *Folha*. O projeto que Ramos tentou implantar resultou em um documento chamado “*Normas de Trabalho da Divisão de Redação*”. O jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva, um dos comandantes do processo que modernizou o jornal nos anos 80, chama este documento de precursor do Manual da Redação. Ele cita ainda outras semelhanças entre a reforma que Ramos pretendia fazer e a que foi feita no Projeto Folha.

Nabantino é importante também porque criou a *Folha de S. Paulo*, depois de fundir a *Folha da Manhã* e a *Folha da Noite* com a caçula, *Folha da Tarde*. Uma greve no início dos anos 60 foi um dos motivos pelos quais Nabantino Ramos decidiu se desfazer do jornal, em 1962.

Os compradores da *Folha da Manhã SA* foram Carlos Caldeira Filho, empresário do ramo da construção civil, e Octavio Frias de Oliveira, cuja família controla o jornal ainda nos dias de hoje. A parceria entre Frias e Caldeira duraria 30 anos e se encerraria em 1992, sempre com Frias tendo um papel mais marcante no jornal. Um de seus filhos, Luís Frias, é o presidente do conglomerado *Folha* e seu outro filho, Otavio Frias Filho, é o diretor de redação do jornal.

Nos primeiro cinco anos, a dupla Frias de Oliveira e Caldeira Filho teve que se preocupar apenas com a saúde financeira da *Folha da Manhã SA*. A linha editorial pouco se alterou neste período e continuou a tratar dos problemas das classes médias urbanas e de assuntos corriqueiros como ciência, saúde e tecnologia.

De 1968 a 1974, segundo Lins da Silva, ocorreu a fase de revolução tecnológica e os esforços ficaram concentrados em modernizar o maquinário do jornal. A linha editorial mudou, mas muito pouco. Nesse período, um nome influente foi o do jornalista Cláudio Abramo.

A partir de 1974, com a saúde financeira da empresa recuperada e com a infraestrutura reparada, Frias voltou suas atenções para a redação. Com uma linha editorial mais aberta, que primava pela independência do jornal, Frias tentava fugir da concorrência com o poderoso *Estadão*, assim como fizeram os fundadores da *Folha da Noite*.

No fim da década de 70, o jornal, percebendo uma boa oportunidade na abertura política, resolveu investir nela. A partir daí, segundo Lins da Silva, o jornal passou a ter uma linha editorial própria e consolidada.

Nessa época, foi criado, também, o conselho editorial da *Folha* e a seção “*Tendências e Debates*”, que existem até hoje. A seção serviu de espaço para que intelectuais

de várias áreas de conhecimento debatessem e expusessem suas ideias. Ainda hoje, o jornal se orgulha de ser lembrado como o jornal das Diretas Já ou o veículo que lutou pela democracia e pela abertura política no Brasil.

O jornal tinha crescido com a abertura, mas problemas internos o impediam de avançar ainda mais. Foi com a posse de Otávio Frias Filho como diretor de redação do jornal, que começou a ser implantado o Projeto Folha, um revolucionário conjunto de medidas que visava padronizar e sistematizar o funcionamento do jornal.

O Projeto Folha foi, sem dúvidas, a maior reformulação pela qual a *Folha de S. Paulo* passou nos seus 90 anos de história. Demissão de funcionários; criação de um Manual da Redação; modernização da redação com a instalação dos terminais de vídeo, um embrião do computador pessoal que substituiu as velhas máquinas de escrever; ciclos de seminários internos para capacitar os jornalistas; novo organograma para a redação etc.

Todas essas alterações tiveram como consequência principal para o leitor uma nova maneira de se fazer jornal impresso no país. Os textos ficaram mais curtos, o jornal foi dividido em cadernos e organizado de maneira mais racional e metódica. Houve uma padronização que tinha de ser respeitada por todos os setores do jornal.

No prefácio, escrito em 2005, para a edição comemorativa de *Mil Dias* (1987), livro que conta a história do Projeto Folha, Carlos Eduardo Lins da Silva diz que, ao adaptar o jornal a uma lógica mais capitalista, o grupo Folha estava antecipando o que aconteceria depois aos principais veículos de comunicação do Brasil.

Mesmo os mais ardorosos adversários agora concederão, contudo, que os pressupostos básicos do 'Projeto Folha' foram incorporados pela imprensa brasileira, para o bem ou para o mal. Ninguém pode contestar que ele foi um precursor de tendência. Praticamente tudo que a Folha dos anos 80 fez, sob apupos quase generalizados da concorrência, acabou, positiva ou negativamente, adotado por ela. (LINS DA SILVA, 2005, p. 17)

É nessa época também que a *Folha* consolida sua linha editorial. Com o regime militar chegando ao fim e a repressão cada vez menos ostensiva, era tempo de o jornal voltar seus olhos pra isso. Em 1982, para a cobertura das eleições, o jornal fez circular um documento interno chamado “*A Folha em busca do Apartidarismo, Reflexo do Profissionalismo*”. O documento dizia:

Esses esforços no rumo da independência exigem (...) um crescente profissionalismo da nossa parte. Embora a imparcialidade jornalística seja uma fantasia (...), ainda assim é preciso reconhecer que há tratamentos jornalísticos mais parciais que outros (...). Nesse sentido, profissionalismo é sinônimo de desengajamento. É uma luta sem trégua contra o *parti pris*, contra o preconceito, contra o senso comum (...), contra a falta de clareza e concisão, contra as informações incompletas ou ambíguas. (LINS DA SILVA, 2005, p. 103)

O apartidarismo se tornaria então um dos autoproclamados pilares do Projeto e base da linha editorial do jornal até os dias de hoje, segundo seus editores. O Manual da Redação fala em um jornalismo “crítico, moderno, pluralista e apartidário” (2001, p. 7) como os pilares do Projeto Folha. A primeira grande reformulação da redação terminou na segunda metade da década de 80, mas o projeto original já previa a necessidade de atualização ao longo dos anos.

Apesar da tentativa de pluralismo no conteúdo, Lins da Silva, que como jornalista fez carreira na *Folha* e chegou a ser diretor adjunto de Redação, admite que o jornal é uma publicação burguesa e que o mecanismo que geria o Projeto Folha tinha inspiração burguesa. Ele diz, ainda, que o jornal enfrentou problemas porque o Projeto foi levado a sério demais e isso desagradou antigos colaboradores do veículo.

Não há dúvidas de que a Folha é um jornal burguês. Também não pode haver grande discussão quanto ao fato de que o projeto do jornal se vale de uma lógica burguesa. Durante o período histórico brasileiro em que os interesses de parte da burguesia se associaram aos dos movimentos populares, o jornal chegou a ser visto como um aliado desses movimentos. (...) Com a consolidação do sistema representativo (burguês), que coincidiu com o início do estabelecimento do projeto na Redação, as diferenças passaram a se tornar expressas novamente. (LINS DA SILVA, 2005, p. 129)

Novas versões do Manual foram publicadas em 1987, 1992 e 2001. A principal revisão do Projeto Folha aconteceu em agosto de 1997 e pretendia tornar mais flexíveis algumas das normas implantadas na década de 80. As atualizações tiveram a intenção de tornar o jornal mais moderno.

Apesar de sofrer constantes críticas, a *Folha de S. Paulo* é hoje o jornal de maior tiragem e circulação no Brasil e foi responsável por algumas das principais denúncias feitas no país nos últimos 20 anos - a principal delas, a entrevista do então deputado Roberto Jefferson, que detonou a crise do mensalão.

2.3.2 – O Estado de S. Paulo: o conservadorismo assumido

O jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP) é o mais antigo jornal de São Paulo ainda em circulação. Foi fundado durante a decadência do Império, em 1875, por fazendeiros com ideais republicanos. Inicialmente ele tinha o nome de *A Província de S. Paulo* – a nomenclatura de Estado, para designar entes federados, veio com a proclamação da República, quando o jornal alterou seu nome. A publicação foi pioneira em venda avulsa no país. Quando o jornal foi fundado, a capital paulista era uma cidade em franco desenvolvimento, mas ainda tinha apenas 25 mil habitantes.

A Província apoiou a República, mas não se vinculou a qualquer dos partidos que viriam a integrar o novo jogo político do período pós-imperial. Inicialmente fundado por 16

republicanos, o jornal passou a ter, em 1902, um único dono: Júlio Mesquita. Nelson Werneck Sodré contextualiza o período de nascimento do Estadão:

A grande imprensa fez do tema político a tônica de sua matéria – tal como a política era entendida e praticada na velha República oligárquica. O tema político neutraliza a influência literária, mas não permite ainda a linguagem jornalística, aquela que é específica, diferente da linguagem literária. (SODRÉ, 1983, p. 323)

Foi a convite de OESP que o repórter Euclídes da Cunha cobriu a Guerra de Canudos. As reportagens eram aguardadas ansiosamente e fizeram sucesso no final do Século XIX. Por limitações técnicas, nessa época, o jornal não conseguia publicar mais de 10 mil exemplares, passando a 18 mil durante a guerra de Canudos.

No início do século XX, com a modernização da redação e a aquisição de nova máquina gráfica, o *Estadão* chega à tiragem de 35 mil exemplares diários, com edições de 16 e 20 páginas.

O jornal participou da campanha civilista, liderada por Rui Barbosa, a quem apoiou nas eleições de 1910. Hoje, *OESP* afirma que se posicionava contra os vícios do sistema eleitoral vigente durante a chamada República Velha: voto de cabresto, compra de votos e voto aberto.

Durante a Primeira Guerra Mundial, a briga foi com os descendentes de alemães que viviam em São Paulo. O jornal de Júlio Mesquita comprou a causa aliada e por isso os germânicos decidiram não publicar mais anúncios no Estadão.

Em 1924, *O Estado de S. Paulo* foi, pela primeira vez, impedido de circular. Após o levante tenentista que sacudiu São Paulo, Júlio Mesquita foi preso e acusado de apoio aos revoltosos. O jornal se defendeu dizendo que

Júlio Mesquita foi preso a mando do governo federal apenas por ter dialogado com os revolucionários. Apesar da neutralidade de *O Estado*, concordante com as críticas dos revolucionários ao governo federal, mas discordante da sublevação militar como meio de contestação. (PONTES, 2006)

Em 1927, com a morte do diretor Júlio Mesquita, o jornal foi assumido por seus filhos Francisco Mesquita e Júlio Mesquita Filho. O *Estadão* teve participação importante na história de São Paulo na virada dos anos 30. Primeiro, o jornal apoiou a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa, em detrimento do paulista Júlio Prestes.

Contudo, depois da Revolução de 1930, o jornal se voltou contra o presidente gaúcho e participou da articulação, junto com o Partido Democrático e alguns setores do Partido Republicano Paulista, da Revolução Constitucionalista de 1932, que reivindicava eleições livres para presidente e uma nova Constituição. Em represália, os dois irmãos que controlavam o jornal foram presos e exilados em Portugal. Depois de um acordo político, os dois puderam voltar ao Brasil.

A tomada de posição, neste caso, até hoje é lembrada com orgulho pelo jornal. Quando do levante, uma bandeira de São Paulo foi hasteada pelos revolucionários em frente ao prédio da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Esta bandeira foi entregue depois pelos revolucionários a Júlio Mesquita Filho que prometeu que a guardaria “para sempre”. Até hoje o jornal paulista cumpre a promessa. A bandeira está exposta na sede do jornal.

O jornal reivindica para si a ideia de criação de uma universidade estadual em São Paulo, que mais tarde viria a nascer com o nome de USP. Segundo conta o jornal, o próprio Júlio Mesquita Filho foi o responsável, a mando do interventor federal e seu cunhado Armando de Salles Oliveira, por arregimentar pensadores para a formação do corpo docente da Universidade. (PONTES, 2006)

Depois da Revolução Constitucionalista, a paz com o presidente Getúlio Vargas durou pouco e o jornal se posicionou contra o golpe que criou o Estado Novo em 1937. Em 1940, o *Estado de S. Paulo* foi invadido por homens do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) que, no que o jornal garante ser uma farsa, apreendeu armas dentro da redação. O jornal responsabiliza pela ocupação Adhemar de Barros, um ex-deputado do Partido Republicano Paulista, o PRP, nomeado por Getúlio como interventor de São Paulo (Severiano, 2012).

Entre 1940 e 1945, o *Estadão* foi controlado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo Getúlio. Estes cinco anos sob intervenção federal não são contabilizados na história do jornal.

O golpe ainda era apenas um objetivo em 1961 quando o *Estadão* começou a apoiar a ideia, quando da renúncia de Jânio Quadros. Chefe de redação do jornal na época, o jornalista Cláudio Abramo (1988) conta como acontecia o processo na redação.

Na renúncia de Jânio Quadros, em 1961, a direção começou a conspirar com os militares de direita e a manipular o noticiário, como é aliás natural (mas para mim, na época, não parecia tão natural assim, ou parecia mas demorei a entender). O início da virada na redação se deu exatamente em 1961, nos dias em que os militares queriam impedir a posse de Jango. Todo o noticiário passou a ser controlado e revisto, refeito e arranjado, embora conservasse basicamente os padrões gerais de relativa equanimidade. (Abramo, 1988, p.38-39)

O *Estadão* se vangloria de tomar posição em situações de encruzilhada. Em 1962, Júlio Mesquita Filho escreveu um editorial chamado “Roteiro da Revolução”, em que tentava apontar similaridades entre os opositores civis ao governo João Goulart e os militares insatisfeitos com Jango. A intenção era unir forças.

Notadamente representante de um público conservador e no meio de uma situação de agitação, em 1964 o jornal apoiou o Golpe Militar que depôs o presidente João Goulart. Como justificativa, compara o Golpe de 64 à Revolução Constitucionalista de 1932.

Editorialmente o jornal sempre manteve sua linha de apoio à democracia representativa e à economia de livre-mercado. Em 1964, “O Estado” apoiou o movimento militar que depôs o presidente João Goulart ao constatar que o mesmo já não tinha autoridade para governar. No entanto, entendia que a intervenção militar deveria ser transitória. Quando se evidenciava que os radicais de extrema direita aumentavam sua influência, objetivando a perpetuação dos militares no poder, O Estado retirou seu apoio e passou a fazer oposição. (PONTES, 2006, p.4)

Em meio ao Regime Militar, *OESP* lança o *Jornal da Tarde* em 1966, um periódico mais voltado para os problemas urbanos. Nessa época o jornal alcança a tiragem de 340 mil exemplares diários. Já fazendo oposição aos militares que governavam o país, o *Grupo Estado* teve suas publicações censuradas e, em forma de protesto, colocava receitas de culinária e poemas onde deveriam estar as notícias. Júlio Mesquita Filho faleceu nessa época e deu lugar ao seu herdeiro, Júlio Mesquita Neto.

Em 13 de dezembro de 1968, data da outorgação do Ato Institucional Número 5, depois de não aceitar retirar de uma edição um editorial que fazia críticas ao governo, *OESP* teve sua edição apreendida e proibida de circular. Em vez da autocensura, o *Estadão* passou a contar com censores federais na redação.

Uma das maneiras de driblar os censores e denunciar a repressão foi a publicação de trechos do poema “Os Lusíadas”, de Luis de Camões. Em 4 de janeiro de 1975, quando *OESP* comemorava 100 anos desde a fundação, a censura prévia deixou a oficina do jornal.

Na década de 1980, o jornalista Augusto Nunes foi o principal responsável por uma reforma no *Estadão*. O jornalista empreendeu mudanças no noticiário do jornal e na parte gráfica. A reforma seguiu algumas das tendências lançadas pelo maior rival do *Estadão*, a

Folha de S. Paulo, alguns anos antes. A partir de 1991, o jornal passou a ter cores e a circular também às segundas-feiras e dias seguintes a feriados.

Nos últimos 20 anos o jornal passou por profundas mudanças internas e por modernização organizacional. A família Mesquita ainda é proprietária do jornal, mas seus membros já não ocupam mais cargos de direção. A influência direta e formal da família no conteúdo do jornal acontece apenas na seção de opinião.

O processo de distanciamento da família Mesquita da rotina do jornal não foi simples e só foi adotado depois que se chegou a um consenso sobre a necessidade de profissionalização da gestão. Um dos principais responsáveis pelo processo de modernização da redação no início do Século XXI, o jornalista Sandro Vaia teve de defender o projeto, muitas vezes, indo contra a opinião do então editor de opinião, Ruy Mesquita, morto em 2013.

O jornal, insistia ele (Ruy Mesquita), tem suas convicções centenárias, se tornou poderoso graças a elas, e é suicídio afrontá-las. Pequenos artigos de opinião espalhados pelo jornal, tentando elucidar fatos do cotidiano, ou polemizar sobre eles, o incomodavam. Sobretudo quando colidiam com a opinião expressa com clareza e veemência na página 3, no sagrado espaço dos editoriais - referência histórica da imprensa, altar do pensamento liberal-conservador - respeitados e temidos até por quem os odeia. (Vaia, 2007)

Em toda sua história, nas idas e vindas de suas relações com governos, fica patente a disposição do jornal em assumir posições, assim como no apoio a José Serra nas eleições de 2010, com frequência com viés político conservador – posição auto-explicitada em numerosas questões.

Atualmente, o jornal enfrenta problemas financeiros e são recorrentes os boatos de que a família Mesquita tenta se desfazer do centenário periódico. Milton Severyano, em seu *Nascidos para Perder* (2012), afirma que a decadência do veículo e a queda no número de

leitores se devem a seguidos erros da família que controla o *Estadão* desde o início do século. Até janeiro de 2014, mês que marca os 139 anos de fundação do periódico, nenhum dos boatos sobre a venda se concretizou.

3- Análise do discurso: linguagem e poder

Antes de começar a avaliação do conteúdo jornalístico, será preciso um embasamento – formado com o cruzamento de diferentes visões acerca do tema – sobre a política externa brasileira e sua evolução durante o período pesquisado. A intenção é testar alguns pressupostos na consulta à bibliografia de relações internacionais e preencher algumas lacunas para comparação posterior com o material publicado pelos dois grandes jornais.

Consultando escritos de críticos e apoiadores, no caso também formuladores, da política externa dos dois governos em questão, pretende-se saber, por exemplo, o quanto o país ganhou importância no cenário internacional durante o período pesquisado, ou se o Brasil teve apenas megalomania, uma obsessão boba por protagonismo que pouco ajudou a imagem do país no cenário internacional.

O trabalho pretende analisar as reportagens dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. A intenção é utilizar técnicas de análise de discurso nos editoriais e no material factual, na busca de correspondências. Será, ainda, uma tentativa de observar a influência editorial na cobertura diária do jornal, vendo como e o quanto a visão editorial chega às manchetes e análises. Outra intenção é buscar representações que atravessam os textos, factuais e editoriais.

A análise buscará afinidades e incongruências entre o material factual e o editorial. O importante aqui é identificar quais são os valores de fundo que podem ser depreendidos a partir de determinadas construções discursivas.

Será analisado o conteúdo produzido durante três dias, no mês de setembro, em anos entre 1995 e 2010. A Assembleia Geral das Nações Unidas, acontece, geralmente, nesse mês, sempre na sede da ONU, em Nova York.

O Brasil, por tradição, faz sempre o primeiro discurso da reunião, a fala que abre a Assembleia. Isso acontece porque o brasileiro Oswaldo Aranha presidiu a primeira edição do encontro. A análise começará a ser feita um dia antes do discurso brasileiro na abertura oficial e terminará no dia seguinte à fala. Serão, portanto, três dias de análise por ano. A análise prévia do material possibilitou a constatação de que este é o período em que o noticiário sobre o tema é mais abundante.

Na impossibilidade de analisar todos os dezesseis anos do período, foram escolhidas três edições de cada um dos governos. Tanto Fernando Henrique Cardoso quanto Luiz Inácio Lula da Silva terão analisados o primeiro e o último ano de seus governos.

Como houve a constatação de que somente com estas edições haveria um hiato muito grande entre os anos de análise, definiu-se ainda pela averiguação de uma edição intermediária, de meio de governo. Tanto FHC, quanto Lula terão, ainda, analisados o primeiro ano do segundo mandato, que foi escolhido em detrimento do último ano do primeiro mandato por não ser período de eleição.

Ou seja, do governo Fernando Henrique serão analisados os anos de 1995, 1999 e 2002; já do período do presidente Lula, os anos são 2003, 2007 e 2010. Assim, há a intenção de avaliar, também, a evolução das políticas dos dois governos.

O material será colhido nas editorias de política e internacional, ou correspondentes, dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

Além de textos jornalísticos, análises e outros textos interpretativos não fixos serão analisados normalmente, porque, mesmo que não sejam de jornalistas, foram encomendados para aquela determinada situação. Para que se possa fazer a medição da influência do pensamento da chefia sobre o conteúdo jornalístico, é imprescindível a

avaliação dos editoriais. A partir da análise destes, será possível conhecer o posicionamento do jornal e, a partir daí, a comparação com o material jornalístico produzido será mais efetiva.

Colunas e artigos fixos dos jornais serão considerados mesmo que, teoricamente, expressem opiniões pessoais dos autores - mas nunca deixando de levar esta peculiaridade em conta.

É necessário explicar o porquê do cuidado com este tipo de texto. Se um colunista é fixo em um determinado jornal é porque a direção se alinha ao pensamento dele ou, na menor das hipóteses, acha relevante que seus leitores tenham acesso a suas opiniões. Mas a produção de um colunista, mesmo que de pensamento alinhado à linha editorial, é geralmente independente, ou mais independente, do processo de produção jornalística. Fora da redação, o colunista tende a sofrer menos pressões e suas análises podem, por um acaso, destoarem do pensamento editorial do jornal. Como, neste caso, qualquer decisão de censura é brusca demais, a ponto de torná-la uma decisão quase impossível, este colunista será o responsável por tornar a cobertura do veículo de comunicação mais plural.

O cuidado especial se mostra necessário pela necessidade de diferenciação dos casos. A pluralidade da cobertura não se dará por uma decisão editorial, seja da direção do jornal ou da editoria de política ou internacional, mas apesar dela.

O editorial expressa a opinião oficial do jornal, mas não apenas de seus donos, como explica José Marques de Melo (2003), mas também de outros setores inseridos no processo de produção de um jornal. Para o autor, o jornal usa o poder que tem para pressionar os governos através dos editoriais.

Além dos acionistas majoritários, há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os cofres da organização através de compra de espaço, além dos braços do aparelho burocrático do Estado que exerce grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exerce no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro. (...) [No Brasil, os editoriais], embora se dirijam formalmente à “opinião pública”, na verdade encerram uma relação de diálogo com o Estado. (MELO 2003, p.104)

O material será analisado de acordo com a “escola francesa” de análise de discurso (Pêcheux, 1977; Foucault, 1996), com contribuições de Mikhail Bakhtin (1992; 2003), além de releituras feitas por autores brasileiros (Orlandi, 2005; Brandão, 1991; Fiorin, 2007), a partir de conceitos como formação discursiva/ideológica, interdiscursividade e gênero do discurso - conceito este que, para Bakhtin, é o ponto de partida da análise (Bakhtin, 2003).

3.1 - Análise do Discurso

A análise de discurso se dedica ao estudo da língua funcionando para a produção de sentidos, o que permite analisar unidades além da frase. Este tipo de estudo considera que a linguagem não é transparente e leva em conta fatores como o autor do texto, o veículo em que ele foi publicado e o contexto histórico da publicação - que são relevantes para a compreensão daquele significado. A análise, então, deve “se voltar para dentro e para fora, para o texto e para o contexto” (Fiorin, 2007, p.77).

Ao estudar as relações entre pensamento e linguagem, Vygotsky afirma que só é possível a análise das conexões entre os conceitos se for usada a que ele chama de análise em unidades. Ele utiliza uma metáfora química para explicar seu pensamento. Segundo ele, a água não poderá ser compreendida se analisados oxigênio e hidrogênio. A água só poderá ser compreendida se estudada como uma molécula que tem um comportamento específico - que não é necessariamente o comportamento de hidrogênio mais oxigênio.

“Com o termo unidade queremos nos referir a um produto de análise que, ao contrário dos elementos, conserva todas as propriedades do todo, não podendo ser dividido sem que se perca” (p.5), afirma, na tentativa de provar que a análise do pensamento e a análise da linguagem não são capazes de explicar as relações e a importância da interligação entre pensamento e linguagem. “É no significado da palavra que o pensamento e a fala se unem em pensamento verbal. É no significado, então, que podemos encontrar as respostas às nossas questões sobre a relação entre o pensamento e a fala”.

Segundo Vygotsky, durante muito tempo, partiu-se da hipótese de que o meio de comunicação era a própria palavra ou som, mas este modelo não levava a conclusões satisfatórias. Estudos mais sofisticados defendem que a verdadeira comunicação requer significado, ou seja, pressupõe uma atitude generalizante, um estágio avançado do desenvolvimento do significado da palavra. “As formas mais elevadas da comunicação humana somente são possíveis porque o pensamento do homem reflete uma realidade conceitualizada” (p. 7 e 8).

Nessa elaboração da realidade como criação humana, Vygotsky (2005) afirma que o significado da palavra é, simultaneamente, pensamento e fala, que se unem em pensamento verbal. Em consequência, seria o que Schaff (1976) afirma, ao dizer que “o homem não só aprende a falar, mas também a pensar” (p. 250).

A linguagem é uma unidade verbal e mental. O pensamento opera-se sempre em uma determinada língua, sem ser reduzido aos sinais linguísticos. Não se pode identificar ou igualar o pensamento à linguagem.

O pensamento verbal, entretanto, não abrange de modo algum todas as formas de pensamento ou de fala. “Há uma vasta área do pensamento que não mantém relação direta com a fala” (p. 58). O pensamento manifestado no uso de instrumentos pertence a essa área.

Citando Marx e Engels, Vygotsky (2005) lembra que, há muito tempo, o uso e a criação de ferramentas são uma característica específica do processo de trabalho humano. Além disso, no homem, o pensamento gerado pelo uso de instrumentos está muito menos ligado à fala e aos conceitos do que outras formas de pensamento.

Por sua vez, “a função primordial da fala é a comunicação, o intercâmbio social” (Vygotsky, 2005, p. 6). Como ponto de partida, Schaff (1976) aponta a linguagem, que “é a *mediadora* entre o que é social, dado, e o que é individual” (p. 251) e “é também, em certo sentido, a *criadora* da nossa imagem do mundo” (p. 254).

O autor fala de um terceiro plano, afora o pensamento e o conhecimento, no qual é preciso considerar na análise da atividade languageira. Trata-se da cultura, “enquanto ‘depósito’ de certos processos, dos seus produtos e de comportamentos humanos definidos” (p. 262).

Todas essas dimensões se interligam e marcam o caráter multidimensional e total do trabalho. Nouroudine (*In* Faïta, 2002) afirma que existe uma dupla complexidade constitutiva do trabalho, cujas propriedades intrínsecas estão relacionadas às atividades, aos saberes e aos valores, que se manifestam através do cruzamento e na contaminação mútua.

No entanto, Ecléa Bosi, no artigo “A opinião e o estereótipo”, lembra que quando a socialização é uma adoção acrítica de normas e valores, produz o medo do conhecimento. Isto é, colhem-se os aspectos do real já recortados e confeccionados pela cultura. “O repouso no estereótipo, nas explicações dadas pelo poder, conduz a uma capitulação da percepção e a um estreitamento do campo mental” (p. 99).

Dessa forma, a passagem da opinião para o conhecimento advém da relação com o objeto. Lippmann (1970) afirma que o relato de um acontecimento é, na realidade, uma

transfiguração dele, um produto conjunto do conhecedor e do conhecido, no qual o papel do observador é sempre seletivo e, geralmente, criativo. “Os fatos que vemos dependem da posição em que estamos colocados e dos hábitos de nossos olhos” (Lippmann, 1970, p. 150).

Portanto, o estudo das práticas languageiras, conforme lembra Faïta (2002), não pode ser tomado por uma única gama de critérios, o que permitiria somente uma compreensão parcial da atividade. “Dessa forma, a análise pluridisciplinar permitiria considerar um mesmo problema sob aspectos diferentes, graças ao enriquecimento mútuo dos pontos de vista” (p. 59).

Para Faïta (2002), a teoria dialógica de Bakhtin e a noção de gênero ajudam a comportar um número aberto de maneiras de significar, autorizadas pela captação dos movimentos de sentido. Nesse cenário, pode ser possível identificar os deslocamentos de sentido, criados pelas estratégias discursivas do falante (enunciador).

O diálogo transgride os limites da interação ao introduzir inferências e encadeamentos do locutor em relação ao que ele próprio enuncia, jogando com sua memória, suas próprias opiniões ou sentimentos (Faïta, 2002, p. 57).

Assim, a proposta metodológica do autor é a da autoconfrontação cruzada, na qual são consideradas a complexidade do material da análise e a postura do pesquisador. Trata-se, segundo Faïta (2002), do “desenvolvimento de trocas verbais acerca do tema da profissão, fazendo uso de filmes ou imagens das situações de trabalho em que os sujeitos podem ver a si próprios em ação” (p. 59).

Tem-se, assim, uma compreensão do trabalho e a valorização do sujeito nas condições de produção para pensar a linguagem e sua aplicação como partes da atividade. Porém, na maior parte das vezes, o pesquisador, o próprio sujeito e o outro colhem o que a cultura já definiu para cada um, criando e mantendo um repertório de estereótipos. Conforme

lembra Lippmann (1970), a tentativa de ver todas as coisas frescamente e com detalhes, em vez de vê-las como tipos e generalidades, é exaustiva.

Ao se aprofundar em uma análise de discurso voltada para dentro, como propõe Fiorin, é importante identificar o lugar da fala e a posição ideológica de quem escreve. Se, como foi dito anteriormente, desconfia-se que a imprensa possa reproduzir um discurso que seja condizente com as preferências comerciais da empresa e, conseqüentemente, ao capital, é interessante que se use a análise de discurso.

Segundo Fiorin (2007), a formação discursiva é a forma do discurso que expressa uma formação ideológica. A formação ideológica, por sua vez, é a visão de mundo de determinada classe social. No material analisado, um dos objetivos é entender se o discurso ali reproduzido reflete o pensamento de quem escreve (jornalista), ou de quem publica (empresa jornalística).

A cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo. Essa visão de mundo é ensinada a cada um dos membros de uma sociedade ao longo do processo de aprendizagem lingüística. (...) O discurso é mais o lugar da reprodução do que o da criação. (Fiorin 2010, p.32)

Fiorin destaca, entretanto, que a análise não deve se preocupar em descobrir a verdadeira formação ideológica do enunciador, mas a inscrita em determinado discurso. Para efeito deste trabalho, a afirmação é pertinente, pois, mais importante do que a posição ideológica “verdadeira”, é a publicada nas páginas do jornal, já que é isto que tem potencial de influência sobre o leitor ou, no caso, o cidadão brasileiro. Cabe aqui discutir, também, o conceito de *ethos*, analisando a imagem do autor no discurso.

Baccega (1995) afirma que a sociedade funciona no bojo de um número infundável de discursos “que se cruzam, se esbarram, se anulam, se complementam” (p.21).

Dessa dinâmica, acrescenta a autora, nascem os novos discursos, “os quais planejam alterar os significados dos outros e vão alterando seus próprios significados” (*ibid*).

Baccega (1995) lembra que, entre o homem e a realidade, entre o sujeito e o objeto, “há uma mediação, uma ‘cerca’, uma força” que o impele a perceber essa realidade de um determinado modo. “E a raiz dessa força é a palavra” (p. 28).

A autora recorre à expressão de Schaff (1974), que dizia que a palavra carrega a “a prática social solidificada”, para explicar que “é na distância que medeia a coisa representada e a representação presente na palavra, no signo, que se configura o intervalo onde se materializa a ideologia” (p. 26).

Segundo Bakhtin (2002), tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. “Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos, não existe ideologia*” (p. 31). A palavra, segundo Bakhtin, é o primeiro meio da consciência individual e a ideologia é o significado que está fora do objeto, além dele.

Os diferentes sentidos dados a uma mesma palavra podem ser explicados pela noção de formação discursiva, que se liga a condições de produção diferentes. Para Orlandi (2005, p. 43), “tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele”.

A palavra é extraída de um estoque social de signos disponíveis. O grau de consciência, de clareza, de acabamento formal da atividade mental é diretamente proporcional ao seu grau de orientação social.

Segundo os estudos bakhtinianos, a esfera ideológica é a esfera do signo. Nesta esfera estão as representações, o símbolo religioso, a fórmula científica, a forma jurídica,

entre outras. Cada campo possui sua própria função na vida social. Cada um também reflete e refrata a realidade social de maneira específica. No caso desta análise, especificamente, em que se estudará o discurso jornalístico, é importante ter a noção do lugar de fala, da visão de mundo. O discurso jornalístico, o discurso publicitário e o discurso científico manifestarão visões diferentes sobre um mesmo fato.

O conceito de “interdiscursividade” é importante para uma melhor compreensão das subjetividades e para a análise de discurso, pois, como diz Bakhtin (2003, p. 319), “o locutor não é um Adão e, por isso, o objeto de seu discurso se torna, inevitavelmente, o ponto onde se encontram as opiniões de interlocutores imediatos”.

Falando sobre a concepção de Bakhtin, Grohmann (2012) ressalta a importância de não se enxergar fatos isolados quando se analisa um discurso. Partindo do pressuposto de que o discurso reflete uma ideologia e que esta ideologia é socialmente forjada, ele enumera fatores que merecem atenção na hora de se fazer uma análise do discurso.

A partir destas considerações, os autores elaboram regras metodológicas para o estudo dos fios ideológicos: 1) não separar a ideologia da realidade material do signo; 2) não dissociar o signo das formas concretas de comunicação; 3) não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material. Portanto, o que é fundamental é “não dissociar”, e sim relacionar, dialogar. (Grohmann 2012, p. 38)

Dentro desta perspectiva, pode-se pensar que o jornal não é um punhado de textos soltos, mas um conjunto de matérias produzidas por pessoas em condições parecidas e que merece ser analisado com alguma relação de interdependência. Seja pela ótica de quem produz, uma classe profissional sujeita a condições de trabalho parecidas, seja pelo ponto de vista de quem lê, consumidor de notícias que tem acesso ao jornal e não a uma matéria apenas, esta noção de diálogo é ressaltada. Por conta disto, na hora de se fazer a análise interdiscursiva, considerar-se-á pensar não só a matéria como unidade, mas também a página ou até as páginas destinadas ao noticiário de determinado assunto.

3.2 - Círculo de Bakhtin

Mesmo não tendo tido a intenção explícita de construir uma teoria formal de análise do discurso, a colaboração de Mikhail Bakhtin sobre o tema é referendada por autores como Beth Brait. Seu conceito de metalinguagem demonstrava preocupação com aspectos do discurso que iam além dos limites estabelecidos pela lingüística. Bakhtin negava, porém, que lingüística e metalingüística se invalidassem ou concorressem. Ele pregava a colaboração e a importância mútua das duas disciplinas.

A lingüística e a metalingüística estudam um mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacetado – o discurso, mas estudam sob diferentes aspectos e diferentes ângulos de visão. Devem completar-se mutuamente, e não fundir-se. Na prática, os limites entre elas são violados com muita frequência. (Bakhtin 2002 p. 181, apud Brait 2006 p. 11)

Apesar das palavras de Bakhtin, fica claro que há uma diferença fundamental entre os estudos do russo e de franceses como Saussure. Bakhtin tem como objeto de estudo o discurso, a linguagem em uso, e não a língua. O estudo do discurso, ou das relações dialógicas, leva em consideração uma dimensão extralingüística. O círculo de Bakhtin, formado também por autores como Valentin Nikolaevich Voloshinov e Pavel Nikolaevich Medvedev, defende que as relações dialógicas são irredutíveis às relações lógicas ou às concreto-semânticas, mas que não podem prescindir delas.

Para se tornarem dialógicas, as relações lógicas e concreto-semânticas devem, como já dissemos, materializar-se, ou seja, devem passar a outro campo da existência, devem tornar-se discurso, ou seja, enunciado e ganhar autor, criador de dado enunciado cuja posição ela expressa. (Bakhtin 2002 p. 184, apud Brait 2006 p. 13)

Para enfrentar a complexidade do discurso, o Círculo de Bakhtin utiliza a abordagem dialógica. Esta abordagem não pode se dar somente a partir de um ponto de vista interno, nem de um ponto de vista externo. São exatamente os dois pólos, interno e externo, que caracterizam o dialogismo da abordagem, a grande novidade da metalinguagem e dos

estudos bakhtinianos. A metalinguística herda da linguística a possibilidade de esmiuçar os campos semânticos. Mas não fica nisto: a metalinguística vai além da análise formal da materialidade linguística.

As relações dialógicas são irredutíveis às relações lógicas ou às concreto-semânticas, que, por si mesmas, carecem de momento dialógico. Devem personificar-se na linguagem, tornar-se enunciados, converter-se em posições de diferentes sujeitos expressas na linguagem para que entre eles possam surgir relações dialógicas. (Bakhtin 2002 p. 184, apud Brait 2006 p. 13)

Não é intenção de Bakhtin condenar o estudo do sistema da língua, ele apenas não acha que apenas este dá conta de explicar de maneira adequada o funcionamento da linguagem.

Uma das características mais importantes da escola bakhtiniana de análise do discurso vem do exemplo de seu fundador. Makhaíl Bakhtin foi aos escritos de Dostoiévski, um de seus mais importantes objetos de análise, sem uma teoria pronta na qual buscasse encaixar as observações. Bakhtin chegou aos escritos “desarmado”, pronto para absorver o que os textos tinham a lhe oferecer. A análise do discurso não aplica conceitos a fim de compreender um discurso, ela apenas deixa que os discursos revelem sua forma, que produzam sentido naturalmente em um embate dialógico.

O conceito de intertextualidade não aparece diretamente na obra de Bakhtin, mas, segundo Fiorin (in Brait 2006), isso se deve em parte a questões de tradução. O autor usa um exemplo dado por Sírío Possenti para argumentar a noção de interdiscurso que aparece na obra do russo, sob nomes como polifonia, dialogismo, heterogeneidade e intertextualidade. Apesar de cada um destes contextos representar um viés específico, estão enquadrados na noção de intertextualidade.

A búlgara Júlia Kristeva, que publicou releituras da obra de Bakhtin, afirma que o texto é, ao mesmo tempo, fixo e fluido. O texto é o que está escrito, registrado e documentado – capaz de salvaguardar o ser humano e sua frágil memória. Ao mesmo tempo, esta série de palavras é capaz de “esconder” um estilo, o conotativo, um sentido oculto que o autor depositou intencionalmente.

Kristeva diferencia, assim, a interpretação dada por Bakhtin da de franceses como Saussure, que dizia que a significação se dá em um nível de abstração. Já o russo entende que fatores sociais são cruciais para definir o que e como o discurso será absorvido. “A significação se produz, não no nível de uma abstração (língua), tal como postulava Saussure, mas como uma operação, um trabalho, em que se investem, ao mesmo tempo e num só movimento, o debate do sujeito e do outro e o contexto social” (Kristeva 1994, apud Fiorin in Brait 2006).

Fiorin acha importante ressaltar que, na obra de Bakhtin, dialogismo – nome sob o qual a interdiscursividade aparece – tem pouco a ver com diálogo no sentido denotativo, de conversa face a face. O dialogismo, aqui, é a interação entre todos os enunciados no processo de comunicação, tenham a dimensão que tiverem. E, no caso, a interação se dá entre discursos – não entre interlocutores e discursos, mas necessariamente sobre discursos.

Um mesmo enunciado pode ter, ainda, mais de uma voz. O autor diz, neste caso, que o dialogismo é uma forma composicional do discurso. Existem duas maneiras como isso pode aparecer em um enunciado: anunciado como uma voz externa ou como uma ambivalência interna do discurso. Bakhtin chama estas duas formas de “formas externas, visíveis” ou de “concepção estreita do dialogismo”. (Bakhtin 1992, p. 350 apud Fiorin in Brait 2006, p. 173)

Fiorin ressalta que, para Bakhtin, o dialogismo se dá apenas entre discursos. Não existe entre locutor e interlocutor, mas sim entre o discurso do locutor e o absorvido pelo interlocutor.

O estenograma do pensamento humano é sempre o estenograma de um diálogo de tipo especial: a complexa interdependência entre o texto (objeto de análise e de reflexão) e o contexto que o elabora e o envolve (contexto interrogativo, contestatório etc.), através do qual se realiza o pensamento do sujeito que pratica o ato da cognição e do juízo. Há o encontro de dois textos, do que está concluído e do que está sendo elaborado em relação ao primeiro. Há, portanto, o encontro de dois sujeitos, dois autores. (Bakhtin 1992, p.332 apud Fiorin in Brait 2006 p. 166)

No modo de ver bakhtiniano, as pessoas não se relacionam diretamente com as coisas. A relação dialógica se dá com um discurso existente em torno dos objetos. Isso se dá porque todo e qualquer objeto está envolto em um discurso, que dialoga com outros discursos. “Os homens não têm acesso direto à realidade, pois nossa relação com ela é sempre mediada pela linguagem” (Fiorin in Brait 2006, p. 167).

Fiorin considera, ainda, que as palavras e as orações são unidades da língua, enquanto os enunciados são as unidades reais de comunicação. As palavras podem ser repetidas, já os enunciados, mesmo que haja a repetição das mesmas palavras na mesma ordem, é único e irrepitível.

Um enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação verbal de uma dada esfera. As fronteiras desse enunciado determinam-se pela alternância dos sujeitos falantes. Os enunciados não são indiferentes uns aos outros, nem autossuficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. (...) O enunciado está repleto de ecos e lembranças de outros enunciados. (Bakhtin 1970, p. 316 apud Fiorin in Brait 2006 p. 169)

A relação dialógica se estabelece entre enunciados, como dito acima. Todo enunciado tem um autor, revela uma posição de autoria. Já as unidades da língua, não. O autor exemplifica usando a palavra fogo. A palavra, sem autor, sem contexto, é apenas uma unidade da língua e não suscita nenhuma resposta.

A situação se modifica quando ela é enunciada. Fogo pode indicar perigo e suscitar, imediatamente, uma resposta do interlocutor. E, neste caso, a palavra não precisa ser necessariamente falada. O interlocutor vai averiguar a resposta a ser dada ao enunciado com base no contexto e no locutor de “fogo”. Fogo escrito em um jornal de semana passada não é sinal de perigo. Mas fogo escrito em uma cobertura ao vivo da TV local talvez seja sinal de que é necessário cuidado.

Voltando ao enunciado e à posição de fala, Fiorin diz que todo enunciado possui uma dimensão dupla ao revelar duas posições: a do locutor e do interlocutor. Dialogismo, para o autor, é tanto convergência, quanto divergência. Relações dialógicas, para o Círculo de Bakhtin, são espaços de tensão entre enunciados.

Em “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, Bakhtin explica a importância do texto, do discurso e da linguagem como representações de ideologias e expressão de tensões sociais. O estudo do discurso é capaz de fornecer um rico material de análise social, revelando ideologias ou até mesmo traços de mudanças de pensamento.

O fator condicionante da comunicação social aparece de maneira mais completa na linguagem verbal. A palavra, segundo Bakhtin, é o primeiro meio da consciência individual.

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. (Bakhtin 2002, p. 36)

Segundo Bakhtin, pela análise das palavras é possível identificar mesmo as mais singelas e efêmeras mudanças. Através da palavra, é possível colher sinais de mudanças que ainda não estão sedimentadas e não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica.

Levando em consideração todas estas variáveis e considerando, como disse Bakhtin, que as palavras são o indicador mais sensível de todas as transformações sociais. As formas de interação verbal reagem às flutuações da atmosfera social. Nelas, se acumulam todas as mudanças que, mais tarde, encontrarão expressão nas produções ideológicas sistematizadas. “Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signo, não existe ideologia.” (Bakhtin 1992, p. 31) Assim, Mikhail Bakhtin explica como a ideologia é o significado que está fora do objeto, além dele.

Utilizando de metáfora, o autor compara as palavras a tecidos: feitas a partir de uma infinidade de fios ideológicos e cuja trama envolve as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais.

Ele leva em conta, ainda, a existência de jogos de poder entre as vozes que circulam socialmente. Não se pode dizer o que se quer, quando se quer, onde se quer e como se quer. Para o russo, não há neutralidade na circulação das vozes.

Autores como Fiorin admitem que há uma dificuldade em se distinguir, na obra de Mikhail Bakhtin, os conceitos de texto, enunciado e discurso. Como este trabalho já tratou dos dois últimos, a tarefa agora se torna uma análise mais aprofundada sobre o texto.

Em “O problema do Texto”, um manuscrito inacabado dos anos de 1960 usado por Fiorin para tratar do tema, Mikhail Bakhtin deixa claro que os três conceitos supracitados não se sobrepõem. Neste manuscrito, o russo classifica o texto como “um conjunto coerente de signos”, e não necessariamente uma entidade exclusivamente verbal. Em Bakhtin, o texto é uma unidade da manifestação do pensamento, da emoção, do sentido ou do significado.

As diferenças começam a ficar mais claras a partir do momento em que o texto se torna enunciado. O texto pode ser visto como enunciado, mas ele pode também não ser enunciado. Um enunciado, fora de sua relação dialógica, volta a ser a realidade do texto. “O texto é a manifestação do enunciado, que é uma ‘postura de sentido’. Por isso ele é uma realidade imediata, dotada de uma materialidade, que advém do fato de ser um conjunto de signos.” (Fiorin in Brait 2006, p. 180)

Bakhtin marca, ainda, a diferença entre enunciado e discurso. O discurso é, para o russo, apenas a realidade aparente de que os falantes concebem seu discurso autonomamente, dão a ele uma identidade essencial. Para Bakhtin, discurso tem mais a ver com identidade.

Pode-se estabelecer um princípio de identidade entre a língua e o discurso, porque no discurso se apagam os limites dialógicos do enunciado, mas jamais se pode confundir língua e comunicação verbal (entendida como comunicação dialógica efetuada mediante enunciados) (Bakhtin 1992, p. 335)

O que é ressaltado por Fiorin neste ponto é que, na obra de Bakhtin, há uma clara diferença entre as relações dialógicas entre enunciados e aquelas que se dão entre os textos: interdiscursividade e intertextualidade. A intertextualidade vai além da interdiscursividade e só existe quando esta fica marcada, registrada, materializada em textos.

Portanto, pode-se concluir que não há intertextualidade sem interdiscursividade, mas é possível que o contrário aconteça. A intertextualidade pressupõe a interdiscursividade, apesar de, como foi dito, o contrário não ser verdadeiro. Há ainda o termo intratextualidade, que é utilizado para marcar a existência das duas vozes no interior de um único texto.

Fiorin alerta para o fato de o termo intertextualidade ser, com frequência, utilizado de maneira inadequada. Na obra de Bakhtin, sua utilização é mais restrita. Apesar

disso, ele admite concessões principalmente por conta da necessidade de adaptação de conceitos como este a autores de diferentes estilos.

Autores brasileiros contemporâneos se debruçaram sobre os escritos de Bakhtin a fim de desenvolverem uma teoria de análise de discurso mais particular. Fígaro (2012) retoma a metáfora do tecido para explicar conceitos como texto, discurso e enunciado. “O texto só aparece como produto industrial quando, enunciado, torna-se discurso.” (p. 13) O enunciado é “a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização”.

O enunciado é, portanto, o produto da enunciação cujo enunciador é um sujeito histórico situado. A enunciação é, antes de tudo, uma interação social. Só se pode analisar um discurso quando ele é enunciado.

Para que esta análise seja bem sucedida, é fundamental que o texto seja compreendido como discurso, ou seja, levando em consideração o contexto de uso, as variáveis históricas envolvidas.

Cada época e cada grupo social têm seu repertório próprio de formas de discurso, assim como condições diferenciadas de recepção deste discurso. Por isso, as formas de enunciação devem apoiar-se sobre as formas de comunicação verbal, que por sua vez são determinadas pelas relações de produção e pela estrutura social e política. As formas dos signos são influenciadas pelas condições em que a interação verbal acontece.

Quando se compreende os aspectos definidores do texto, pode-se trazer elementos mais complexos para a análise. É importante levar em conta o sujeito enunciador, a situação de fala e a relação desse contexto com o entorno, o tema e seu destaque em determinada conjuntura e a relação de forças entre os discursos que circulam na sociedade, no tempo e no espaço da história e da memória.

3.1.2 - Escola Francesa

Dominique Maingueneau situa a Escola Francesa de Análise do Discurso, uma corrente acostumada a unir reflexão sobre texto e sobre história. Nos anos 60, nasce unindo marxismo, linguística e psicanálise. Ou seja, ela já nasce baseada na interdisciplinaridade.

A Escola Francesa de Análise do Discurso, que apresentou seus estudos algumas décadas depois dos escritos de Bakhtin, tem como principal característica sua obstinação por teorizar como a ideologia se manifesta na linguagem. Através de uma relação central entre o político e o simbólico, os franceses tentam explicar os mecanismos de determinação histórica que compõem o processo de significação. Na definição de Courtine (1982 apud Orlandi 2005), a análise do discurso francesa tem como objetivo a textualização do político.

Para Michel Pêcheux, um fundador e um dos principais expoentes da corrente, a análise do discurso é o estudo das condições de produção de um enunciado. O estudo de como elementos linguísticos e extralinguísticos - como os elementos históricos, sociais, culturais e ideológicos – se relacionam para a produção de efeitos de sentido. Para o autor, é importante a noção de que a linguagem não é transparente, mas uma arena de lutas.

No estudo das relações entre o político e o simbólico, Pêcheux suscita questões a serem respondidas pela linguística e pelas ciências sociais. A análise de discurso questiona na linguística acerca da historicidade que ela ignora. Já o ponto de discordância com as ciências sociais se situa sobre a linguagem, cuja opacidade não é levada em conta. O fato de a linguagem não ser um meio neutro é deixado em segundo plano, o que contraria os adeptos da AD.

Os estudos de Pêcheux são uma crítica ao objetivismo abstrato e ao subjetivismo idealista. Para o francês, a língua não é um sistema autônomo, assim como o sujeito é um ser determinado por condições históricas e sociais. “Pêcheux considera a linguagem como um

sistema capaz de ambiguidade e define a discursividade como a inserção dos efeitos materiais da língua na história, incluindo a análise do imaginário na relação dos sujeitos com a linguagem” (Orlandi 2005, p. 11).

Uma grande contribuição desse autor é o novo suporte teórico que ele oferece para a ideologia com um método de análise de formas materiais. Para Pêcheux, não há separação possível de ser feita entre estrutura e acontecimento, entre linguagem e sua exterioridade.

É este interdiscurso que se articula às formações ideológicas. Pêcheux acredita que todo sujeito é vinculado a um saber discursivo que não se aprende. E este saber discursivo é responsável por manifestações ideológicas involuntárias e inconscientes. É importante ressaltar que a formação ideológica comporta diferentes formações discursivas. “As formações discursivas, por sua vez, são aquilo que o sujeito pode e deve dizer em situação dada, em uma conjuntura dada. O dizer está, pois, ligado às suas condições de produção.” (Orlandi 2005, p. 11)

Outra ideia do francês é que as palavras não são diretamente ligadas à realidade. Para se explicar o significado de uma palavra, usa-se outra palavra. A relação entre a palavra e sua literalidade não é direta. É esta relação não direta que é responsável pela opacidade e a não neutralidade da língua. Ele explica que toda descrição “está exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (Pêcheux, 1983, p. 53 apud Orlandi 2005 p. 11).

Helena Nagamine Brandão (in Fígaro 2013) se debruça sobre a interdiscursividade, ou seja, tudo que interfere no discurso vindo de fora da linguagem. Não somente a gramática constitui o discurso, mas há também aspectos extralinguísticos.

A gramática da língua, o fonema, a palavra ou a frase são o que Brandão chama de aspectos linguísticos - o que interfere vindo de fora para dentro da linguagem são os aspectos extralinguísticos, capazes de condicionar sua produção. O objeto do trabalho discursivo não é apenas a frase, mas o enunciado concreto que o compõe. Uma formação ideológica pode compreender várias formações discursivas. Segundo Pêcheux, formação discursiva é aquilo que, numa formação ideológica dada, determina o que pode e o que deve ser dito.

Pêcheux apresenta duas noções fundamentais para a compreensão deste pensamento. Para ele, existe a noção de base linguística, que compreende o sistema linguístico, morfológico, sintático etc. De outro lado, a noção de processo discursivo-ideológico, que se desenvolve sobre a base dessas leis internas.

O conceito de processo discursivo é elaborado a partir da noção foucaultiana de sistema de formação compreendida como conjunto de regras discursivas que determinam a existência dos objetos, conceitos, modalidades enunciativas, estratégias. A preocupação de Pêcheux é inscrever o processo discursivo em uma relação ideológica de classes. (Brandão 2009, p. 41)

Todo enunciado analisado sob uma abordagem discursiva deve compreender o contexto imediato da situação de comunicação, elementos históricos, sociais, culturais e ideológicos que cercam a produção de um discurso e nele se interferem. Chama-se interdiscursividade o exterior específico que compõe o interior de uma formação discursiva.

Segundo Brandão, o interior linguístico está sempre permeado por condições exteriores. Há que se considerar a não literalidade das palavras, sua polissemia e ambiguidade. O sentido da palavra se forma ao levar-se em conta seu contexto histórico, o sujeito histórico produtor da linguagem e sua interação com outro sujeito.

Cada discurso é composto por muitos fios ideológicos, mas um discurso enunciado não é um trabalho pronto, acabado. Os discursos são sinais através dos quais

percebem-se traços ideológicos, mas eles podem ser redundantes, diferentes e até mesmo contraditórios. A isso, chama-se heterogeneidade, que é a interação entre uma formação discursiva e outras. Acontece todo o tempo, são vários discursos ora em conflito, ora em aliança.

O palco de todas estas disputas, segundo Brandão, é a linguagem. Linguagem esta que não é transparente, abriga vários sentidos, conota valores iguais, parecidos, diferentes ou opostos.

“Se a palavra é polissêmica, plurissignificativa, a desambiguação do sentido se dá levando em conta as condições de produção do discurso, a formação discursiva em que esse discurso se inscreve e a formação ideológica a que se filia”. (Brandão in Fígaro 2013 p. 22)

O que é preciso deixar claro neste ponto é que uma mesma palavra pode ter sentidos absolutamente diferentes dependendo da formação discursiva ou ideológica em que se inscreve. O exemplo da palavra fogo, citado anteriormente na explanação sobre Bakhtin, vale também para os franceses.

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe em si mesmo, isto é, em sua relação transparente com a literatura do significante, mas ao contrário é determinada pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. (Bakhtin 1988 apud Brandão in Fígaro p. 22)

Para a AD, o uso da linguagem exige dos seus usuários um saber linguístico e também um saber extralinguístico, que envolve conhecimentos histórico-ideológico-sociais. É essa vivência, a experiência de cada um, que vai contribuir para a constituição de um significado.

Segundo Dominique Maingueneau (1989), estes conflitos acontecem em um “universo discursivo”, local que abriga um conjunto de formações discursivas que coexistem. Ele defende que este campo de batalhas é um ambiente finito, mas irrepresentável.

É a partir deste material acumulado que vão se criar concordâncias e conflitos, convergências e divergências. Cada interlocutor interpreta um mesmo discurso de maneira diferente e a explicação para isso, segundo os franceses, são estas características adquiridas.

Brandão afirma que a língua é indiferente às classes sociais, à ideologia, mas o discurso não o é. O lugar de fala do locutor é parte fundamental para a análise do discurso.

Por formação ideológica entende-se o conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas dizem respeito, direta ou indiretamente, às posições de classe social, política, econômica de onde se fala ou escreve e tem a ver com as relações de poder que se estabelecem entre os indivíduos e que são expressas quando interagem entre si. Cada formação ideológica pode compreender várias formações discursivas em interação. (Brandão in Fígaro 2013 p. 23)

O discurso em Michel Foucault, outro francês com importante contribuição para os estudos acerca do tema, é um conjunto de enunciados que se remetem a uma mesma formação discursiva. Por isso, para ele, a análise de uma formação discursiva consiste na descrição dos enunciados que a compõem.

Oponente em vários temas, mas referência clara para a AD de Pêcheux, Foucault afirma:

Em toda sociedade, a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (Foucault 1996, p. 8)

Quando diz isso, Foucault vai ao encontro do raciocínio de seus compatriotas que afirmaram, como explicitado anteriormente, que a ideologia e a sociedade impõem condições

para a produção de discursos. Para ele, nem a língua, e tampouco as formações discursivas, são livres destas imposições. Foucault vai além e fala de procedimentos de exclusão, a noção que cada sujeito tem dentro de si sobre sua impossibilidade de falar o que quer.

Discursos verdadeiros e coerentes podem não ser levados em conta em determinados contextos por serem considerados inadequados. Sobre a inadequação do discurso, Foucault argumenta que nem sempre o considerado inadequado é incorreto.

Como exemplo, ele usa as ciências naturais e fala das teorias de Mendel sobre genética. O que ele disse foi considerado totalmente inadequado e o trouxe conseqüências, apesar disto mais tarde se descobriu que o discurso inadequado era correto.

Como ferramenta para evitar o inadequado, a sociedade dispõe do sistema educacional, seja ele no nível formal, de escolas e faculdades, ou no nível doméstico. “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. (Foucault, 1996, p. 44)

É a partir de todo este cabedal teórico que esta pesquisa agora vai se debruçar sobre o material que foi publicado pelos dois jornais sobre a diplomacia brasileira nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. As relações dialógicas, as intertextualidades, o discurso produzido como produto final do trabalho do jornalista inserido em uma lógica peculiar de produção, este é o material de pesquisa desta dissertação.

4 - O Itamaraty nos governos FHC e Lula e a construção da imagem de Brasil nas páginas dos jornais

O ex-chanceler Celso Lafer, um dos personagens deste trabalho, conceitua, em obra escrita depois de deixar o governo Fernando Henrique, a identidade internacional brasileira. Segundo ele, ela foi forjada ao longo de décadas.

Para a construção da identidade internacional do Brasil muito contribuiu a ação contínua no tempo e qualitativa na matéria do Ministério das Relações Exteriores, que logrou afirmar-se, no correr da história brasileira, como instituição permanente da nação, apta a representar os seus interesses, porque dotado de autoridade e de memória. A consciência da memória de uma tradição diplomática – a existência dos antecedentes na linguagem burocrática – confere à política externa brasileira a coerência que deriva do amálgama das linhas de continuidade com as de inovação, numa ‘obra aberta’ voltada para construir o futuro através da asserção da identidade internacional do país. (Lafer, 2009, p.21)

Na introdução da segunda edição de seu livro “O Brasil nas Nações Unidas” - usado na base deste trabalho, uma vez que traz a íntegra de todos os discursos brasileiros na Assembleia Geral -, o embaixador Luiz Felipe Seixas Correa (2007) comenta sobre os pronunciamentos dos representantes do Itamaraty nas gestões de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

A edição não abriga todos os anos analisados neste projeto - porque foi editada em 2007 e só traz os discursos até 2006 -, mas serve, de alguma maneira, para introduzir o contexto e o material que será analisado ao longo das próximas páginas.

Sobre o período de Fernando Henrique Cardoso, o embaixador conta que “há uma insistência especial nos temas da globalização, na abertura econômica e comercial, na liberalização econômica em geral, nos grandes riscos acarretados pela volatilidade dos movimentos de capitais” (Corrêa, 2007 p. 17).

Já sobre os discursos do período Lula:

Verifica-se maior ênfase na temática da justiça social, acentuando-se os programas levados a cabo pelo Governo na área social, como matriz para projetos de natureza global. Os temas ligados à “guerra contra a fome e a pobreza” tomam preeminência sobre as formulações vinculadas à estabilidade macroeconômica e à volatilidade dos mercados financeiros internacionais. As menções à América Latina cedem, definitivamente, lugar a referências à América do Sul. (Corrêa, 2007 p. 17)

O diplomata Paulo Roberto de Almeida (2004), em um artigo cujo objetivo era comparar as políticas externas dos dois governos estudados, não hesitou em afirmar que é na diplomacia que a ação do governo Lula mais se parece com o discurso do PT. "A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva é, provavelmente, a vertente da atividade governamental que mais reflete as antigas propostas e as posições tradicionais do Partido dos Trabalhadores."

O autor, que escreveu o ensaio comparativo em 2004, ainda no início da era Lula, destacava, naquele momento, a necessidade do novo presidente de "ênfatar as diferenças em relação às posições e políticas do governo anterior, geralmente para demarcar linhas de ruptura e evidenciar a nova postura governamental". Na avaliação de Almeida, que é diplomata de carreira desde antes do governo Lula, há mais pontos de continuidade que de ruptura.

Antes de entrar na análise dos jornais, este trabalho trará uma breve descrição das políticas adotadas pelo Ministério das Relações Exteriores durante os governos de Fernando Henrique Cardoso. Optou-se por consultar, neste caso, escritos de alguns dos personagens centrais destes governos na área, aqueles que são os próprios formuladores destas políticas.

Os discursos, os argumentos e as justificativas deles serão, posteriormente, comparados com o que foi publicado nos jornais. Cabe aqui ressaltar que as perspectivas de análise sobre o período, por parte dos membros do governo e por parte da imprensa, são completamente diferentes. Os pontos de vista dos dois grupos são quase antagônicos.

É justamente por isso que será importante observar diferenças e, principalmente, semelhanças - até que ponto a imprensa se dispõe a simplesmente reproduzir o discurso oficial. Este é outro ponto a ser analisado por este trabalho.

4.1- A política externa de FHC, segundo seus formuladores

Segundo a própria cúpula do Itamaraty nos anos da Presidência de Fernando Henrique Cardoso, a política externa do governo manteve tradições da diplomacia brasileira, mas fez mudanças beneficiada, principalmente, pela estabilização da moeda e pelo controle da inflação no Brasil. A relação pode não parecer direta, mas o Plano Real, mesmo que tenha trazido efeitos colaterais, trouxe de volta a normalidade à economia brasileira.

As mudanças que o governo FHC diz ter feito, e se orgulha de ter feito, decorrem justamente do ganho de credibilidade internacional que o país conquistou com o controle da inflação. Mas não é somente isso. O Brasil retomava ali o regime de normalidade democrática. “Os dados básicos de nossa presença internacional neste momento, dados que desejamos permanentes, definitivos, são a democracia e a estabilidade econômica”, escreveu o chanceler Luiz Felipe Lampreia, em 1998.

O primeiro presidente civil havia tomado posse dez anos antes, mas uma série de fatores históricos transformou aquele tempo. Os dois principais foram a morte de Tancredo Neves, eleito ainda via colégio eleitoral, e o *impeachment* de Fernando Collor de Melo. Estes dois fatos fizeram com que o país, entre 1985 e 1994, fosse governado por vices durante a maior parte do tempo: José Sarney e Itamar Franco.

O sociólogo Fernando Henrique fora eleito como consequência de seu mais importante plano à frente do Ministério da Fazenda, o Real. Eleito com promessas de respeito

a contratos, compromisso no combate à inflação e modernização do Estado, a chegada de FHC ao Planalto foi cercada de expectativa.

Na política, o governo se orgulha de ter dado “seguimento a uma linha de conduta que, ao longo do tempo, tem feito da política externa brasileira um fator de credibilidade para o País. O presidente agregou, no entanto, a confiabilidade e a atratividade que decorrem do êxito do Plano Real”, escreveu o então ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia (1998), em artigo científico publicado na Revista Brasileira de Política Internacional.

Neste mesmo artigo, Lampreia traça um panorama da política externa a partir de três pontos: o que o Brasil deseja, como deseja se relacionar e qual mundo deseja. A partir desta perspectiva, ele aponta que o principal desejo do Brasil é conseguir, através de sua política externa, “do intercâmbio externo elementos úteis à realização da meta prioritária do desenvolvimento”.

Os parceiros do Brasil nesta empreitada devem respeitar “princípios da não intervenção, respeito à autodeterminação, não ingerência em assuntos internos e solução pacífica de controvérsias”. Por fim, o ministro afirma que o país “almeja e trabalha por uma ordem internacional, cujos processos decisórios estejam mais abertos do que hoje a um número maior de nações, em especial de sociedades em desenvolvimento”.

Na opinião de Celso Lafer (2004), o outro chanceler do período, “o saldo do inventário da presidência Fernando Henrique é muito positivo”.

Em matéria de política externa, o patamar da presença do Brasil no mundo teve um salto qualitativo no correr dos oito anos de sua gestão. Esta elevação do patamar foi fruto de significativas mudanças operadas no âmbito interno. Destaco: uma postura que estimulou o aprofundamento das práticas democráticas, a estabilidade da moeda, a responsabilidade fiscal, a maior abertura da economia ao exterior, a construção de uma redistributiva rede de proteção social na área da educação e saúde. (Lafer, 2004)

Lafer comparou, ainda, o legado de Fernando Henrique com as realizações do Itamaraty de Lula. Para ele, o legado “não é uma ‘herança maldita’ para ser sulfurosamente depreciada, pois a diplomacia do atual governo não é o revolucionário marco-zero da inserção do nosso País no mundo”.

Ele atribui o legado às condições para que o governo Lula conseguisse a criação do G-20, que, segundo Lafer, só foi possível com a atuação do governo anterior na construção do mandato de Doha – reunião mundial que definiu a abertura de negociações comerciais internacionais.

Segundo o último chanceler do governo Fernando Henrique, a política externa do governo Lula “exprime, à sua maneira, como a política externa brasileira é uma ‘obra aberta’ que, valendo-se do histórico dos acervos diplomáticos do Brasil, combina mudança e continuidade em função de distintas conjunturas internas e externas”.

4.2 - O Itamaraty de Lula e a “Doutrina Garcia”

Um dos principais formuladores da política externa do governo Lula, senão o principal, Marco Aurélio Garcia (2013) defende que o país soube aproveitar o momento em que as forças do cenário global sofreram alguma desconcentração para aumentar sua influência. Em um artigo para o livro “Dilma e Lula” (Sader 2013), o assessor especial da Presidência elenca aqueles que, em sua opinião, foram os pontos-chave para este aumento de protagonismo.

A sintonia de Lula, e depois de Dilma, com outros governantes de esquerda recém-eleitos no continente contribuiu, segundo Garcia, para maior unidade na América do Sul, com o Brasil assumindo um maior papel de liderança regional. A opção que o Brasil teve

de fazer - e fez -, naquele momento, é defendida por Garcia por motivos econômicos e políticos.

A disjuntiva era: o Brasil podia (ou queria) ser, isoladamente, um pólo na nova ordem global em construção, ou buscaria ocupar um lugar de destaque nela, junto a todos os países da América do Sul? A opção por essa segunda hipótese decorreu de duas considerações. A primeira delas está ligada à avaliação do novo quadro mundial – a demanda crescente por alimentos, energia e matérias-primas – e o potencial da região para supri-la. (Garcia in Sader 2013, p. 57)

A decisão por apostar em uma integração regional contrapõe a política externa do governo do Partido dos Trabalhadores à política de Fernando Henrique Cardoso. Isto, principalmente, porque a aposta na integração e liderança regional significava, também, um distanciamento dos Estados Unidos e o rompimento com a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), projeto norte-americano negociado com o governo anterior. “O papel que o Brasil tem, como maior economia da América Latina, impõe drástica revisão de seus instrumentos de cooperação externa” (p. 60).

Ao mesmo tempo em que o Brasil endurecia as relações com os Estados Unidos, era criticado por uma suposta complacência com desmandos de governos vizinhos. O caso da nacionalização das refinarias da Petrobrás pelo presidente boliviano Evo Morales rendeu muitas acusações a Lula e sua política externa. Usando este exemplo, Marco Aurélio Garcia lança mão de uma frase do compositor brasileiro Chico Buarque de Holanda, para definir a postura do Brasil diante de vizinhos e potências. “Não fala fino com Washington, nem fala grosso com Bolívia e Paraguai” - constatação esta vista como um grande elogio por Garcia.

Em um momento, Garcia reclama, ainda, do tratamento que “boa parte da grande imprensa” dá ao governo e à sua política externa. Falando sobre as críticas daqueles que dizem que a política externa brasileira segue a “Doutrina Garcia” – uma linha que acumularia derrotas por ter abandonado valores tradicionais do Itamaraty –, o próprio Garcia diz que estes

argumentos expressam “incompreensão ou, até mesmo, inconformidade com a grande transformação em curso no país desde 2003” (Garcia in Sader, p.54).

A crítica à grande imprensa vem em seguida, quando ele diz que estes “monólogos” são “encontráveis em boa parte da grande imprensa, sobretudo naquela onde não há espaço para qualquer tipo de resposta, sempre em nome de um centenário liberalismo político” (Garcia in Sader, p.54).

“É próprio de certo liberalismo político conservador tentar aprisionar a democracia em valores ideológicos imutáveis que impedem qualquer movimento de transformação na (e da) sociedade” (Garcia in Sader 2013, p. 54).

A política externa brasileira é chamada por um de seus formuladores de “universalista”. Marco Aurélio Garcia destaca que, desde o início do governo Lula, o país buscou o diálogo com nações antes esquecidas ou relegadas por diplomatas brasileiros.

A costura do acordo sobre o programa nuclear iraniano, outro ponto chave do governo Lula, também foi analisada por Garcia.

Pouco depois, a recusa do acordo e a adoção de novas sanções pelo Conselho de Segurança da ONU mostravam mais do que uma rigidez das grandes potências. Revelavam a inconformidade delas com o fato de que países ‘periféricos’ tivessem obtido diplomaticamente do Irã o que elas não haviam conseguido com suas ameaças. (Garcia in Sader 2013, p. 64)

Além da atuação no caso iraniano e dos supracitados, como a liderança na América Latina, o caso da Alca e a relação com os vizinhos e com parceiros até então pouco próximos, ele fala da ação militar brasileira no Haiti - uma clara tentativa do país de aumentar seu protagonismo e conseguir até a reforma e uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU. “Construir um novo cenário internacional implica atuar em múltiplas frentes” (Idem, p. 66).

O Brasil tem enfatizado a necessidade de uma profunda reforma das instituições multilaterais, a começar pelas Nações Unidas e seu Conselho de Segurança. O pleito brasileiro de integrar esse conselho na condição de membro-permanente não é uma demanda tacanha de um país que busca maior projeção no mundo. Trata-se, antes, de dar eficácia à ONU e legitimidade a seu Conselho de Segurança, que reflete hoje, em sua composição, uma correlação de forças internacionais ultrapassada, de mais de sessenta anos. (Garcia in Sader 2013, p. 65)

Garcia ocupou, e ainda ocupa, em janeiro de 2013, o cargo de assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, desde que o Partido dos Trabalhadores chegou ao Palácio do Planalto. Sua influência é tamanha que motivou, por parte da oposição, o batismo da linha diplomática brasileira nos governos Lula e Dilma de “Doutrina Garcia”.

4.3 - A construção da imagem de Brasil nas páginas dos jornais

A partir de agora, este trabalho se dedica à análise do discurso produzido por *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. A análise acontecerá nos anos de 1995,1999,2002,2003, 2007 e 2010, como justificado no capítulo anterior. O dia da abertura, sempre com o discurso brasileiro, da Assembleia é o ponto central da análise. Além desta data, serão analisados também o dia anterior e o seguinte, totalizando três dias de análise em cada um dos anos.

4.3.1 - 1995: Os Estados Unidos como parceiro preferencial

Em 1995, primeiro ano de seu governo, o presidente Fernando Henrique Cardoso não compareceu à Assembleia Geral. Às voltas com problemas econômicos que marcavam o Brasil na época, o presidente estava de passagem pela Europa.

Um dia antes da abertura da 50ª Assembleia Geral das Nações Unidas, Fernando Henrique Cardoso deu uma longa entrevista, de página inteira, ao *Estadão* sobre diplomacia. Nela, elencava as diretrizes de sua política externa que, segundo ele próprio, era definida pelo presidente.

FHC não tinha pudor em eleger os aliados preferenciais do Brasil – Estados Unidos, Japão, Alemanha e Argentina –, nem em dizer quais seriam os custos de um protagonismo maior na ONU. “Presença mais ativa na ONU pode implicar em gastos militares importantes”, disse o presidente ao *Estadão*, em entrevista publicada em 24/09/1995.

Estes podem ser motivos para que a Assembleia ficasse em segundo plano na agenda presidencial. Ex-ministro das Relações Exteriores, atuando durante o governo de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso discursou apenas uma vez na tribuna da Assembleia Geral, em 2001, quando a reunião foi excepcionalmente realizada em novembro por causa dos atentados terroristas de 11 de setembro, o que a tornava uma reunião excepcional.

Durante os anos de FHC, coube quase sempre ao ministro das Relações Exteriores o papel de abrir a Assembleia Geral da ONU, incumbência que historicamente cabe ao Brasil. O discurso de 25 de setembro de 1995 ficou a cargo do chanceler Luiz Felipe Lampreia.

24/09/1995

A entrevista exclusiva com o presidente da República não é a principal manchete de *O Estado de S. Paulo* na véspera de o chanceler Luiz Felipe Lampreia abrir a 50ª Assembleia Geral da ONU, mas mereceu chamada de capa naquele domingo. “FHC avisa que só ele detém controle da política externa” é o título para uma chamada que diz: “O Brasil de Fernando Henrique Cardoso não tem problemas em escolher os seus quatro principais

parceiros: Estados Unidos, Alemanha, Japão e Argentina”. A chamada é finalizada com a frase “A política externa do Brasil mudou”.

Na mesma capa, há um diálogo com outras manchetes, que criticam o presidente por desperdício de dinheiro público além de uma que diz “China pós-comunismo vira canteiro de obras!”.

A matéria com o presidente ocupa toda a página A16 desta edição e o título chama para a relação com os Estados Unidos, principal parceiro comercial do Brasil e principal potência mundial.

No texto, o repórter diz que é a primeira vez, desde que assumiu o governo, que Fernando Henrique responde questões como “Para onde vai o Brasil?” e “Quais são suas ambições de participação mais ativa nos fóruns internacionais, os deveres e obrigações que decorrem dessa nova postura?”.

A matéria afirma que a política externa brasileira já mudou, “apesar de o Itamaraty manter uma certa tradição”. Em seguida, FHC observa que a opinião pública e o Congresso não se interessam como deviam pela ação externa do país.

Segundo o presidente, “o Brasil deixou de ir na contramão da história, tentando apenas obter vantagens isoladas, sem entrar no núcleo das questões externas”. Por tratar da transparência na relação entre Brasil e Estados Unidos, este trecho é significativo porque corrobora o pensamento colocado acima: FHC acha que o Brasil precisa entender seu papel – mesmo que pequeno – no cenário internacional, sem “ir na contramão da história” ou tentar “apenas obter vantagens isoladas”.

“Nada mais é escondido”, diz o presidente em outro trecho. A transparência, neste caso, também pode ser interpretada como falta de autonomia, necessidade do Brasil de avisar todos os seus passos ao aliado maior.

Em outro trecho, quando fala que o Brasil também procurará parceiros além dos EUA, FHC afirma: “Nunca os norte-americanos tentarão impor uma relação exclusivamente hemisférica, pois o Brasil é um País autônomo”. Repare que, apesar da autonomia pregada pelo presidente, cabe aos Estados Unidos não tentar impor uma relação hemisférica.

Em seguida, FHC diz que “podemos avançar muito em termos de nossa presença internacional e não mais podemos ficar nessa posição de timidez”, mas não dá exemplos práticos de como isso aconteceria. Um papel mais ativo na ONU não quer dizer, segundo o presidente, que o país tenha que ser membro do Conselho de Segurança “mesmo porque não depende só do País, mas de haver um consenso”, diz a matéria. O próprio presidente coloca a pergunta: “O Brasil está disposto a participar mais efetivamente e arcar com os custos?”. Os custos, no caso, são financeiros.

“Reconhecemos o fato de que os Estados Unidos devem ser o parceiro fundamental e os Estados Unidos também reconhecem que, sem o Brasil, é difícil fazer um acordo hemisférico”. A frase do presidente dá uma ideia de como o poder se equilibra na relação entre as nações. Ele diz que o Brasil reconhece. Reconhecer é “declarar legitimamente estabelecido; aceitar”. Logo, o Brasil reconhece que os Estados Unidos são fundamentais e apesar de o presidente usar “os Estados Unidos também reconhecem”, o que vem a seguir não tem o mesmo peso da palavra fundamental. Por isso, este trecho mostra a desigualdade nas relações e, quando o presidente do Brasil admite isso como natural, o Brasil admite isso como natural.

O discurso de Fernando Henrique, corroborado pelo jornal, é de que o Brasil ganhará mais se aceitar sua condição de inferioridade no processo e se aliar aos fortes - no caso, principalmente os Estados Unidos. Em um comportamento assumidamente pragmático, não há pudor ao se afirmar quais são os aliados preferenciais, nem em deixar outros em segundo plano. O que interessa ao Brasil não é o protagonismo, nem a liderança, mas as relações econômicas e sociais, mais que as políticas.

O Brasil aqui é retratado à imagem e semelhança de seu líder. FHC era visto, na época, como um governante moderno e o jornal dava destaque para a informação de que ele ia controlar pessoalmente a política externa. Este novo Brasil, decidido, escolhe com quem vai se relacionar.

Por outro lado, pode-se encontrar uma relação entre a ideia de Brasil colocada aqui e uma teoria difundida pelo então acadêmico, sociólogo e professor da Universidade de São Paulo Fernando Henrique Cardoso: a teoria da dependência. Segundo esta linha de pensamento, que tinha no ex-presidente FHC um de seus principais defensores, a dependência é um componente estrutural do capitalismo, em especial na forma como este se desenvolve em países periféricos (Traspadini, 1998). Há uma certa naturalização da dependência de países subdesenvolvidos, da periferia, com os desenvolvidos.

O Brasil é também retratado como um país que naturaliza uma relação de dependência com os Estados Unidos, que luta à sombra de parceiros e sem pretensão de protagonismo algum, vide o trecho em que o presidente fala dos custos da luta por um lugar no Conselho de Segurança.

Sem entrevista exclusiva com o presidente, a *Folha* não deu espaço ao tema no dia 24.

25/09/1995

Em 25/09, dia em que o ministro das Relações Exteriores do Brasil abriria a Assembleia, o *Estadão* deu uma curta matéria sobre o discurso de Lampreia. Sem chamada de capa, a nota traz: “Discurso otimista de Lampreia abre reunião da ONU”. O texto diz que o ministro vai “reafirmar os compromissos do governo Fernando Henrique Cardoso com a democracia, direitos civis, a abertura econômica e a integração do Brasil na economia mundial, com ênfase especial para o Mercosul” (25/09/1995 p. A5).

A matéria informa que Lampreia “quer aproveitar para ressaltar o interesse do Brasil em se tornar membro do Conselho de Segurança da ONU”. “Aproveitar para ressaltar o interesse”, por diferença de intensidade, guarda alguma distância de reivindicar. Pelo menos, segundo o que o jornal informa, a postura do chanceler brasileiro sobre este tema não deve ter sido das mais firmes.

Já a *Folha de S. Paulo* trouxe, em sua primeira página, duas notícias relacionadas ao tema. Curiosamente, nenhuma delas era sobre o Itamaraty. A principal, entre as duas, tratava das negociações para um acordo de paz entre Israel e Palestina, e a chamada não traz nenhuma menção ao posicionamento do Brasil sobre o tema. A segunda, que trata também de Brasil, é uma declaração do ministro da Agricultura da Argentina que diz que a ONU perturba a política agrária de países de terceiro mundo.

Na página 2, um editorial lembra a visita de Lampreia aos Estados Unidos e prenuncia uma pressão norte-americana para que o Brasil aprove a lei de patentes, que se arrastava no Congresso Nacional. O texto indica, ainda, uma má vontade do Brasil em aprová-la, porque isso implicaria em pagamentos mais significativos aos detentores de tecnologia.

Sobre as declarações do ministro argentino da Agricultura, há uma matéria seguida de um *ping*, esquema de perguntas e respostas. No texto, além de críticas à ONU, que, segundo Andrade Vieira, deveriam perturbar o primeiro mundo e lutar por preços mais justos para os produtos agrícolas, há críticas ao Incra e a ONGs.

A cobertura da *Folha de S. Paulo* não dá espaço, pelo segundo dia consecutivo aos trabalhos brasileiros na ONU. O Itamaraty é citado, através do chanceler Lampreia, no editorial sobre a lei das patentes, que retrata um Brasil que é negligente propositalmente com uma exigência dos Estados Unidos. No caso da lei das patentes, o país não parece disposto a tomar posição contrária, apenas posterga a decisão enquanto for possível - uma posição que demonstra certa fraqueza.

A própria ausência de cobertura do jornal é sintomática de como em 1995, o país, governo e população, dá pouca importância ao principal fórum de discussão de política externa no mundo. A priorização do noticiário político local em detrimento da cobertura da inserção brasileira no cenário internacional pode também ser interpretada como consequência do contexto político e econômico naquele ano.

O Brasil começava a estabilizar a inflação, o Plano Real tinha recém-completado um ano de vida. As consequências positivas do Real ainda dividiam espaço com os efeitos colaterais – desemprego, crise de orçamento nos governos estaduais e ataques especulativos, entre outros – que mereciam ampla cobertura dos meios de comunicação. Em um momento como este, as negociações com o Fundo Monetário Internacional talvez merecessem mesmo mais espaço que as negociações nas Nações Unidas.

26/09/1995

Somente no dia seguinte ao discurso de Luiz Felipe Lampreia é que o interesse dos veículos sobre o tema aumentou. Diferente do que anunciava a matéria do *Estadão* no dia anterior, a fala de Lampreia não se restringiria à consolidação da democracia no Brasil ou a uma avaliação do cenário global. A chamada de capa do jornal do dia 26 ressaltava uma crítica do ministro ao protecionismo dos países desenvolvidos. “Ele propôs a criação de medidas que reforcem o papel da Organização Mundial do Comércio nas relações multilaterais”.

Em uma matéria bastante objetiva sobre o teor do discurso, o jornal mostra um chanceler mais firme em suas posições do que vinha sendo anunciado durante a semana. “É essencial conseguir uma representação mais equitativa dos países desenvolvidos e em desenvolvimento”, disse Lampreia, segundo a matéria. A legenda da foto do chanceler diz: discurso pronto. A escolha semântica aqui tem como objetivo ressaltar a firmeza do país e de seu ministro das Relações Exteriores.

É importante ressaltar que, embora o jornal tenha dado espaço ao leve aumento de tom do chanceler brasileiro, não há cobertura sobre a repercussão que o discurso causou. Há, aqui, duas hipóteses para este silêncio. Uma delas é o jornal não ter dado importância a ela, o que é menos provável. A hipótese mais plausível é que o discurso não tenha causado grande impacto na comunidade internacional, o que reforçaria a imagem de que o Brasil é um país pouco importante no cenário global. É esta ideia que veio sendo construída ao longo da cobertura dos jornais: a de que o Brasil é um país de importância secundária.

A pequena repercussão – mesmo que fosse quase nula – do discurso de Lampreia não exime o jornal de tocar no assunto. O pouco impacto dos pedidos de Lampreia, seja por um comércio global mais justo ou por uma vaga no Conselho de Segurança – mereceria, sem dúvidas, uma menção durante a cobertura. Aqui, o jornal silencia sobre a não importância dos

pedidos brasileiros e se olharmos a posição de fala do veículo de comunicação, o silêncio é uma escolha, resulta na omissão de fatos ao leitor.

Já a *Folha* finalmente abriu espaço, mesmo que pequeno, para o tema no terceiro dia. Uma nota contava como havia sido o discurso brasileiro na ONU de maneira econômica e objetiva - sem também nenhuma menção à repercussão ou análise acerca das possibilidades do Brasil em ter seus desejos atendidos.

4.3.2 - 1999: O Brasil no Timor Leste e a reivindicação tímida

Em 1999, o presidente Fernando Henrique Cardoso já estava em seu segundo mandato, o Real já completara cinco anos e a inflação já não era uma preocupação constante, mas o país continuava com problemas econômicos. Desta vez, o governo, ou o Banco Central, atravessava uma dura batalha com os mercados internacionais pela valorização do Real.

Reeleito em 1998, o Presidente Fernando Henrique Cardoso iniciou seu segundo mandato de quatro anos em 1º de janeiro de 1999. Logo teve de enfrentar ataque especulativo contra o Real, que comprometeu seriamente as reservas internacionais do Brasil e terminou conduzindo à desvalorização da moeda. A crise de liquidez amainava gradualmente no plano internacional, mas suas reverberações no Brasil ainda eram intensas. (Corrêa 2007, p. 649)

Ataques especulativos forçaram o país a ceder e desvalorizar sua moeda e a crise nas contas do governo obrigava o Brasil a bater, mais uma vez, à porta do Fundo Monetário Internacional em busca de recursos. Apesar de os problemas ainda serem significativos, o Brasil demonstrava mais vontade de participar ativamente do cenário político global. Havia o apoio a uma intervenção no Timor Leste e a mesma reivindicação – mais forte, mas ainda tímida – de quatro anos antes: uma vaga no Conselho de Segurança da ONU.

Apesar de a ação no Timor representar um passo na tentativa de impressionar as potências por uma vaga no Conselho de Segurança, notar-se-á que a participação do Brasil ainda é muito pequena.

São dois os pontos centrais sobre o Brasil no cenário mundial neste ano. O primeiro ponto é relacionado à vontade brasileira de ter uma vaga no Conselho de Segurança. Em 1999, logo depois do fim da dominação indonésia, o Brasil enviava tropas para aquela ilha no Oceano Índico, com o objetivo de manter a ordem e ajudar na reconstrução do país.

O segundo era sobre comércio exterior. Luiz Felipe Lampreia chegava à ONU ainda em meio a negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) - uma vontade dos Estados Unidos à qual o Brasil de FHC não demonstrava ter grandes objeções.

19/09/1999

No dia 19/09, a principal matéria do *Estadão* sobre o tema trazia elogios do embaixador especial americano, Kenneth McKay. Elogios estes que vinham em um período em que os EUA tentavam convencer o Brasil de que a Alca era o melhor caminho para o continente. “No início da administração, havia uma ambiguidade na forma como Washington via o Brasil, mas, sinceramente, isso acabou”.

“Hoje, vejo os EUA evoluindo para uma visão mais madura, para o reconhecimento de que temos muito em jogo no sucesso do Brasil e só temos a ganhar com um parceiro forte na América do Sul”. Esta frase é sintomática para a se perceber a compreensão que se tem do papel do Brasil.

O Brasil é retratado, majoritariamente, como um parceiro em potencial dos Estados Unidos. Quanto mais poder o Brasil tiver, mais poderoso será o parceiro americano.

Não há a descrição de uma ambição de ter luz própria, mas sim a intenção de ganhar importância à sombra dos Estados Unidos. “O fato é que, sem o sucesso do Brasil, os Estados Unidos não verão seus interesses realizados na América do Sul”, diz o diplomata.

Até um protesto ocorrido na época contra a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso é visto pelo diplomata americano como uma vantagem, um sinal de que o país é “uma democracia em funcionamento”.

Há, ainda, partindo do jornal e do entrevistado, a colocação da ideia de que é difícil governar quando sua base é uma coalizão de vários partidos e posições políticas diferentes, discurso utilizado para tirar a responsabilidade do governo por eventuais falhas. “Às vezes, a popularidade de um líder cai porque ele precisa tomar decisões difíceis, mas sabe que elas são necessárias”, pondera o diplomata McKay.

Em seguida aos elogios, aparecem os comentários acerca da Alca, prontamente comparada com o pacto mais importante do globo, a União Europeia. “Estamos tentando fazer em 10 anos, com 34 nações, algo semelhante ao que 15 países da Europa levaram 34 anos para construir”, diz. A informação dada pelo entrevistado é prontamente refutada pelo jornal na matéria. O *Estadão* deixa claro que o projeto da Alca é “menos ambicioso”.

O fato de McKay ser um produtor de frutas cítricas na Flórida também é colocado como forma de demonstrar a intimidade e a competência dele com o tema do comércio internacional.

Em outro ponto, o diplomata diz torcer para que Brasil e Argentina coordenem suas políticas macroeconômicas e usa o verbo “evoluir” para tratar do entendimento entre os dois, que seria um passo facilitador para as negociações da Alca.

Evolução é, segundo o dicionário Michaelis, “partir de um estado inferior ou simples para um superior, mais complexo ou melhor”. Logo, caminhar na direção dos interesses norte-americanos é se tornar superior. É deixado claro, também, que é preciso uma melhora anterior ao acordo, para que se chegue ao nível mínimo necessário para uma aliança. Em resumo, até para que os Estados Unidos possam ajudar o Brasil no caminho para o progresso, o Brasil tem que melhorar antes, chegar a um nível mínimo.

É verdade que muito do que foi analisado nesta entrevista é o pensamento do entrevistado, mas o recado passado pelo jornal é que o pensamento dele é pertinente. Não há uma postura crítica em relação ao que é dito, a contestação é quase nula. O diplomata americano é dado a ele uma posição quase como a de um professor que pode ditar ao Brasil o caminho do sucesso.

Na segunda matéria do dia, há um grande destaque para o fato de o então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, ter ligado para Fernando Henrique Cardoso para pedir conselhos sobre como se comportar com a Venezuela e seu presidente Hugo Chávez.

Mais uma vez, se dá importância ao fato de o Brasil aumentar seu prestígio como aliado dos Estados Unidos. Parece que o objetivo do país não é crescer sua importância no mundo, mas trabalhar para aumentar sua influência com os EUA; não ser a principal potência mundial, mas o principal aliado dela.

A quase comemoração sobre os pequenos sinais positivos vindos dos Estados Unidos com relação ao Brasil mostra muito sobre a posição do país que o jornal apresenta. Este discurso é encarado como natural e não há qualquer confrontação com a ideia de soberania, que de alguma forma vai na contramão da dependência.

A Folha de S. Paulo não fez qualquer matéria sobre diplomacia neste dia.

20/09/1999

No dia do discurso, a *Folha* não tratava diretamente do tema, mas trazia uma matéria sobre a participação brasileira na missão de paz no Timor Leste. De uma página inteira – a primeira da editoria Mundo – dedicada ao Timor, uma matéria – não a principal – falava dos militares brasileiros. “Militares brasileiros iniciam maratona aérea rumo ao Timor” falava dos 51 homens que serviriam à força multinacional que atuaria no país.

Quando trouxe o número de homens como o primeiro dado da matéria, a *Folha* provoca uma inevitável comparação com o total enviado por outras nações. Somente no dia da matéria, 2000 mil homens eram esperados e o contingente total deveria chegar a 8 mil – destes, 51 vindos do Brasil.

Ao mesmo tempo em que deixa clara a pouca importância do Brasil na missão, a *Folha* humaniza a cobertura com uma matéria sobre personagens, o que serve para sensibilizar o público leitor. Ao dizer que o militar é guitarrista de uma banda evangélica, ele deixa de ser apenas um número dentre os cerca de 8 mil de várias nacionalidades que estarão lá. Este discurso pessoal gera uma proximidade maior da missão com o público leitor. Em resumo, o jornal passa a ideia de que o papel do Brasil é pouco importante, mas é uma prova de sacrifício, ou algo do tipo.

A cobertura do *Estadão* neste dia é bem parecida com a da *Folha*. “51 brasileiros embarcam hoje para o Timor” é a única matéria sobre diplomacia. Assim como no concorrente, ela não é a principal da página dedicada ao Timor Leste.

21/09/1999

O discurso de Luiz Felipe Lampreia, no dia 20, mereceu espaço no *Estadão* do dia seguinte, mas não na *Folha*. O *Estadão* não trouxe chamada de capa, mas dedicou uma página à fala do chanceler brasileiro.

Segundo a matéria “Brasil busca papel de líder regional na ONU”, o ministro fez uma “vigorosa defesa da estabilidade econômica e política da América Latina” e “procurou exorcizar a imagem da região como ‘terra de atrasos e ditaduras’ e de instabilidade econômica”.

O texto segue dizendo que o Brasil optou pelo tratamento específico de temas que interessam mais ao país, em vez “das preleções genéricas que caracterizam os discursos na Assembleia”. “Dos 60 parágrafos do discurso, no entanto, apenas três foram dedicados à situação interna do Brasil. O chanceler ocupou-se de explicitar as responsabilidades brasileiras em relação à América Latina, a países de língua portuguesa e à atuação da própria ONU”.

Aqui, tanto o jornal, quanto o chanceler brasileiro mostram uma postura inédita desde o início da pesquisa. O uso de termos como “vigorosa defesa” e “exorcizar” são um sinal da intensidade que o jornal quer imprimir ao tom de sua cobertura. Há a preocupação em ressaltar o endurecimento do discurso brasileiro ante os problemas do mundo.

A partir daí, a matéria se dedica à missão brasileira no Timor Leste e diz que o “Brasil disputa com Portugal a influência sobre os países lusófonos”.

Como anunciado no título da matéria, e prenunciado na edição de dois dias antes, o discurso brasileiro toma um rumo de defesa dos países vizinhos na intenção, segundo o título do texto, de alcançar um “papel de líder regional”. Segundo palavras do chanceler:

“A despeito de todas as dificuldades, a América Latina vai-se transformando num espaço fortemente integrado e é com esse espírito de integração, com a permanente consciência de que pertencemos a uma mesma família, que o Brasil se sente muito próximo dos diversos processos de renovação da região.”

Já a editoria de Internacional voltava a dar espaço à missão brasileira no Timor Leste. No dia da partida, os 51 militares mereceram ser a principal matéria da editoria. O texto destacava a emoção de familiares durante a homenagem feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no momento da partida e também o choro da primeira-dama. “Até a primeira-dama, dona Ruth Cardoso, que fez questão de comparecer ao embarque para despedir-se da tropa ao lado do presidente Fernando Henrique Cardoso, a exemplo da maioria dos familiares, chorou na hora da partida dos soldados”. Neste caso, o termo “até” serve para ressaltar a emoção envolvida no ato.

Um diálogo entre uma mãe de soldado e o presidente, logo no segundo parágrafo, ajuda a construir a dramaticidade em torno da cena do embarque. “O senhor levou meu filho caçula”, disse a mãe. O presidente responde dizendo para ela ficar tranquila porque ele vai voltar. E assim se seguem histórias de alguns dos 51 soldados que embarcavam rumo ao Timor Leste. O *Estadão* faz, com esta matéria, o que a *Folha* já havia feito no dia anterior.

Em um exemplo de intertextualidade, podemos verificar uma relação dialógica entre a matéria com os personagens e uma que mostra um panorama geral da ocupação no Timor. Sob o título “Tropas chegam a Díli sem encontrar resistência armada”, a nota ao lado vem para avalizar a fala de Fernando Henrique Cardoso e a posição do governo brasileiro, que não colocava aquele filho em perigo.

O Brasil é representado na fala do presidente da República como um país pacífico, mas que não deixa de cumprir suas obrigações humanitárias. “O bom é que não haja

necessidade (de enviar mais homens) porque o bom é a paz (...) se for necessário, o Brasil não se furtará ao dever”, diz FHC na matéria.

O conteúdo da cobertura da *Folha* sobre o Timor Leste é parecido com o do *Estadão*, mas, por uma decisão editorial, há uma inversão na ordem de importância. A matéria que abre a editoria de Internacional da *Folha* é a que diz que FHC pode enviar mais homens ao Timor - a emoção da primeira-dama fica em segundo plano.

Mais uma vez, não há qualquer menção ao papel brasileiro na Assembleia Geral da ONU. O silêncio do jornal, como foi dito anteriormente, é constitutivo. É um indício da importância – ou da não importância – do tema para a *Folha*.

4.3.3 - 2002: Um balanço da era FHC

Para o Brasil, a Assembleia Geral da ONU, em 2002, tinha alguns significados especiais. Era impossível, por qualquer ótica, deixar de pensar a participação brasileira como uma espécie de balanço da era FHC. Depois de oito anos, chegava ao fim o mandato do presidente sociólogo. Fernando Henrique era o primeiro presidente eleito democraticamente a entregar o cargo desde Juscelino Kubitschek, que governou entre 1955 e 1960.

E justamente porque a era FHC chegava ao fim, é impossível dissociar a participação brasileira do disputado processo eleitoral que acontecia no Brasil naquele momento. Em 12 de setembro de 2002, quando Celso Lafer, o substituto de Lampreia, subiu à tribuna, faltavam pouco mais de três semanas para o primeiro turno das eleições presidenciais e a possibilidade de o PSDB perder o governo era iminente, já que Luiz Inácio Lula da Silva contava com alguma vantagem nas pesquisas.

Ao subir à tribuna da ONU, a poucos meses do encerramento do mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso e a poucas semanas do pleito que culminaria com a vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro Celso Lafer usou a oportunidade para fazer uma exposição sobre as orientações fundamentais da política exterior do Brasil no período que se encerrava, assim como sobre os princípios que a nortearam: democracia, multilateralismo, legitimidade, diálogo e cooperação. (Corrêa 2007, p. 690)

No cenário internacional, passado um pouco o trauma com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, o foco agora estava na represália prometida pelo presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, a países como Afeganistão e Iraque.

11/09/2002

A data do início da análise em 2002 marca, também, o primeiro aniversário do atentado. Como era de se esperar, os jornais deste dia dão grande espaço ao fato, com matérias especiais, análises e cobertura das homenagens mundo afora. Só isto é capaz de disputar espaço com as eleições presidenciais que se aproximavam da reta final.

Na *Folha*, uma pequena nota trata do papel do Brasil diante da data. De uma maneira pouco usual, o jornal aborda o posicionamento do presidente FHC diante do fato e reproduz, na íntegra, o curto comunicado enviado ao presidente George W. Bush. “Leia, a seguir, a íntegra do comunicado do presidente Fernando Henrique ao governo americano” é tudo o que está escrito na matéria. Daí em diante, quatro parágrafos de autoria de FHC reproduzidos entre aspas.

Neles, o presidente diz que os atentados foram considerados pelo Brasil como “uma agressão contra todo o continente americano” e fala em “determinação de somar esforços para combater todas as formas de terrorismo”.

Mesmo com o noticiário extenso sobre o aniversário do ataque, o *Estadão* fala da participação brasileira no dia seguinte, na Assembleia. Segundo o jornal, o discurso do ministro Celso Lafer será um “recado de FHC a Bush” e, nele, o Brasil afirmaria sua “aversão”, segundo palavras do jornal, a um ataque ao Iraque sem o aval do Conselho de Segurança da ONU. O jornal enfatiza, ainda, a posição brasileira, usando termos como “deixará clara sua posição”, além de “aversão”, citado acima.

Neste ano, já é possível perceber um endurecimento do discurso brasileiro, ou um processo de endurecimento. Aqui, o Brasil já contraria os Estados Unidos, seu maior parceiro, mesmo que sem veemência. Este endurecimento é ressaltado e potencializado pela imprensa com os termos citados acima. Nesta matéria de *O Estado de S. Paulo*, os termos fortes saem mais do jornal que de aspas de fontes oficiais. De qualquer maneira, é possível começar a perceber que o Brasil não quer mais apenas caminhar à sombra da maior potência mundial.

12/09/2002

No dia seguinte, dia do discurso de Lafer, é a vez de o *Estadão* não dar espaço para o que será abordado na fala do ministro. A *Folha*, por sua vez, publicou a matéria com o mesmo tema usado pelo *Estadão* no dia anterior.

A *Folha*, por sua vez, utilizará um palavreado mais sutil para falar das discordâncias do Brasil com os Estados Unidos. Enquanto o *Estadão* falava em aversão, a *Folha* usa “criticará”. O texto diz, ainda, que “a linguagem do chanceler terá sutileza diplomática”, apesar de ressaltar que a fala vai “deixar clara a advertência de que os EUA não podem novamente invadir um país sem a deliberação do Conselho de Segurança da ONU”.

A matéria da *Folha* cita também que o Brasil apoia a proposta da França. É a primeira vez, desde o início da pesquisa, que o Brasil aparece alinhado com algum país que não seja os Estados Unidos. Aqui, o Brasil aparece como um defensor da paz e do diálogo,

uma nação que só admite o uso da força depois de esgotadas todas as possibilidades de negociação.

13/09/2002

“Na ONU, Bush dá ultimato ao Iraque”. É esta a principal manchete do *Estadão* no dia seguinte à abertura da Assembleia. Na capa, nenhuma menção à posição brasileira no imbróglio.

Na página 3, o editorial do jornal se posiciona fortemente contra o ultimato de Bush, que considera inaceitável. O editorial, sim, fala do posicionamento brasileiro. O texto usa os discursos de Celso Lafer e do então secretário-geral Kofi Anan para ilustrar o isolamento norte-americano. Lafer reitera que só o Conselho de Segurança pode autorizar a intervenção, enquanto Anan critica o unilateralismo.

Em sua crítica, o editorial conta que Bush citou nominalmente o presidente iraquiano, Saddam Hussein, por oito vezes, “contrariando a praxe diplomática”. O desejo de Bush em substituir Saddam do poder “não é compartilhado nem pela França, nem pela Rússia, nem pela China, integrantes do CS com poder de veto, e se situa inequivocamente na contramão do sentimento da comunidade internacional, cujo interesse se concentra em neutralizar o poder de fogo do Iraque”.

O destaque na editoria Internacional nesta edição vai todo para o discurso de George W. Bush, com o mesmo tom adotado na capa. O discurso de Celso Lafer, adiantado dois dias antes, não é o tema principal da matéria sobre o Itamaraty. O que o jornal faz é um repercute do discurso de Bush com o ministro brasileiro.

O tom adotado por Lafer no discurso parece ter sofrido uma amenizada. O chanceler diz, em entrevista, que Bush exerceu “pressão legítima” e não considerou as

palavras do americano como um ultimato à ONU. O ministro brasileiro considerou ainda como “positivo” o discurso de Bush. Esta repercussão mostra que o posicionamento brasileiro não é oposto ao dos Estados Unidos.

Diferente do editorial, que chamou a fala de Bush de inaceitável, o ministro a classificou como “multilateralista”. Não há, aqui, uma contradição entre o discurso do ministro e sua fala após o discurso de Bush, mas uma relativização, um abrandamento do tom. E isso é presente na própria matéria, quando comparamos a fala de Lafer aos jornais com o que ele disse na tribuna.

O tom da cobertura no caderno de Economia é, no geral, mais brando que o da capa e do editorial. Ao lado, há uma matéria que diz que europeus estão divididos, o que mostra, de certa maneira, que o presidente Bush também tem apoios ao redor do mundo.

Uma última matéria relacionada ao Brasil é relevante para análise nesta edição. Ela fala da posse do diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello como Alto Comissário da ONU para direitos humanos. Vieira de Mello, que viria a ser morto em um ataque terrorista em Bagdá anos mais tarde, mostra sua preocupação com a empreitada que Bush já ameaçava. Sua missão era evitar violações aos direitos humanos.

O diplomata, que acaba de alcançar um posto de sucesso, é chamado de “brasileiro”, mas a matéria não fala nada sobre o Brasil ou seu papel neste contexto. As palavras “Itamaraty” e “Brasil” não são citadas na matéria.

Já a *Folha*, que trouxe a mesma manchete do *Estadão* sobre o ultimato de Bush, disse, em editorial, que a fala do americano teve tom “imperial” e se posiciona contra a guerra. O editorial chama a ação de Bush de “golpe de Estado” e diz que a ONU não pode emprestar sua credibilidade para isto. Golpe de Estado é a deposição de um governante por

meio da força e a classificação feita pelo jornal é extremamente forte, sem julgar se é justa ou não. “Mesmo considerando esse nada abonador histórico iraquiano, é um erro engajar-se em uma nova guerra contra o Iraque sem esgotar todas as possibilidades de encontrar uma solução negociada”.

É importante ressaltar aqui que o tom do editorial é exatamente o mesmo utilizado pelo chanceler Lafer em seu discurso. O Brasil admite as faltas do regime iraquiano, mas não é favorável à guerra até que se esgotem as vias de negociação.

Mostrando uma cobertura um pouco mais plural que a do concorrente, a *Folha* publica uma análise do britânico John Chipman, dizendo que os Estados Unidos tem o direito de atacar o Iraque.

A cobertura do papel brasileiro, como vem sendo comum até aqui nesta pesquisa, mereceu pouco espaço na *Folha*. Não há qualquer menção à fala de Lafer após o discurso em que ele chama de legítima a pressão dos norte-americanos, conforme publicou o *Estadão*.

4.3.4 - 2003: Lula, o fato novo

Em setembro de 2003, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava prestes a fazer seu primeiro discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, fórum político maior e instância mais importante do cenário internacional.

Lula foi o primeiro presidente do Brasil que nasceu pobre. Foi, também, o primeiro presidente da chamada nova democracia, período que se inicia com a eleição de Fernando Collor de Melo, em 1989, a chegar ao Palácio do Planalto sem um diploma de curso universitário. Não bastasse isso, o petista, que não fala inglês, sucedia Fernando Henrique Cardoso, um acadêmico conceituado.

O homem de esquerda, ex-pobre e monoglota demonstrava uma vontade imensa de se fazer notar, de usar sua experiência de vida sofrida e levar aos líderes mundiais as reivindicações das classes baixas.

22/09/2003

Na edição de 22 de setembro de 2003 de *O Estado de S. Paulo*, a primeira referência ao tema analisado aparece na capa. A viagem de Luiz Inácio Lula da Silva não é a manchete principal. Pelo contrário, os quatro dias que o presidente passará nos Estados Unidos recebem pouco destaque na primeira página. São nove linhas, em uma chamada sóbria e objetiva sobre o tema.

O único ponto curioso do curto texto que relata os encontros que Lula terá com líderes mundiais é a última sentença: “além de encontro com líderes sindicais dos EUA”. A informação de relevância contestável - uma vez que Lula é ex-sindicalista e, até então, se encontrava com sindicalistas com uma frequência muito maior que com líderes mundiais - revela também outro dado.

Quando coloca o encontro de Lula com sindicalistas na chamada para sua viagem que tem como “ponto alto”, segundo palavras do próprio jornal, o discurso de abertura na Assembleia da ONU, a publicação sinaliza algo como: mesmo presidente, Lula, de alguma maneira, não se livrou da origem sindical.

A capa contém, ainda, um elogio do secretário do Tesouro dos Estados Unidos ao presidente brasileiro - mas esta chamada está distante da notícia sobre a viagem e foi classificada, no noticiário, como pertencente à editoria de Economia. O jornal fez questão de separar o elogio feito pela autoridade americana do noticiário sobre o presidente.

Dentro do jornal, a notícia recebe algum destaque, não pelo tamanho, mas porque abre a página A6 e dialoga com matérias secundárias.

Com o título “Lula vai se reunir com cinco líderes de Estado nos EUA”, a matéria principal destaca a reunião reservada do brasileiro com o presidente norte-americano George Bush.

Em destaque, em um recurso conhecido como olho, a informação: “Na comitiva, ministros e assessores”. A informação escolhida para o destaque aqui é, claramente, menos relevante que outras que aparecem no texto, como quem são os líderes que se encontrarão com Lula.

O texto, porém, opta por este caminho. Em dois parágrafos, a repórter descreve a agenda do presidente durante os dias de viagem. Para falar sobre o tamanho da comitiva do líder brasileiro, todos os integrantes têm seus nomes citados. O texto ressalta ainda o fato de Lula ter preferido ficar em um hotel em vez de na residência do embaixador.

Este trecho, em especial, merece ser analisado com mais cuidado. O texto informa que o presidente não quis ficar na residência oficial, “em uma região rodeada pelos principais museus de arte da cidade”, para se hospedar em um hotel que é “um verdadeiro símbolo da sofisticação da burguesia americana ao longo do século passado”.

O texto remete à biografia de Lula e dá espaço para interpretações preconceituosas. O fato de não ter cursado uma universidade cria, em muitos, a ideia de tratar-se de alguém sem conhecimento e cultura - imagem reforçada na matéria já, que Lula não quis se hospedar perto de museus. A reportagem diz isso a despeito da informação citada em outro momento, de que a agenda do presidente estava lotada e, portanto, sem espaço para visitas a museus.

A descrição do hotel dialoga com os dois parágrafos dedicados à comitiva presidencial. A ideia aqui transmitida é que o metalúrgico pobre teria se encantado com o luxo e a sofisticação. Pode-se interpretar, pela omissão de informações na matéria, que a comitiva de Lula é um ato de esbanjamento.

A matéria vem, ainda, acompanhada da figura de um mapa com o roteiro presidencial que destaca a passagem do presidente por Cuba. Por sua origem sindical e pelo fato de vários líderes do Partido dos Trabalhadores terem tido relações com o governo da ilha durante a ditadura militar, a informação reforça a imagem de esquerda de Lula.

A segunda matéria com mais destaque na página duvida do poder do presidente recém-eleito de emplacar seus pleitos diante da comunidade internacional. “Dívida com a ONU deixa País em posição vulnerável” começa colocando o presidente em situação de quase impotência.

A campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em prol da união dos países em desenvolvimento para a defesa de seus interesses comuns nos foros multilaterais, que estará na base de seu discurso de amanhã na ONU, conta com um sério elemento de vulnerabilidade: os calotes acumulados pelos governos brasileiros nos últimos anos no pagamento de suas cotas obrigatórias com os principais organismos internacionais. (*O Estado de S. Paulo*, 22/09/2003, p. A7)

Chama atenção, neste trecho, o uso da palavra “sério” antes de elemento de vulnerabilidade. O uso do adjetivo diminui a objetividade do texto e tem como finalidade ressaltar que o Brasil não está em posição de reclamar de muita coisa.

Apesar de dizer que as dívidas que dificultam a situação do país são de governos passados, a informação não é colocada em destaque e os nomes dos presidentes responsáveis pelo não pagamento não são citados. O texto diz que o país que queria reformas profundas e uma vaga no Conselho de Segurança pode perder direito até ao voto se não quitar um “quinhão” da dívida.

Segundo o dicionário Michaelis, quinhão, além de “parte que, na repartição ou divisão de um todo, toca a cada um”, é também “peixe que cada pescador reserva para si”. O termo, de alguma maneira, deixa implícito que a dívida brasileira é pequena, o que potencializaria a incapacidade do país em cumprir seus compromissos. A matéria reforça a ideia de que o Brasil é um país desimportante e destaca a impotência desta nação periférica no cenário internacional.

Outra matéria da página é a repercussão de críticas de Celso Lafer, último ministro das Relações Exteriores do governo anterior, à gestão petista. O secretário de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, responde, mas sem ser enfático.

No *lead*, Nilmário diz que as críticas são infelizes e injustas e a frase que recebe destaque da publicação é uma espécie de elogio ao governo anterior. “Nós continuamos o trabalho que o governo Fernando Henrique vinha fazendo. Para nós, direitos humanos são política de Estado e não política de governo”, disse Nilmário. Uma vez que alguém do governo Lula briga para convencer que o trabalho é igual ao governo Fernando Henrique, o elogio está implícito.

Mesmo durante um momento inédito na história do país, o jornal optou pela comparação indireta com o passado de governos subservientes diplomaticamente. Em vez de uma análise de quais seriam as chances de sucesso, o jornal preferiu desencorajar as reformas de Lula. Houve, ainda, um esforço para mostrá-lo como esbanjador, inculto, deslumbrado com o luxo e sindicalista com origem de esquerda.

Há na cobertura, também, um incômodo com falta de estudo do presidente Lula. A citação aos museus que ele rejeitou deixa isso claro. Existem duas possibilidades a serem analisadas neste caso. Não só o jornal - com história de incentivo à academia, que inclui o

apoio à criação da USP para a elite paulistana – que está em posição de fala diferente da do presidente sem estudo.

O repórter também tem pouco em comum com o presidente neste caso, seja no caso do estudo, ou do nível socioeconômico familiar. Existe a grande possibilidade de que alguém formado em jornalismo, ou em qualquer outro curso superior, em 2003 tenha vindo de uma parcela mais rica.

E o mais importante para este estudo: há um discurso conservador, no sentido de que as mudanças devem ser desencorajadas. O Brasil é colocado como um país periférico, sem direito a reivindicar as mudanças que pretende. Afinal, segundo o raciocínio, o país não consegue nem pagar seu “quinhão” às Nações Unidas, como pode querer uma reforma no Conselho de Segurança?

A *Folha* não traz chamada de capa para o tema, mas dedica à viagem do presidente Lula um editorial. Tratando da reforma do Conselho de Segurança da ONU, uma reivindicação do Brasil, o jornal diz que “sua atual configuração é uma herança do pós-guerra que já não se justifica”. A constatação do jornal insere alguma legitimidade ao pleito brasileiro.

Por outro lado, o editorial conclui que “não existirá solução que contente a todos os 191 membros” e diz que “o imobilismo trabalha contra a organização”. Com isso, o discurso de fundo é que países terão que ceder e abrir mão de suas reivindicações, em prol do bem das Nações Unidas e, conseqüentemente, do planeta. Após esta relativização, o leitor pode não considerar tão legítima a intenção do Brasil de participar.

A matéria sobre o tema vem na página 5 e é a principal de política neste dia. O texto diz que Lula vai investir em “um corpo a corpo, para tentar assegurar ao Brasil uma

vaga permanente”. O termo “corpo a corpo” dá a ideia de que Lula vai negociar com líderes separadamente, em conversas particulares, e usar seu poder de convencimento para conquistar o objetivo.

Outro trecho afirma: “Discretamente, Lula marcará posição contra os Estados Unidos”. Mesmo que a palavra discretamente apresente um atenuante, é a primeira vez, durante toda a análise, que o Brasil se posiciona “contra” aquele que era considerado parceiro fundamental oito anos antes. Este posicionamento é mais um processo do que uma ruptura. Apesar de ter havido uma clara aceleração com a chegada de Lula ao poder, nos últimos anos de governo Fernando Henrique já era possível notar que as posições não eram mais idênticas.

A matéria diz que Lula vai homenagear o diplomata Sérgio Vieira de Mello, morto meses antes, e usar o exemplo do brasileiro para “insistir no fim da política unilateral norte-americana para a resolução de conflitos”. O jornal afirma, ainda, que Lula dirá que foi um “erro” a invasão do Iraque à revelia da ONU.

Em seguida, um ponto relevante para esta pesquisa. A matéria fala do G23, “um grupo de países em desenvolvimento liderado pelo Brasil”. O país, que anos antes estabelecia parceiros preferenciais e que, no máximo, tentava se tornar um líder regional, agora tomava a frente de um processo de mudança global.

O texto, assim como o do *Estadão*, traz a informação de que Lula vai se hospedar no Hotel Waldorf-Astoria, “símbolo de luxo e sofisticação em Nova York”. A *Folha* traz o preço das diárias, mas não faz a insinuação da matéria do concorrente sobre a troca da cultura pelo luxo.

Sobre Cuba, o jornal diz que a ida do brasileiro “é o pagamento de uma promessa ao ditador Fidel Castro”. Esta informação, da maneira como está colocada, não favorece a

figura de Lula. Ele é mostrado como alguém capaz de liderar os países em desenvolvimento, mas também como alguém que deve promessas a um “ditador”.

23/09/2003

A edição do dia 23 de setembro do Estadão, o dia do discurso, traz o tema como principal manchete do jornal. A chamada traz o teor do discurso de Lula e a posição do governo brasileiro sobre o tema mais importante do cenário global naqueles anos: a guerra dos Estados Unidos contra o terror.

“Lula condena política de Bush contra o terror” é o título principal, que vem acompanhado de um subtítulo que contextualiza: “Discurso em Nova York foi feito horas após novo atentado em Bagdá”.

Outro trecho da capa que merece ser olhado é a manchete da editoria de Internacional, que trata da posição de Bush, diferente da de Lula. “Bush dirá na ONU que Estados Unidos não erraram no Iraque”.

Assim como no dia anterior, as chamadas e os textos da capa se mostram bastante objetivos. Apenas chama a atenção o fato de o jornal ter usado o termo “terror” na chamada, quando poderia perfeitamente ter dito Iraque ou Oriente Médio. O termo foi cunhado por George W. Bush para justificar a necessidade de uma guerra após os ataques de 11 de setembro de 2001. Ao usá-lo, o jornal, de certa maneira, referenda a posição de Bush e deixa implícito que Lula é contra o combate ao terror – em outras palavras, pode ser interpretado como favorável ao terror, o que não é elogio para ninguém.

A matéria principal mostra um Lula afinado com o discurso do secretário geral da ONU, Kofi Annan. O discurso em prol do fortalecimento do órgão é um ponto em comum

entre os dois líderes - outro é o alerta para abusos por parte dos americanos. O texto é bastante simpático com o presidente Lula ao dizer que, com o apoio do brasileiro, o secretário geral “conseguiu o apoio do líder de um país em desenvolvimento que vem cativando os foros internacionais com seu discurso em favor do multilateralismo e do combate à pobreza e à exclusão social”.

Em seguida, porém, a reportagem fala de um deslize do então presidente que “acabou pulando sete parágrafos do discurso, distribuído com antecedência à imprensa”. Segundo o jornal, nestes parágrafos estavam as críticas mais duras aos Estados Unidos e uma proposta que já tinha sido adotada anteriormente. Ao lado da matéria, encontra-se, mais uma vez, o mapa com o itinerário do presidente em seus dias no exterior mostrando que de Nova York, ele seguiria para a Cidade do México e depois para Havana, antes de voltar para o Brasil.

Há, ainda, uma matéria que fala de uma consulta dos Estados Unidos a respeito do aval do Brasil sobre a invasão iraquiana. O texto mostra o país se posicionando contra a maior potência do planeta, mas faz questão de ressaltar que o tema foi tratado no almoço de Lula com outras potências. Ou seja, o Brasil aparece como contrário aos Estados Unidos, mas alinhado com outras grandes potências, como a França.

O título, “Brasil resiste ao pedido de aval à ação no Iraque” mostra uma nação corajosa, mas a palavra “resiste” mostra também a fragilidade do Brasil diante da pressão norte-americana. A ideia é que os Estados Unidos, os gigantes, pressionam. Enquanto o Brasil, o pequeno, resiste.

Em seguida, o jornal questiona o papel do Brasil como líder latino-americano com a reportagem “Argentina quer dividir vaga no conselho da ONU”. Logo no *lead*, vem a demonstração de que o Brasil não é, na visão do jornal, mais forte que seu vizinho. “A

Argentina tende a azedar nos próximos dias as ambições do Brasil de conseguir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, na condição de líder latino-americano.” Segundo o dicionário Michaelis, azedar é o antônimo de suavizar, que, por sua vez, significa aliviar, mitigar.

O texto mostra o Brasil como um país ambicioso, mas que, mais uma vez, superestima seu próprio valor, já que a Argentina tem o poder de azedar os planos da diplomacia brasileira. O texto dá a entender, ainda, que a demanda argentina é legítima. “A ideia prenuncia a retomada de uma velha demanda argentina – de compartilhamento de um possível assento permanente para a América Latina entre seus principais países. Proposta que, a princípio, não agrada à diplomacia brasileira”. A matéria diz que o ministro das Relações Exteriores da Argentina estava disposto a apresentar a proposta ao brasileiro, mas o Itamaraty não confirmava a reunião - o que reforçava a suspeitas de que um “estranhamento nas relações entre os principais sócios do Mercosul perdura, mesmo depois dos panos quentes postos sobre a ausência de um telefonema de saudação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a seu colega Nestor Kirchner, por conta do fechamento do acordo com o Fundo Monetário Internacional”.

Aqui, o Brasil é colocado mais uma vez como presunçoso, aquele que se recusa a conversar sobre uma vaga compartilhada, aquele que quer a vaga só para si. Além do mais, há a retomada de um episódio anterior em que Lula não ligou para Kirchner. Outro ato deselegante foi o fato de Lula não ter convidado Kirchner para um almoço, episódio citado em seguida.

A última matéria sobre o tema na editoria de política talvez seja a mais significativa para este estudo. Ela fala da grande expectativa internacional em torno do discurso do novo líder brasileiro e diz que nunca antes um chefe de estado brasileiro teve

tanta atenção na ONU. O texto explica que tamanha importância dada pela comunidade internacional se justifica pela “simpatia e admiração que sua trajetória e carisma pessoais despertam” e “são reforçadas pelo sucesso da operação de estabilização da economia, que executou reafirmando os principais elementos da política econômica de seu antecessor”.

Lula, o carismático que discursará imediatamente antes do contestado George W. Bush, servirá, segundo o texto, de termômetro para medir a popularidade do presidente americano diante da comunidade diplomática internacional. Repare que os motivos da notoriedade do discurso brasileiro advêm de uma quase curiosidade acerca de seu líder, um carismático com trajetória incomum. Não é destacada, aqui, a importância do país ou o aumento de seu protagonismo.

Esta tese, aliás, é contestada em seguida, quando o jornal põe em dúvida a capacidade brasileira de corresponder às expectativas criadas. “É no tom e na substância do discurso que Lula indicará se seu governo está pronto para assumir as responsabilidades e o ônus do exercício da liderança internacional, que ele não apenas reivindica, como proclama”. Proclamar significa, segundo o Michaelis, “anunciar ou declarar pública e oficialmente”.

Lula, o carismático, já autoproclamou o papel de liderança que caberia ao Brasil. Um risco enorme já que, segundo o jornal, não se sabe ainda se será capaz de corresponder às expectativas e “assumir as responsabilidades e o ônus” da liderança.

O final da matéria, feita de Dubai, onde aconteceria, simultaneamente à Assembleia Geral, a reunião anual do Fundo Monetário Internacional, traz um tom que contrasta com a cobertura do *Estadão* até aquele momento. A retranca mostra um resultado prático da mudança de postura da diplomacia brasileira para o novo equilíbrio mundial: um elogio do presidente do Banco Mundial ao brasileiro.

‘Lula perguntou por que países que representam um bilhão da população mundial convocavam líderes que representavam os outros 5 bilhões e disse que era chegada a hora de as nações em desenvolvimento levarem-se e serem levadas a sério’, contou (James) Wolfensohn (presidente do Banco Mundial), durante um jantar no domingo. Para Wolfensohn, a reunião de Cancun (da OMC, onde Lula fez a declaração) ‘marcou o início de um novo tipo de equilíbrio entre nações ricas e pobres’.” (*O Estado de S. Paulo*, 23/09/2003 p. 5)

Cabe aqui ressaltar que a matéria feita de Dubai trata, principalmente, das incertezas sobre o que acontece em Nova York. O elogio a Lula e à força do Brasil, feito em Dubai, vem no final do texto, sob o subtítulo de “Convite”.

Uma última matéria pequena fecha a cobertura. Sobre uma curiosidade, ela fala de cidades e mulheres nos Estados Unidos que têm o nome Lula. “Com marcante sotaque sulista, a simpática funcionária da prefeitura de Lula, na Geórgia, Margaret Luther, que nunca ouviu falar do presidente brasileiro, disse, por telefone, ao *Estado* que há duas versões para o nome da cidade”. Apesar de despretensiosa, a matéria trata do desconhecimento de Lula pela população americana e reforça o estereótipo do presidente, de alguém que causa curiosidade nas pessoas. Neste caso, por ter nome de cidade ou de mulher.

Neste segundo dia, o Brasil é colocado pelo *Estadão*, mais uma vez, como presunçoso em vários momentos - um país que superestima seu poder, sua liderança regional. Um país que causa curiosidade e que tem os olhos do mundo voltado para si, mas que talvez não consiga corresponder às expectativas sobre seu poder de liderança.

Outro ponto é que o Brasil, que defende o multilateralismo, aparece como contrário à ideia de compartilhar um possível assento no Conselho de Segurança com outras lideranças regionais. Neste 23 de setembro, o Brasil é retratado pelo *Estadão* como um país que tem coragem de destoar dos Estados Unidos, desde que esteja alinhado com outras potências. Sozinho, dificilmente conseguiria “resistir” ao assédio.

A cobertura da *Folha* traz a política externa brasileira como manchete, mas não exatamente pelo discurso de Lula na ONU. “Brasil rebate crítica dos Estados Unidos e afirma que quer negociar” é uma resposta de ministros brasileiros pelas declarações do ministro do Comércio dos EUA, que culpou o “Brasil e seus colegas” pelo fracasso da última reunião da OMC. O texto põe o Brasil na condição de acusado, aquele que tem que se defender. Ao mesmo tempo, mesmo que seja para fazer “fracassar” as negociações na OMC, o país aparece como um líder de um bloco antiamericano, o que dá uma conotação de poder.

O presidente Lula é destacado abaixo, em uma submanchete que usa o verbo “atacar” para a posição do presidente Lula com relação à política americana antiterror. A chamada se refere a uma fala do presidente em um seminário antes da abertura oficial da Assembleia, que aconteceria naquele dia.

Na página 3, na sessão “Tendências e Debates”, um artigo do político Anthony Garotinho critica os “governos nacionalistas” que vinham chegando ao poder na América do Sul. Ele comparava Lula, Chávez e cia. aos governos das décadas de 1960 e 1970. A comparação no texto não é um elogio, seja pelo caráter destes governos, caso da ditadura brasileira, ou pelo resultado prático, caso do governo de Salvador Allende, no Chile, deposto por um violento golpe militar.

Na página 5, uma matéria diz que “Lula quer incluir gastos com unificação em acordo com FMI”. O texto diz que o governo pretende que o dinheiro aplicado na unificação dos programas sociais, que se transformariam no Bolsa Família, não seja contabilizado como déficit público. Mais uma vez, o Brasil questiona regras de uma organização internacional, neste caso, o Fundo Monetário Internacional.

Na editoria Mundo, há um dado significativo do aumento do protagonismo do Brasil. Em um quadro, aparecem as posições de seis líderes mundiais sobre a guerra do

Iraque. Este quadro aparece na página principal da editoria, cercado pela cobertura geral do conflito. Lula aparece ao lado dos chefes de Estado dos Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e Rússia. O quadro mostra, entre outras coisas, o isolamento do presidente Bush e do primeiro-ministro britânico Tony Blair.

É claro que o Brasil não tem o mesmo peso internacional dos outros cinco e que o fato de o jornal ser brasileiro é determinante para a inclusão de Lula, mas é sintomático que isso ocorra. Em coberturas passadas, a opinião do Brasil em grandes debates internacionais merecia muito pouco ou quase nenhum destaque. A própria *Folha de S. Paulo*, durante esta pesquisa, deixou de publicar sobre a política externa brasileira em tempos de Assembleia.

Na matéria sobre o Brasil, que vem na página seguinte, há a informação de que Lula “atacou duramente” a política americana, “em mais um gesto para marcar diferenças com a administração de George W. Bush”. Vale lembrar aqui que, naquele tempo, poucas pessoas eram mais odiadas que Bush, comparado ao nazista Adolf Hitler em diversas manifestações mundo afora. Logo, um gesto de Lula para se diferenciar de “Hitler” é uma tentativa de aparecer bem como alternativa aos grandes líderes globais do momento. Estas declarações do presidente foram dadas no seminário “Combatendo o Terror pela Humanidade”, uma espécie de pré-evento da ONU.

Os elogios ao posicionamento brasileiro na cobertura mais geral não se repetem na cobertura específica, quando o jornal dá mais espaço no noticiário ao tema. Assim como no *Estadão*, há críticas mais direcionadas ao presidente Lula. Na *Folha*, elas vêm com uma matéria focada em uma suposta contradição de Lula acerca da causa do terror. “Apesar de ter dito que ‘não há elo direto de causa e efeito entre pobreza e terrorismo’, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, se contradisse e relacionou uma coisa à outra em seu discurso em seminário sobre as causas do terrorismo ocorrido em Nova York”.

Outra matéria fala das dificuldades de Lula em marcar um encontro com o presidente americano. O texto relaciona o aumento de agressividade do Brasil com as dificuldades encontradas pelo governo brasileiro para agendar o encontro.

A *Folha* mostra, na cobertura de 23 de setembro, um Brasil mais importante, mas vacilante nas bases de suas convicções. A dificuldade para agendar o encontro e as críticas recebidas do ministro americano do Comércio são a maneira como o jornal apresenta o ônus da liderança e da tomada de posição.

24/09/2003

“Anan, Chirac e Lula atacam EUA na ONU”. A manchete principal da *Folha de S. Paulo* em 24 de setembro é um elogio à importância do Brasil no mundo. Lula é colocado ao lado do presidente francês, Jaques Chirac, e do secretário-geral da ONU, Kofi Anan, em suas críticas a Bush. Caixas de texto trazem frases dos três líderes e do presidente Bush, isolado em sua posição. A configuração da capa dá a entender que o Brasil está do lado certo, com a maioria e apoiando a solução pacífica.

Lula pede, ainda, em outra chamada de capa, um comitê mundial de combate à fome. A ideia foi apoiada por Chirac, o que aparece como um indício do acerto brasileiro ao apoiar a posição francesa.

Nesta capa, podemos identificar o conceito de intertextualidade. Ao lado de matérias elogiosas à posição mundial do Brasil, aparece uma chamada dizendo que ministros do governo Lula se queixam da falta de recursos - o que pode ser interpretado pelo leitor como consequência de um governo que se preocupa mais com o cenário externo do que com o próprio país.

Um editorial da *Folha* comenta o discurso de Bush e diz que ele apareceu na Assembleia menos arrogante que no ano anterior porque precisa de ajuda “em dinheiro e em soldados”.

O mais relevante para esta análise vem a seguir, em um artigo do jornalista Clóvis Rossi sobre o papel do Brasil no mundo. Um artigo retrata a opinião pessoal de quem o escreve, por isso há mais liberdade para análises e opiniões que podem até contrariar o que vem sendo dito na cobertura do jornal – o que, em um editorial, seria quase impensável.

É possível resumir o artigo de Clóvis Rossi em uma frase, escrita por ele: “O Brasil é um parceiro importante no jogo comercial global, mas ainda é muito secundário quando se fala de alta política”. Primeiro, é preciso analisar a intensidade que ele dá para cada uma das informações que transmite. O Brasil é um parceiro “importante”, não fundamental. E ainda por cima, é “muito secundário”, não secundário, quando se fala de alta política. Ou seja, está longe de conseguir alguma relevância.

O discurso do presidente Lula, ontem, não mereceu destaque nenhum (e, às vezes, nem uma linha sequer) nos principais noticiários on-line, seja no espanhol ‘El País’, no britânico ‘Financial Times’, no multifacetado ‘Google News’, no ‘International Herald Tribune’ e por aí vai. Pior: se um dos objetivos era defender a devolução do Iraque aos iraquianos o mais depressa possível, seu colega George Walker Bush não deu a mínima bola. (*Folha de S. Paulo*, 24/09/2003, p. A2)

O artigo vem justamente no momento em que se discute um suposto aumento de importância do país, no momento em que Lula descola bastante o Brasil da linha de ação americana e que coloca seus próprios pleitos, como o comitê de combate à fome, nos mais importantes fóruns internacionais.

Na editoria Mundo, a cobertura repete o tom dos dias anteriores. Para reforçar a inconsistência do unilateralismo americano, há uma análise falando que esta posição ameaça o futuro da ONU como fórum maior entre os países.

Na cobertura do discurso do presidente, o mais significativo é a charge que aparece no fim da página. Nela, um homem que parece ser da diplomacia brasileira, diz a Lula: “Estamos a caminho da cadeira permanente, presidente. Já nos ofereceram um chá...”. No quadro seguinte, vem a ironia: “de cadeira”.

A charge tem a função de fazer críticas por meio do humor, mas não deixa de ser uma forma importante de análise dentro do jornal. O tom da charge é o mesmo adotado no artigo de Clóvis Rossi sobre o papel do Brasil no mundo. O discurso de fundo é que o Brasil, por mais que venha se achando cada vez mais importante, é quase insignificante no jogo político global.

Não há, dentro da metodologia, uma maneira de medir o que influencia mais a opinião do leitor: se as longas matérias factuais ou uma charge chamativa como esta. A certeza é que a charge, assim como o artigo de Clóvis Rossi, o principal da página 2, tem significativo poder de influência. Não cabe ao estudo medir se o impacto destes é maior ou menor que das matérias que mostram o Brasil mais firme, tomando posição contrária à dos Estados Unidos - fato raro nos quase 200 anos de política externa brasileira.

A matéria sobre o discurso é mais objetiva e dá menos margem para interpretações. Há uma amenização no tom do discurso do presidente Lula, o “ataque” usado no dia anterior deu lugar à “crítica”. No pé da página, há uma pequena matéria dizendo que Lula tentou agradar a Argentina depois de ter sido criticado pelo presidente Nestor Kirchner, por ter cedido demais ao capital internacional. Aqui, o Brasil que tenta uma vaga no Conselho de Segurança é mostrado como alguém que precisa fazer concessões para não ser criticado pela Argentina, país que tem menos importância no cenário global, mas que mantém uma relação de interdependência com o Brasil - principalmente por causa do comércio.

Em outra página dedicada, também inteiramente, ao discurso de Lula, o tema é a proposta brasileira de criação de um fundo mundial de combate à fome. Sobre a proposta, o texto diz: “A ideia não teve grande repercussão. Ele já tinha feito essa proposta no Fórum Econômico Mundial, em 26 de janeiro, em Davos (Suíça), sem sucesso”. O jornal publica, ainda, a íntegra do discurso do presidente.

Ao mesmo tempo em que sua cobertura mostra o patamar, inédito nas últimas décadas, que o Brasil alcançou nos últimos anos, há uma necessidade de deixar claro que o país ainda não tem grande relevância. O discurso do jornal é de que há sim uma busca e uma conquista de protagonismo, mas não do tamanho que o Brasil acha que tem e não o suficiente para influir nas grandes discussões.

A cobertura de *O Estado de S. Paulo* dá destaque principal ao discurso de Lula e sua proposta de comitê contra a fome. Abaixo, a manchete “Chefes de governo recebem com frieza discurso de Bush”.

Um artigo assinado pelo jornalista José Nêumanne critica duramente a visita que o presidente Lula fará a Cuba, depois que sua participação na Assembleia terminar. Mesmo vindo de contumaz e reconhecido crítico do presidente Lula, o artigo, sem a intenção de elogiar, reconhece a participação do presidente na Assembleia. “(...) o sucesso que a política externa do Brasil vem obtendo no mundo, apesar de honroso para todos nós, não é, como alguns pensam, algo inusitado ou sequer original”, escreve Nêumanne, que cita como exemplos de sucesso os diplomatas Osvaldo Aranha e Barão do Rio Branco. Em seguida, vêm críticas ao presidente pelo fato de ele visitar Cuba.

Na página seguinte, o principal editorial do jornal se dedicou a analisar o discurso do presidente, o que não aconteceu nos anos passados desta pesquisa. “O presidente Lula empenhou-se em fazer mais do que cumprir a praxe que dá ao Brasil, entre os 189 países

membros das Nações Unidas, a primeira palavra na abertura das sessões anuais da Assembleia Geral da entidade”.

Em seguida, uma sutileza que não pode passar despercebida. O texto elogia a maneira como o discurso alfineta, com “elegância”, a doutrina Bush, mas sugere que o presidente era apenas um leitor do discurso. “Os autores do texto lido por Lula souberam alfinetar, com elegância, a doutrina Bush”. É razoável pensar que um presidente, qualquer que seja, não é o autor de todos os seus discursos, mas daí a sugerir que ele não participa do processo, que é apenas um leitor, existe uma diferença. Vemos aqui, na opinião deste pesquisador, mais um sinal do preconceito contra a baixa escolaridade do presidente da República.

Sobre a proposição de Lula acerca da fome, o editorial usa o Fome Zero para dizer que a ideia do presidente tem um pouco de ingenuidade. “O presidente, que faz praça do Fome Zero no seu discurso, bem que poderia tomar os tropeços que caracterizam esse programa, além dos seus provavelmente insanáveis erros conceituais, como objetivo de reflexão sobre as imensas dificuldades de uma ação internacional concentrada no combate à fome.”

Sobre o discurso, o *Estadão* teve iniciativa parecida com a da *Folha*. Além de publicar a íntegra do comunicado, a reportagem sobre a fala foi objetiva e evitava juízos de valor e contextualizações excessivas. O foco jornalístico maior foi na proposta de acabar com a fome e as interpretações vieram em outras matérias: “Analistas elogiam discurso, mas fazem ressalvas” é a principal delas.

A matéria faz elogios à postura do presidente quanto ao combate à fome, mas critica a busca por um lugar no Conselho de Segurança da ONU, chamada de “falsa conquista” no texto. Tomando o gênero do discurso colocado aqui, a matéria de análise, o

texto deve servir apenas para contextualizar, traduzir ou introduzir o pensamento dos especialistas ouvidos.

O Brasil aparece aqui como um país que pode contribuir com o debate mundial se falar de sua própria experiência, falar da pobreza. Quanto à sua vontade de influir nos principais fóruns de debate, é colocado que “não é o melhor momento para discutir mudanças no conselho de segurança”.

Sobre o pleito, especificamente do Brasil, em ocupar um assento permanente, o especialista se lembra dos custos e de que o Brasil tem ganhado algum destaque por se dar ao luxo de manter posição de neutralidade em alguns casos - o que seria impossível como membro permanente. Logo, o país aparece como incapaz de arcar com os custos financeiros e com o ônus da tomada de decisões em um fórum importante.

Na última matéria da página, há um claro esforço em demonstrar - como disse José Nêumane, em artigo na página 2 - que Lula não fez nada de novo na ONU. Sob o título “Discurso não muda desde Figueiredo”, o texto se esforça para lembrar os pontos em comum entre o discurso de Lula e o do último general que presidiu o Brasil.

O que se constatou, nesta pesquisa que analisa apenas este governo e o anterior, é que houve mudanças perceptíveis, mesmo que algumas vezes elas tenham se dado mais no tom que no teor do discurso.

4.3.5 - 2007: O protagonismo do Brasil do mascate

Em 2007 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegava à ONU recém-reeleito. Seu governo, visto em 2003 como o fato novo no cenário mundial, se reerguera depois de enfrentar CPIs, todo o processo do mensalão e uma dura campanha eleitoral. Apesar dos escândalos amplamente divulgados na imprensa nos meses anteriores, os programas

sociais de sua gestão já apresentavam resultados satisfatórios e, na eleição do ano anterior, ganhou o slogan “Deixa o homem trabalhar”.

É com esta experiência que o presidente chegava à Nova York naquele ano. Lula balançou internamente, mas, no cenário externo, tentou manter sua fama de quem lutava pelos pobres e pela erradicação da pobreza no mundo. Agora, ele já não estava sozinho. Desde que foi à Assembleia pela primeira vez, outros presidentes de esquerda chegaram ao poder na América Latina. Um deles, Evo Morales, criara, no ano anterior, um impasse diplomático com o Brasil ao nacionalizar jazidas de gás natural exploradas pela Petrobrás.

As guerras do Iraque e do Afeganistão já tinham terminado - pelo menos, já havia terminado a fase de invasão e resistência. O poder já estava nas mãos de pessoas leais aos Estados Unidos, o clima nestas nações se parecia mais com uma guerra civil, com ataques diários e dificuldade de estabelecimento de legitimidade dos governos perante a população.

O principal ponto do discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi a questão climática. O tema do discurso mudou, mas a intenção permanecia a mesma: ser o porta-voz dos países em desenvolvimento, levantar bandeiras contra a imposição dos mais poderosos. Pelo menos este era o discurso.

24/09/2007

Um dia antes de Lula discursar na ONU, o *Estadão* já antecipava aqueles que deveriam ser os principais pontos de seu discurso. Não houve chamada de capa, apenas a matéria “Na ONU, Lula vai falar da questão climática”, que abre a página seis.

O texto não é contundente quanto à firmeza do presidente brasileiro em suas reivindicações. Ao falar que Lula não aceitará novos acordos climáticos que não toquem no

Protocolo de Kyoto, aparecem palavras como “indiretamente” e “recado”, que amenizam a força do não aceitar.

É sintomática, porém, a legenda da foto do presidente em tom bem mais firme. “Lula já avisou que se recusa a aceitar lições sobre a preservação das florestas no Brasil”, diz o texto que não é atribuição do repórter, mas do editor. Aí, é possível perceber a mão do editor tentando dar força ao que o repórter, que teve contato direto com o fato, relativizou em seu texto. Assim como foi comentado acerca da charge em uma análise anterior, não cabe aqui definir qual discurso tem mais poder de influência, mas é obrigatório considerar a força de discursos em legendas, títulos, charges etc.

Um subtexto desta matéria fala da agenda que o presidente terá em Nova York e lista todos os encontros com chefes de estado - entre eles, a da Alemanha, Angela Merkel. O presidente, segundo a matéria, foi obrigado a antecipar a viagem para dar conta dos compromissos, o que mostra um chefe de estado requisitado e confere certa importância ao Brasil no cenário global.

Outra matéria, na mesma página, trata de problemas e contradições que estavam à espera da diplomacia brasileira na ONU. Feita de Genebra por um correspondente, a matéria diz que o governo terá de dar explicações sobre a produção de etanol, sobre a qual se ventilava que poderia causar fome no mundo, e a questão dos índios que estariam sendo desrespeitados em território nacional.

As críticas sobre o etanol são colocadas como informação de “um relatório que será apresentado em Nova York” por um aliado do presidente Lula, na ONU. Este aliado cita que a produção de etanol teria efeitos “perversos”. A própria matéria diz que há uma contestação quanto aos efeitos da produção de etanol de cana sobre o aumento da fome.

Sobre a polêmica da questão indígena, ela se dá por conta da indicação de um ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) para um posto na ONU. “Na ONU, circulam mensagens entre os funcionários criticando a indicação”. “Uma diplomata brasileira confirmou ao *Estado* que o tema está causando polêmica e que caberá a Brasília decidir se a nomeação será mantida. ‘A pressão está forte’”.

Esta matéria, apesar de negativa, não apresenta, aparentemente, nenhum dano mais significativo para a imagem do Brasil. O país, que propõe o etanol e a preocupação sobre as mudanças climáticas, sofre contestações que são rebatidas pela própria matéria.

Já a matéria da *Folha de S. Paulo* fala do reencontro entre os presidentes Bush e Lula e o fato de Brasil e Estados Unidos estarem perto de um acordo comercial. “Nunca antes na história recente das relações entre Brasil e EUA, os dois países estiveram tão perto de chegar a um acordo para ajudar a destravar a Rodada de Doha”, diz o texto, em uma clara referência à expressão que virou bordão do presidente Lula durante as eleições de 2006: “nunca antes na história deste país”.

A referência, ao mesmo tempo em que dá a Lula o crédito para o acordo, não pode ser considerada completamente elogiosa, uma vez que o presidente foi muito ironizado por ela durante aqueles tempos. Acusavam Lula de supervalorizar seus feitos e a expressão era o símbolo da crítica. Este significado pode também ser transferido para este contexto, dependendo da interpretação de quem lê a matéria. No texto, Bush é citado como “amigo” de Lula.

Bush é um presidente em final de mandato que tem de lidar com um Congresso dominado pela oposição democrata, que vem se mostrando protecionista em questões comerciais. Já Lula não quer ser visto como um dos empecilhos de uma audaciosa negociação de comércio exterior, que precisa recomençar a andar em outubro. (*Folha de S. Paulo*, 24/09/2007, p. A11)

Colocar o presidente como alguém que “não quer ser visto como um dos empecilhos” é um fator que interfere na interpretação de quem lê. Em primeiro lugar, segundo a matéria, Lula está se preocupando com a opinião alheia. Em segundo, a expressão “trabalha para que o Brasil contribua para a evolução do acordo”, substituindo o trecho supracitado, mudaria a compreensão, mas muito pouco o sentido real. A reportagem traz, ainda, um quadro com os temas dos discursos de Lula na ONU desde que assumiu a Presidência.

Em um *box*, no final da página, há uma nota sobre a entrevista que o presidente dá ao *The New York Times* - o que já é um fato relevante se for levado em conta que sua importância já foi posta em dúvida em anos anteriores, pelo fato de ele não ter virado manchete em jornais internacionais. O segundo ponto que chama atenção é a declaração do presidente, que diz que “A América Latina não precisa de líder”, ao ser perguntado se disputava com Hugo Chávez o posto de líder do continente. A reportagem do jornal americano, no entanto, era intitulada “Um líder obstinado proclama o potencial do Brasil na agricultura e nos biocombustíveis”.

Não há, no material de pesquisa analisado e apresentado até agora, fato semelhante a este. Um presidente brasileiro como tema de matéria do principal jornal dos Estados Unidos é um acontecimento inédito nos anos pesquisados. O fato mostra o aumento da relevância do Brasil, inclusive se for levado em conta o raciocínio do jornal na cobertura de 2003 - quando a falta de espaço em periódicos internacionais foi apontada como sintoma de fracasso do discurso de Lula.

25/09/2007

Na capa da edição da *Folha de S. Paulo* de 25 de setembro, uma manchete, que não foi a principal, dizia: “Bush promete ‘flexibilidade’ a Lula”. A manchete mostra, no

mínimo, uma preocupação do presidente norte-americano com o Brasil. No texto desta chamada, o jornal usa o termo “garantiu” em vez de “prometeu”.

A matéria da página A4, a principal da editoria de Poder, como a *Folha* chama a política, mostra o Brasil negociando com os Estados Unidos sem estar em posição de inferioridade. “Bush e seu gabinete acenaram com propostas concretas de diminuição do montante de subsídios (...) Em troca, pediu que o Brasil pediram que o Brasil diminua e ajude a convencer o bloco dos países emergentes a diminuir a tarifa”. O trecho mostra não só o Brasil sendo tratado com alguma importância pela maior potência global, como os Estados Unidos reconhecendo o país como um líder entre as nações em desenvolvimento.

Um artigo de Clóvis Rossi e uma matéria no pé da página tratam de esfriar a urgência do texto principal. O colunista pede “que ninguém se iluda: nenhuma negociação será feita em Nova York”. Já a matéria traz uma declaração do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, pedindo paciência e deixando claro que um acordo para o ano seguinte “está bom”. O jornal deu grande destaque à matéria, mas ele mesmo foi o responsável por tirar um pouco o peso da reunião, agora entendida como preliminar, não como decisiva.

A cobertura do *Estadão* volta a dar destaque ao teor do discurso de Lula, que seria proferido naquele dia. Uma matéria objetiva mostra o peso que cada tema terá na explanação do presidente e enfatiza o destaque que será dado para a questão ambiental.

Em uma cobertura parecida com a do dia anterior, o *Estadão* volta a falar em relatórios que pedem a suspensão da produção de etanol para que o combustível não aumente a fome no mundo. De alguma maneira, esta matéria enfraquece o discurso brasileiro sobre ecologia, já que o etanol, por ser um combustível de fonte renovável, era uma das bandeiras do presidente.

A última matéria do dia é “Itamaraty dribla líder do Irã, mas quer diálogo”. O Irã, país de histórico recente conturbado com as potências ocidentais, é uma força do Oriente Médio. Mesmo isolado do Ocidente, o fato de o país procurar o Brasil é mais uma prova de relevância crescente. Além do “dribla” no título, a matéria usa o termo “escapar do assédio” para contar que o Brasil alegou incompatibilidade de agenda para não marcar uma visita oficial de Mahmoud Ahmadinejad ao país. “Drible” passa a ideia da intenção de enganar ou despistar o adversário.

Segundo a matéria, o Brasil não considerou oportuna a visita naquele momento, mas se mostrou disposto a conversar. A intenção do Irã seria discutir possíveis investimentos da Petrobrás em seu território. O texto diz, porém, que os investimentos da estatal naquele país dependem da resolução do imbróglio sobre o programa nuclear iraniano. De uma maneira ou de outra, o Brasil tem aqui uma “carta na manga”, um trunfo, em uma discussão que é das mais importantes no cenário internacional. Apesar de não ser objeto desta pesquisa, vale lembrar que, anos depois, o presidente Lula selou um acordo com o Irã - que foi rejeitado pelo governo americano apesar de seguir rigorosamente os termos acertados entre Brasil e Estados Unidos.

26/09/2007

O último dia de cobertura em 2007 começa com manchete e foto na capa dos dois jornais. Com enfoques diferentes, ambos dão destaque ao discurso de Lula. “Na ONU, Lula propõe reunião em 2012 para debater o clima”, informa a *Folha*. Já o *Estadão* estampa “Lula diz na ONU que etanol não produz fome”.

A manchete da *Folha* vem acompanhada do anúncio de um artigo que diz: “Lula parece um mascate dos biocombustíveis”. “Mascate”, segundo o dicionário, é vendedor

ambulante. Ser chamado de vendedor ambulante, para um presidente da República, é claramente ter suas funções desvirtuadas. É como se as ações de Lula não estivessem à altura do cargo.

Em editorial, a *Folha* volta a usar a ideia do comerciante para se referir a Lula quando diz que “como vem se tornando um hábito seu, aproveitou a ocasião para vender ao mundo a ideia de biocombustíveis”.

No parágrafo seguinte, há “como vem se tornando outro hábito seu”. Aqui, além do reforço da imagem do mascate, há uma crítica aos hábitos pouco formais do presidente e mais uma vez é possível identificar, desta vez na *Folha*, um estranhamento à origem social do então presidente. À frente, ainda há a expressão “no melhor estilo Lula” para se referir a uma informação omitida pelo presidente em seu discurso.

O texto que fala do discurso contém críticas implícitas e explícitas ao modelo brasileiro de biocombustíveis. Para rebater, o presidente afirma, segundo a matéria, “um plano para mudanças climáticas”. Em seguida, a crítica: “Lula não deu detalhes do plano, além do título: Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas”. Da maneira como colocado, pela escolha semântica, há a percepção de que não há um plano totalmente formulado, no máximo uma ideia de plano. A *Folha* bate na tecla dos relatórios que desaconselhavam o plantio de cana para a fabricação de etanol.

No fim da página, há um artigo assinado por Marcelo Leite - é este o texto que tem chamada na capa. “Em seu discurso na ONU, o presidente Lula apresentou-se mais como um mascate dos biocombustíveis – álcool combustível à frente – do que como estadista da onda verde global”. O artigo acusa Lula de ter “usado números corretos, mas selecionados, da maneira que fosse mais favorável ao País”. Depois, ele diz que a meta de desmatamento na Amazônia é para “ambientalista inglês nenhum deixar de ver”. Neste caso, a uma

interdiscursividade, um diálogo com a expressão “para inglês ver”, que indica que alguma coisa foi resolvida só aparentemente, para agradar ou enganar uma plateia.

Na página seguinte, encontra-se uma matéria de Lula falando sobre comércio exterior e a Rodada de Doha - que, segundo o presidente, não pode esperar as eleições americanas (marcadas para o fim daquele ano). Nesta matéria, as afirmações do brasileiro são confrontadas e, às vezes, desmentidas. Usa-se matéria do jornal britânico *Financial Times* para dizer que a Rodada teria que esperar o resultado das eleições.

O *Estadão*, além da chamada de capa para o discurso, traz também um editorial tratando do tema etanol. E aqui é possível perceber, pela primeira vez na pesquisa, uma crítica direta à diplomacia brasileira, ao corpo técnico do Itamaraty - as críticas eram feitas muito em cima de governos, governantes e até do país como um todo. “O presidente Lula não pode evitar o assunto, mas seu discurso deve produzir efeitos limitados. Que fazia a diplomacia brasileira, enquanto era preparado o relatório da ONU contra o Etanol?”. Esta frase, além de constar no texto, está em destaque, como olho do editorial, o que mostra a intenção de destacar a crítica.

A matéria sobre o discurso seguiu o padrão do *Estadão* nos anos anteriores: objetiva. As críticas, como de praxe, vieram em outros textos. Por exemplo, na matéria que fala do desmatamento em Mato Grosso, na página seguinte, depois do texto de Lula defendendo o meio ambiente e a soberania da Amazônia - “Em MT, derrubada da mata subiu 200%”.

Sobre as negociações comerciais com Bush, destaque para uma pequena matéria do correspondente na Suíça, que diz que “Emergentes duvidam de intenção dos EUA”. Lula e o governo brasileiro são colocados como ingênuos por acreditarem nos americanos.

As coberturas da *Folha* e do *Estadão* seguiram padrão parecido no ano de 2007 e o comportamento não foi muito diferente do adotado no ano de 2003, o primeiro de Lula como presidente do Brasil. O otimismo apresentado no início da cobertura se transforma, no final, em cobranças, críticas mais duras e insinuações de megalomania ou ingenuidade.

4.3.6 - 2010: O Brasil como adversário dos EUA

A participação brasileira na Assembleia de 2010 não pode ser vista descolada do contexto interno do país. Após oito anos, chegava ao fim o governo Lula, que tentava eleger sua sucessora. No meio da campanha e faltando poucas semanas para a eleição, Lula enviou seu chanceler, ministro Celso Amorim, para participar da Assembleia Geral das Nações Unidas.

No Brasil, o ambiente era de profunda polarização eleitoral, com jornais se posicionando e acusações de parte a parte na disputa entre José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT).

A ausência do presidente Lula e a efervescência eleitoral fizeram com que a cobertura da Assembleia tivesse menos espaço que em anos anteriores, o que não significa que o material colhido neste período seja menos importante.

O Brasil, em suas negociações durante a Assembleia Geral, aparece, pela primeira vez nesta pesquisa, como um dos Brics - grupo formado por países em desenvolvimento.

22/09/2010

Neste dia, com o noticiário bastante ocupado pela disputa eleitoral, *Folha* e *Estadão* deram a mesma matéria sobre diplomacia - a história de uma alpinista americana que

foi presa no Irã e só foi solta sob pressão da comunidade internacional, inclusive do Brasil. Na matéria, ela se encontra com o ministro Amorim e agradece o apoio brasileiro.

Aqui, o Brasil é retratado como um país pacífico e neutro, capaz de negociar e conseguir feitos humanitários. Esta matéria remete à tradição do Itamaraty de defesa dos direitos humanos, uma bandeira que a instituição carrega. Durante a análise da cobertura, o Brasil foi endurecendo o discurso e tomando posições cada vez mais independentes, o que diminuiu o espaço para ações como esta.

23/09/2010

No dia 23, a *Folha* não publicou matérias sobre a diplomacia brasileira ou a Assembleia Geral. Já o *Estadão* trouxe uma matéria sobre a relação Brasil e Irã. Juntamente com outros Brics – Rússia, China e Índia –, o Brasil condenou sanções unilaterais impostas ao Irã por causa de seu programa nuclear.

Na matéria, o Brasil não assume a autoria da ideia - fica com a Rússia que, junto com a China, são os dois membros do grupo com assento fixo e poder de veto no Conselho de Segurança. A intenção dos Brics seria “deslegitimar” sanções unilaterais impostas ao Irã por Estados Unidos e alguns países europeus.

A proposta, obviamente, contrariou os Estados Unidos. “Os EUA não gostaram da proposta de resolução dos Brics, anunciada pelo chanceler brasileiro, Celso Amorim. ‘As sanções unilaterais têm um papel importante no esforço de obrigar um país a cumprir suas obrigações internacionais’, disse a secretária adjunta de Estado dos EUA para Organizações Internacionais, Esther Brimmer”.

O que se vê aqui é o Brasil participando de um grupo de países com características parecidas. Mesmo que tenha poder dentro deste novo grupo, o país não é o

líder para questões mais relevantes, uma vez que China e Rússia são mais fortes no âmbito da ONU. Há uma clara mudança no círculo de influência no qual o Brasil está inserido. Há uma mudança em curso desde 1995, inclusive, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso elegia EUA, Argentina, Alemanha e Japão como aliados preferenciais. Mesmo que o país não tenha a tão sonhada cadeira no Conselho de Segurança ou tome sozinho decisões importantes no jogo político global, a evolução do prestígio brasileiro, segundo os jornais, é clara.

24/09/2010

O Estadão do dia seguinte ao discurso de Amorim não dá muito espaço ao tema, apenas uma nota. “Amorim defende legado da política externa de Lula” é o título de um pequeno texto que tem espaço suficiente para análise e ironias. Sem explicar quando nem como aconteceram as situações delicadas, o texto diz que “o discurso foi uma espécie de inventário das posições que, muitas vezes, colocaram o Brasil em posição delicada”.

O texto diz ainda que o ministro promete não “cobrar direito autoral” das grandes potências caso elas consigam fechar com o Irã o mesmo acordo que o Brasil já havia fechado.

Já o primeiro parágrafo da matéria que a Folha de S. Paulo traz no dia 24/09 é sintomático e esclarecedor para esta pesquisa e para a compreensão do momento da diplomacia brasileira. O jornal publicava uma entrevista exclusiva com o chanceler brasileiro, Celso Amorim, no dia seguinte a seu discurso na Assembleia. “Apesar de as relações entre Brasil e Estados Unidos continuarem ‘preservadas’, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, se pergunta se o fato de o país ter conseguido um acordo com o Irã deixou algum abalo.”

Era este o clima naquele momento em Nova York e é este o retrato que a imprensa traz do Brasil no cenário global ao fim do governo Lula. A evolução do país, observada durante os anos, chega a seu ápice nesta Assembleia, quando o Brasil se coloca contra aquele que era, e ainda é comercialmente falando, seu principal parceiro. “Será que o fato de termos conseguido algo que eles (EUA) não tinham conseguido deixou algum abalo?”, é a frase mais importante do chanceler brasileiro. Na entrevista que não ocupa meia página, além do texto há uma grande foto de Amorim, ele coloca em dúvida a capacidade dos Estados Unidos em resolver a situação do Irã e mostra que o cancelamento do acordo feito pelo Brasil e pela Turquia com o país do Oriente Médio não está bem resolvido.

O Brasil, neste momento, se sente no direito de jogar indireta para os Estados Unidos e acredita que foi sabotado no caso do acordo nuclear. A entrevista fecha de maneira significativa o período de análise.

Considerações finais

Há, sem dúvidas, durante o período analisado, uma mudança na maneira como o Brasil é retratado nas páginas dos dois grandes jornais. O discurso dos partidários de Fernando Henrique Cardoso não é totalmente de negação do sucesso da política externa do governo que se seguiu. Tucanos defendem que foram o controle da inflação e a volta à normalidade econômica, com moeda forte e estável, que serviram de base para esta mudança.

Há, inclusive, nas palavras de Celso Lafer, em artigo exposto no capítulo anterior (5.1.1), a admissão indireta do sucesso da política externa de Lula. O argumento de Celso Lafer não é contra o que Lula fazia naquele momento. O que ele defendia é que só havia sido possível chegar àquele resultado graças a uma série de medidas – no caso, diplomáticas – implantadas no governo anterior do qual ele próprio fazia parte.

Aliados de Luiz Inácio Lula da Silva também não negam a importância da estabilização econômica, mas preferem ressaltar os avanços mais visíveis, acontecidos durante o governo do PT. Cada lado joga luz no que lhe é mais conveniente. Mas é perceptível que a consolidação de um sistema político democrático depois de décadas, o controle da inflação e a volta à normalidade econômica contribuíram para as conquistas diplomáticas que se seguiram.

É perceptível, na mesma medida, que houve também uma guinada da política externa brasileira depois que Lula chegou à Presidência, Celso Amorim assumiu o comando do Itamaraty e Marco Aurélio Garcia passou a ser um dos mais influentes pensadores das políticas diplomáticas do país.

Principalmente durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foram encontradas várias referências ao processo de estabilização econômica e política do Brasil como fator para que o país fosse enxergado por seus pares de outra maneira. Depois de toda a análise do material durante seis edições da Assembleia Geral das Nações Unidas,

constatou-se que a maneira como o Brasil era retratado mudou. E mudaram, também as opiniões dos agentes públicos brasileiros sobre seu próprio país – pelo menos nas opiniões publicadas na imprensa.

Durante o período de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil é, na grande maioria das vezes, retratado como um país cujo maior desejo é ser um parceiro importante para os Estados Unidos, uma nação que raramente contraria a maior potência do planeta e que não apresenta ambição de protagonismo, mas de crescimento à margem do parceiro. Elogios vindos de agentes públicos americanos são, na época, uma espécie de prova do sucesso dessa política.

Política, aliás, que parece ser aprovada pelos jornais, que raramente contestam ou criticam esta estratégia. A cobertura é tão fria que, no dia do primeiro pronunciamento do então ministro Luiz Felipe Lampreia, a manchete dizia: “Discurso otimista de Lampreia abre reunião da ONU”. Vale reforçar que o Brasil é o responsável por abrir as reuniões desde a primeira edição da reunião, na década de 1940.

Em 2002 já era possível observar uma leve mudança de rota da diplomacia brasileira saindo um pouco dos Estados Unidos, que envolvidos nas polêmicas pós 11/09, dividiam o mundo. A mudança porém, é bastante tímida se comparada à que seria adotada pelo governo Lula.

O espaço dado à diplomacia, é bem verdade, não era o mesmo que fora reservado durante o governo Lula. A cobertura da diplomacia brasileira aumentou substantivamente ao longo dos anos, o que pode demonstrar, de certa forma, como o tema ganhou importância no noticiário político.

Um fato que certamente interferiu na cobertura, pelo menos em sua intensidade e profundidade - e que precisa ser considerado - foi a não participação do presidente Fernando Henrique Cardoso na Assembleia em nenhum dos anos pesquisados. FHC só participou em

um dos oito anos de seu governo, em 2001, ano que não entrou na análise. FHC foi à Nova York para uma Assembleia que aconteceu, excepcionalmente, em novembro - dois meses depois dos atentados terroristas acontecidos naquela cidade em 11 de setembro.

No ano em que Lula não participou, 2010, a cobertura foi bastante menor, mas, ainda assim – e mesmo em pleno período de intensa campanha eleitoral -, o espaço dado pelos jornais ao discurso do ministro Celso Amorim foi bem superior ao de alguns anos de Fernando Henrique Cardoso.

Não é possível, neste estudo, estabelecer uma relação de causa e efeito entre o fato de a Assembleia Geral ter conquistado maior espaço no noticiário ao longo do tempo e o Brasil ter aumentado sua participação internacional. É impossível, inclusive, precisar se o maior espaço na mídia vem da presença do presidente no evento ou se a presença é que se deve a um aumento de importância do fórum após os ataques de 11 de setembro de 2001. Fato é que a cobertura ficou maior.

Maior e mais crítica. As críticas e contestações também aumentaram na imprensa, mas a discordância de como o Brasil usava seu poder maior não servia para esconder que este poder havia crescido.

Com a lupa sobre todos os pronunciamentos do presidente Lula, chegando ao cúmulo de os dois jornais publicarem a íntegra da fala no dia 24/09/2007, os jornais retratavam o sucesso da política externa brasileira de forma mais indireta e subjetiva. Em várias matérias, o sucesso é tomado como pressuposto para textos cercados de crítica.

O artigo assinado pelo jornalista José Nêumanne no *Estadão*, no mesmo dia 24/09, é prova disso. “O sucesso que a política externa do Brasil vem obtendo no mundo, apesar de honroso para todos nós, não é, como alguns pensam, algo inusitado ou sequer original”, escreveu.

A oposição que os jornais, principalmente *O Estado de S. Paulo*, fazem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva parece se transferir para a cobertura da diplomacia brasileira. O jornal retrata, com clara desconfiança, as pretensões do líder brasileiro.

Há uma discordância e uma dúvida acerca das possibilidades do Brasil. As demandas de Lula, diversas vezes, são retratadas e analisadas como megalomania. São vários os artigos - como o de Clóvis Rossi, retratado na análise - que adotam o discurso de que o Brasil não é tão importante quanto pensa. Até a postura de Lula foi diversamente criticada, ligada a uma possível falta de cultura, de estudo etc.

Há a consideração do protagonismo, mas não referências à subida de patamar no jogo global durante o período. Não há afirmação, tampouco negação, sobre o aumento da importância do Brasil, simplesmente porque nunca houve qualquer tipo de comparação com o governo anterior.

As escolhas semânticas dos veículos durante a cobertura dos discursos também são um forte indicador da transformação ocorrida ao longo dos anos. “Reafirmar”, “criticar” e “buscar” são os verbos usados nos *leads* das matérias sobre os discursos dos representantes brasileiros durante o governo Fernando Henrique. Já durante o governo Lula, encontra-se “condenar”, “pregar” e “defender”.

Estas são algumas das opções que delineiam o discurso acerca do Brasil majoritariamente exposto nas páginas dos jornais. Observa-se assim um tom mais duro atribuído ao governo brasileiro, uma forma mais firme de se posicionar, que é normalmente encarada como positiva pela população – que anseia por soberania.

Muitas vezes, as críticas podiam ser percebidas, não na matéria sobre o discurso, mas no diálogo entre o discurso e outras matérias da página. A interdiscursividade e a intertextualidade foram ferramentas que, frequentemente, deram subsídios para que fossem

encontradas críticas indiretas ao Brasil. A maioria delas, mais uma vez, sobre o fato de o país superestimar sua importância no cenário global.

Um dos exemplos mais elucidativos aconteceu quando Lula foi à tribuna “como um mascate” defender o etanol. Outras matérias espalhadas pela edição se dedicavam à preocupação de organizações e países sobre o aumento da fome que poderia ser causada pela destinação de terras para a produção de biocombustíveis. A maioria delas não fazia referência a Lula, seu discurso ou o etanol, mas havia uma clara contraposição entre o que defendia o Brasil e o que era colocado por organizações internacionais ligadas à ONU como o melhor caminho.

A passividade da imprensa diante da política externa de Fernando Henrique precisa ser vista sob mais de uma ótica. É verdade que a imprensa foi mais voraz na crítica ao governo do PT, mas é verdade, também, que um tema pouco explorado, considerado pelo jornal como pouco importante – vide o espaço que recebeu, ou até não recebeu –, tende a receber menos críticas.

A ida de um presidente à tribuna, como já foi dito, serviu para atrair os holofotes. Mas a principal evidência do aumento do interesse pela imprensa foi a publicação da íntegra do discurso de Lula nos dois jornais na edição de 2007, coisa impensável uma década antes. O tema ganhou importância, passou a ser considerado pelos periódicos.

Houve editorialização da cobertura em alguns momentos e até o sentimento de vira-lata, citado no discurso do ex-presidente que abre este trabalho, pode ser percebido – como na matéria em que o *Estadão* quer atrelar a não publicação de matérias sobre o discurso de Lula a um fracasso na missão brasileira.

Em resumo, é verdade que o discurso adotado pela imprensa se assemelha muito mais ao feito pelos políticos ligados ao governo do PSDB do que ao adotado pelos formuladores de políticas do PT. Esta afirmação é verdadeira independentemente de qual seja

o governo sob foco da análise. A opinião dos jornais sobre os governos FHC e Lula neste quesito é uma opinião parecida com a dos diplomatas ligados ao primeiro governo, também expostas neste trabalho. Aqui, encontra-se uma referência do que foi explicitado no capítulo sobre a imprensa brasileira e sua identificação com a agenda liberal.

Mesmo que indiretamente e com críticas mais severas, os jornais não negaram o protagonismo brasileiro entre 2003 e 2010. Houve, é verdade, vezes em que ele foi minimizado e até ridicularizado. Outras vezes, houve tentativas de não atribuí-lo à política externa do presidente Lula. Mas o noticiário partiu do pressuposto do protagonismo – ou do discurso dos representantes brasileiros sobre protagonismo – até quando fez suas críticas.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Claudio. **A Regra do Jogo**: o jornalismo e a ética do marceneiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ALDÉ, Alessandra. **A Construção da Política**: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004

ALMEIDA, Paulo Roberto. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacioanal**. Vol. 47. No.1 Brasília Jan/Jun. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292004000100008&script=sci_arttext. Acesso em 15/01/2014.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Imprensa, Cobertura Eleitoral e Objetividade: A eleição de 2000 na capital paulista. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. VII, n.2, p. 182-201, 2001.

BACCEGA, Maria A. **Palavra e discurso**: História e Literatura. São Paulo: Ática, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. 1.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed.,2001.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992.

_____. **Direita e Esquerda**: Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O Campo Científico**. In: ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983.

BRAIT, Beth. **Análise e teoria do discurso**. In: BRAIT, Beth (org.). Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006, p. 7-31

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Unicamp, 1991.

_____. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

_____. **Enunciação e construção de sentido.** In: FÍGARO, Roseli (org.). *Comunicação e Análise do Discurso.* São Paulo: Contexto, 2013, p. 19-44

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

CASAQUI, Vander., RIEGEL, Viviane. Google e o consumo simbólico do trabalho criativo. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo.** São Paulo, vol. 6. N 17, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias.** São Paulo: Contexto, 2006.

CORAZZA, Gentil; KREMER, Rodrigo L.. **Friedman e o monetarismo: a velha teoria quantitativa da moeda e a moderna escola monetarista.** *Análise Econômica: Revista da Faculdade de Ciências econômicas da UFRGS,* n.21, 2003.

CORRÊA, Luiz Felipe Seixas. *O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006.* Brasília: Ed. Funag 2007.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Keynes, Kaldor e o monetarismo.** IE/UNICAMP, Campinas, n. 154, fev. 2009.

COUTINHO, Iluska. **O conceito de verdade e sua utilização no jornalismo.** São Bern@rdo.com.br: Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional de São Bernardo. n.1, 2004.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** São Paulo: Atlas, 2008.

FAÏTA, Daniel. **A análise de práticas linguageiras e situações de trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto.** In: SOUZA E SILVA, M. Cecília P., FAÏTA, Daniel (orgs.). *Linguagem e trabalho. Construção de objetos de análise no Brasil e na França.* São Paulo: Cortez, 2002.

FIGARO, Roseli. *Comunicação e trabalho para mudanças na perspectiva sóciotécnica.* **Revista USP,** n. 86, 2010.

FIORI, José Luís. **Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal.** Rio de Janeiro: Revista de Economia e Política do Instituto de Economia Industrial UFRJ, vol.12, n.1, janeiro-março 1992.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia.** São Paulo: Ática, 2007.

_____. **Interdiscursividade e Intertextualidade.** In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave.* São Paulo: Contexto, 2010, p. 161-193.

_____. **Elementos de Análise do Discurso.** São Paulo: Contexto, 2011.

FONSECA, Francisco. **O Consenso Forjado**: A grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.

_____. **O Liberalismo Revisitado**: Associações Empresariais e Grande Imprensa perante as “Reformas Orientadas para o Mercado”. Disponível em www.cienciapolitica.servicos.ws/abcp2008/arquivos/22_7_2008_15_43_18.pdf. Acesso em 26/05/2011.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FREIXO, Adriano de; PEDONE, Luiz, RODRIGUES, Thiago Moreira; ALVES, Vágner Camilo. **A política externa brasileira na era Lula**: um balanço. Rui de Janeiro: Ed. Apicuri, 2011.

GARCIA, Marco Aurélio. Dez anos de política externa. In: SADER, Emir. **Lula e Dilma**. São Paulo. Boitempo, 2013.

GENTILLI, Victor. **Democracia de Massas**: jornalismo e cidadania – Estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2005.

GOFFMANN, Erving. **Frame analysis**: an essay on the organization of experience. New York: Harper and Row, 1974.

_____. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988

_____. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GROHMANN, Rafael. **Os Discursos dos Jornalistas Freelancers Sobre o Trabalho**: comunicação, mediações e recepção. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Orientador: Roseli Aparecida Fígaro Paulino

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. Porto Alegre: Globo, 1977

HEGEL, G. F. W. **Princípios da Filosofia do Direito**. 1. ed. São Paulo: Ícone, 1997.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia – estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2011.

KNOLL, Gabriel de O. Pereira. Conceito de Objetividade no Jornalismo: uma retomada para a historicidade do conceito a uma definição filosófico-jornalística com base nas pesquisas de Stephanie Martin. In: INTERCOM SUL, **Anais**. Novo Hamburgo, 2010.

LAFER, Celso. **A identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: Passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____, Celso. A herança diplomática de FHC. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 16 de maio de 2004. Primeiro Caderno, página 2.

LAMPREIA, Luiz Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **Revista Brasileira de Política Internacioanal**. Vol. 41 No.2 Brasília July/Dec. 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000200001 Acesso em 15/01/2014.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. A Nova Ambiência Eleitoral e seus Impactos na Comunicação Política. **Lumina**, Juiz de Fora-MG, v. 5, p. 67-77, 2003.

LIMA JR, Olavo Brasil. **Instituições políticas democráticas** – o segredo da legitimidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **Mil dias: Seis Mil Dias Depois**. São Paulo: Ed. Publifolha, 2005.

LIPPMANN, Walter. **Esteretótipos**. In: STEINBERG, Charles S. Meios de Comunicação de Massa. São Paulo: Editora Cultrix, 1970.

MANIN, Bernard. **The principle of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FOLHA DE S. PAULO, **Manual da Redação**. São Paulo: Ed. Publifolha, 2001.

MATOS, Carolina. **Jornalismo e Política Democrática no Brasil**. São Paulo: Ed. Publifolha, 2008.

MARTINO, Luiz Mauro Sá; BARROS FILHO, Clóvis. **O habitus na Comunicação**. São Paulo: Ed. Paulus, 2003.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da economia política. Vol I, livro Primeiro, O processo de produção do capital. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Cultura, arte e literatura. Textos escolhidos. São Paulo: Expressão popular, 2010.

MELO, José Marques de. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão: Ed. Mantiqueira, 2003.

MENDES, Gláucia da Silva. **A naturalização do atraso**: os noticiários de *El Universal* e *O Globo* sobre o governo Hugo Chávez e as projeções identitárias sobre a América Latina. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Identidades) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009. Orientador: Paulo Roberto Figueira Leal.

MIGUEL, Luis Felipe. **Os Meios de Comunicação e a prática política**. Lua Nova, n 55-56. 2002

NOUROUDINE, Abdallah. **A linguagem**: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA E SILVA, M. Cecília P., FAÏTA, Daniel. (orgs). *Linguagem e trabalho. Construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

PLATÃO. **República**. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1977.

PONTES, José Alfredo Vidigal. **Histórico do Grupo Estado**. Disponível em www.estadao.com.br/historico. Acesso em 30/05/2011.

SEVERIANO, Mylton. **Nascidos para perder**: História do Estadão, jornal da família que tentou tomar o poder pelo poder das palavras – e das armas. Florianópolis: Ed. Insular. 2012.

SCHAFF, Adam. **Linguagem e Conhecimento**. Coimbra: Almedina, 1976.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo, Cia das Letras, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4 ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. Florianópolis: Ed. Insular, 2005.

TRASPADINI, Roberta. **A perspectiva (inter)dependentista de Fernando Henrique Cardoso**: uma visão particular do desenvolvimento capitalista brasileiro. Uberlândia, 1998. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A Democracia na América**. São Paulo: Martins Fontes,. 2005

VAIA, Sandro. Detrás das dunas do Estadão. **Revista Piauí** n° 12. São Paulo, setembro 2007. Disponível em <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-12/cronicas-da-imprensa/detras-das-dunas-do-estadao>>. Acesso em 03/02/2014.

VYGOTSKI, L.S.. **Pensamento e linguagem**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VIZENTINI, Paulo. **De FHC a Lula**: uma década de política externa. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 5. n. 2, jul.-dez. Porto Alegre, 2005.

_____. **O G-3 e o G-20**: O Brasil e as novas coalizões internacionais. 2009. Disponível em <www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo0644.pdf>. Acesso em 05/10/2011.

VIZEU, Alfredo. **Telejornalismo**: cotidiano e lugar de segurança. Estudos em jornalismo e Mídia. V.III, n.1, Florianópolis, UFSC: 2006.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.: SILVA, Tomaz. [Org.] **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva Petrópolis: Vozes, 2000.

Periódicos

Folha de S. Paulo. Edições: 24 a 26 de setembro de 1995; 19 a 21 de setembro de 1999; 11 a 13 de setembro de 2002; 22 a 24 de setembro de 2003; 24 a 26 de setembro de 2007; 22 a 24 de setembro de 2010.

O Estado de S. Paulo. Edições: 24 a 26 de setembro de 1995; 19 a 21 de setembro de 1999; 11 a 13 de setembro de 2002; 22 a 24 de setembro de 2003; 24 a 26 de setembro de 2007; 22 a 24 de setembro de 2010.